



Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino

**Convivendo com a Mulher Contemporânea:
Com a Palavra, Maridos e Filhas**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Janeiro de 2015



Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino

**Convivendo com a mulher contemporânea:
com a palavra, maridos e filhas**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Andrea Seixas Magalhães

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Celia Regina Henriques

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Instituto de Psicologia - UFRJ

Prof^a. Andrea Soutto Mayor

Departamento de Psicologia - UFF

Prof^a. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2015.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino

Graduou-se em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (USU) em 1996. Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra (USS). É coordenadora do Serviço-Escola de Psicologia da USS e professora-adjunta do Curso de Psicologia da USS.

Ficha Catalográfica

Bernardino, Adriana Vasconcelos da Silva

Convivendo com a mulher contemporânea: com a palavra, maridos e filhas / Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. 2015.

124f.: il.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Mulher. 3. Família contemporânea. 4. Papéis familiares. 5. Filhas. 6. Trabalho. 7. Redes de apoio. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para meu marido Régis e meus filhos João, Lucas e Thaís,
que, igualmente, ocupam o primeiro lugar na escala de
prioridades de minha vida.

Agradecimentos

À orientadora Andrea Seixas Magalhães, por seu acolhimento, amabilidade e leitura sempre atenciosa e crítica, contribuindo de forma admirável para o enriquecimento da pesquisa.

À Terezinha Féres-Carneiro e Maria Lúcia Rocha-Coutinho, pela honrosa participação na banca de qualificação, oferecendo contribuições importantes para o desenvolvimento do trabalho.

A Régis, meu marido, por sua parceria, envidando todos os esforços para tornar possível a conquista deste sonho, mesmo que isso representasse muitas ausências.

Aos meus filhos João, Lucas e Thaís, por existirem e darem sentido à minha vida; pela esperança de sucesso refletida em seus olhinhos e compreensão nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos de sangue e de coração, por compreenderem minhas ausências e me incentivarem nesta jornada.

À grande amiga desta e de outras vidas Mônica Albuquerque Di Pino, por sua cumplicidade, incentivo e inteira disponibilidade para uma conversa.

À minha mãe (*in memoriam*), por ter sido, desde sempre, um exemplo de mulher e a maior fonte de inspiração para que eu desenvolvesse esse tema.

Ao meu pai (*in memoriam*), que, com sua ausência, fez-se tão presente na realização deste sonho.

À Marcelina, por sua ajuda atenciosa e competente.

Resumo

Bernardino, Adriana Vasconcelos da Silva; Magalhães, Andrea Seixas. **Convivendo com a mulher contemporânea**: com a palavra, maridos e filhas. Rio de Janeiro, 2015. 124p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesta tese apresenta-se a pesquisa que teve como objetivo investigar a percepção de maridos e filhas a respeito de esposas e mães que têm uma carreira profissional e exercem uma atividade remunerada fora do lar, as possíveis modificações nas atribuições dos homens na família, a forma como as filhas estão vivenciando essas mudanças e a relevância das redes de apoio no ambiente familiar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para cuja consecução procedeu-se a entrevistas semiestruturadas com quatorze sujeitos – sete maridos e sete filhas (sujeitos independentes) – residentes em uma cidade localizada no interior sul do estado do Rio de Janeiro. A partir da fundamentação teórica e da análise de conteúdo das falas dos sujeitos entrevistados, foram propostas onze categorias temáticas de avaliação. Os resultados apontam que há maior participação masculina na rotina doméstica e nos cuidados com as filhas, mas que a mulher continua a ser a principal responsável por essas atividades, carregando culpa e angústia por não exercer totalmente o que considera suas funções exclusivas. Na percepção dos maridos, houve melhorias no relacionamento conjugal e familiar com a saída da mulher para o trabalho remunerado, além de ser vantajosa sua contribuição na composição da renda familiar. Na concepção das filhas, ter uma mãe que trabalha fora de casa é motivo de orgulho e satisfação, embora se depreendam de suas falas sentimentos ambíguos, como independência e solidão; apesar de os papéis desempenhados por seus pais estarem bem distribuídos, elas elegem a mãe como a principal referência. A relevância das redes de apoio é inferida pela ajuda de familiares nos cuidados com as filhas e de diversos profissionais na execução de tarefas domésticas, além de apoio e cooperação de irmãos e amigos.

Palavras-chave

Mulher; família contemporânea; papéis familiares; filhas; trabalho; redes de apoio.

Abstract

Bernardino, Adriana Vasconcelos da Silva; Magalhães, Andrea Seixas(Advisor). **Living with the contemporary woman: with the words, husbands and daughters.** Rio de Janeiro, 2015. 124p. PhD Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this thesis it is presented the research that has as main goal to investigate the perception of husbands and children about their wives and mothers who have a career and are no longer just housewives. Were investigated the possible changes of men's duties in the family, the way daughters are experiencing these changes and the importance of social support networks in a family environment. This is a qualitative research based on semi-structured interviews conducted with fourteen individuals – seven husbands and seven daughters (independent individuals) – all of them living in a city in the south of the state of Rio de Janeiro. Starting from the theoretical foundation and analysis of the interviewees' content, it was proposed eleven theme categories for evaluation purpose. The results indicate that there is an increase of the male participation in the domestic routine and in the caring for their daughters, but that women continue to be the main responsible for these activities, carrying guilt and anguish for not fully exercising what they consider to be their exclusive function. According to husbands' perception, there were improvements in the marriage and family relationships with women going out to the market, in addition to the contribution to the family revenue. Regarding daughters' perception, having a mother who works outside their home is a reason of pride and satisfaction, even though we can identify in their speech ambiguous feelings such as independence, loneliness and helplessness. Although the roles played by their parents are well distributed, they have elect the mother as their main reference. The importance of support networks is inferred by the help of family members in the care of the daughters and by several professionals in performing domestic chores, as well as support and cooperation from brothers and friends.

Keywords

Woman; contemporary family; family roles; daughters; work; social support networks.

Sumário

| | | |
|--------|---|----|
| 1. | Introdução | 13 |
| 2. | A mulher através dos tempos: de coadjuvante a atriz principal | 17 |
| 2.1. | Tornando-se mulher | 18 |
| 2.2. | As mulheres coadjuvantes de sua história | 19 |
| 2.3. | As mulheres “da igreja” | 21 |
| 2.4. | Enquanto isso, no ocidente e, em especial, no Brasil... | 23 |
| 2.5. | Finalmente, elas conquistam o papel principal | 25 |
| 3. | Papéis familiares | 33 |
| 3.1. | “Homem é homem; mulher é mulher”: o que isso significa? | 33 |
| 3.2. | Família contemporânea em cena: o palco de transformações | 38 |
| 3.2.1. | Marido: de ator principal a coadjuvante | 44 |
| 3.2.2. | Filhos: expectadores ou personagens? | 49 |
| 3.2.3. | Redes de apoio familiar: a entrada em cena de novos personagens | 53 |
| 4. | Metodologia do estudo de campo | 57 |
| 4.1. | Abordagem metodológica | 57 |
| 4.2. | Participantes | 59 |
| 4.3. | Instrumentos e procedimentos da pesquisa | 62 |
| 4.4. | Análise dos dados | 62 |
| 5. | Convivendo com a mulher contemporânea | 65 |
| 5.1. | Com a palavra, os maridos | 65 |
| 5.1.1. | Reorganizando papéis | 66 |
| 5.1.2. | Mulheres no centro do espaço doméstico | 69 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 5.1.3. | As mulheres trazem segurança financeira | 72 |
| 5.1.4. | Acumulando atribuições e problemas | 74 |
| 5.1.5. | Para que servem os salários das mulheres? | 77 |
| 5.1.6. | Falando sobre a convivência | 80 |
| 5.2. | Com a palavra, as filhas | 84 |
| 5.2.1. | Mãe trabalhadora é motivo de orgulho | 84 |
| 5.2.2. | Mãe e autonomia dos filhos: uma relação possível? | 90 |
| 5.2.3. | Binômio independência-solidão | 94 |
| 5.2.4. | As filhas elegem as mães como suas principais referências | 98 |
| 5.2.5. | A relevância das redes de apoio familiar | 101 |
| 6. | Conclusão | 106 |
| 7. | Referências bibliográficas | 110 |
| Apêndice A | Roteiro oculto de entrevista com os maridos | 121 |
| Apêndice B | Roteiro oculto de entrevista com as filhas | 122 |
| Apêndice C | Termo de consentimento livre e esclarecido (marido) | 123 |
| Apêndice D | Termo de consentimento livre e esclarecido (responsável por menor participante) | 124 |

Lista de quadros

| | | |
|------------|--|----|
| Quadro 1 – | Dados familiares dos maridos participantes da pesquisa | 61 |
| Quadro 2 – | Dados familiares das filhas participantes da pesquisa. | 61 |
| Quadro 3 – | Categorias temáticas definidas pelas falas dos maridos | 64 |
| Quadro 4 – | Categorias temáticas definidas pelas falas das filhas | 64 |

1 Introdução

A desconstrução de modelos fixos do passado alterou os papéis e as posições de homens e mulheres, pais e filhos, modificando as formas de relação na família, agora cada vez mais baseadas na troca, na cooperação, na cumplicidade e no afeto entre seus membros.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho*

Os resultados alcançados na pesquisa objeto da dissertação para o mestrado (Bernardino, 2007) orientaram as escolhas sobre o projeto a ser desenvolvido no doutorado. No referido trabalho, mostra-se que os papéis sociais desempenhados pela mulher foram construídos e consolidados ao longo do tempo, mas que essa conquista lhe auferiu, também, a expansão de seus papéis tradicionais, obrigando-a a renunciar à exclusividade de um ambiente doméstico, privado, para a entrada em uma esfera social e pública (Vaitsman, 1994; Hobsbawn, 2000; Venturi et al., 2004; Perrot, 2005; Borges, 2013).

Embora o caminho para se construir socialmente uma nova identidade possa ser marcado, não raras vezes, por barreiras, como a de redefinir o seu lugar na sociedade, as transformações pelas quais a mulher vem passando representam conquistas que se estabelecem por meio de processos dinâmicos ainda em curso, corroborando a célebre frase de Simone de Beauvoir (1980, p.9): “Não se nasce mulher; torna-se mulher”.

A conquista do espaço público e as transformações para a condição feminina contemporânea provocaram alterações nas funções parentais e nos papéis antes exercidos. Gradativamente, as regras familiares mudaram e o século XXI passa a ser o cenário de novas demandas e da necessidade de reformular a convivência familiar (Magalhães, 1993; Bilac, 1996; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Araújo, 2009).

* Trecho da palestra “A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal: uma realidade do século XXI”, proferida por Maria Lúcia Rocha-Coutinho para professores e alunos da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ), em setembro de 2013, por ocasião da Semana da Psicologia USS 2013: Psicologias do Século XXI.

Nesse sentido, compreender a função da parentalidade na contemporaneidade ganha destaque e tornam-se relevantes os estudos sobre a reconfiguração de tarefas e papéis pertinentes ao pai e à mãe na família (Lewis & Dessen, 1999; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Araújo, 2009; Féres-Carneiro et al., 2011; Del Priore, 2013). O homem vivencia o declínio do sistema patriarcal e a perda de seu lugar de poder. Em contrapartida, o que lhe é oferecido é a possibilidade de dividir com a mulher as tarefas domésticas e de cuidados com os filhos, antes exclusivas da condição feminina (Nolasco, 1993; Chaves, 2002; Roudinesco, 2003; Amazonas et al., 2011; Bourdieu, 2011).

Entretanto, tais transformações não representaram, necessariamente, uma condição mais igualitária nas relações de gênero. A possibilidade de desempenhar novos papéis tem-se mostrado um desafio tanto para o homem quanto para a mulher contemporânea. Para esta, especialmente, pois não houve, apenas, uma reformulação de responsabilidades, mas uma ampliação, uma vez que todo esse processo não a eximiu de qualquer atribuição anterior (Velho, 1987; Jablonski, 1998, 2007; Rocha-Coutinho, 2003, 2005a, 2005b, 2007, 2009, 2011, 2013; Del Priore, 2013).

Com dificuldade para encontrar redes de apoio suficientes e convivendo com maridos que ainda buscam se adaptar a uma nova função nos espaços domésticos, as mulheres, embora felizes com a sua ascensão profissional, vivem preocupadas por não conseguirem atender às necessidades de sua família.

O presente estudo teve como objetivo investigar a percepção de maridos e filhas a respeito de esposas e mães que têm uma carreira profissional e exercem uma atividade remunerada fora do lar, as possíveis modificações nas atribuições dos homens na família, a forma como as filhas estão vivenciando essas mudanças e a relevância das redes de apoio no ambiente familiar.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica que explorou a literatura acerca do modo com que as transformações por que vem passando a sociedade contemporânea têm afetado os papéis desempenhados pelos indivíduos, especialmente as mulheres, entendendo-se a importância de contextualizar a redefinição de papéis que se observa no ambiente familiar (Jablonski, 1988; Soihet, 1997; Hobsbawn, 2000; Del Priore, 2001, 2011, 2013; Perrot, 2005; Rocha-Coutinho, 2007, 2009, 2011, 2013; Araújo, 2009).

Seguindo com a discussão, foram estudados os impactos dessas transformações na família e a maneira como as filhas vêm vivenciando emocionalmente os ajustes que se fazem necessários, bem como os sentimentos que experimentam na convivência com mães que têm uma carreira profissional e exercem função remunerada fora do lar (Vaitsman, 1994; Kehl, 2003; Roudinesco, 2003; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Féres-Carneiro et al., 2007; Singly, 2007).

Da mesma forma, investigou-se a relevância das redes de apoio (Lasch, 1999; Mizrahi, 2004; Wagner et al., 2005; Jablonski, 2007), uma vez que se constituem em importantes sustentáculos desse novo estilo mais individualista e autônomo das famílias contemporâneas (Jablonski, 1998; Singly, 2007; Borges & Magalhães, 2009).

Na segunda etapa, desenvolveu-se uma investigação que consistiu em um estudo de campo. Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa. Esse tipo de abordagem objetiva a compreensão de “como” ocorrem os fenômenos – isto é, leva em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas – e se refere ao mundo dos significados e do simbolismo (Turato, 2003).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 sujeitos: sete maridos e sete filhas (sujeitos independentes). Como critério de escolha dos participantes, tomou-se por base, em relação aos maridos, a camada média, casados no civil, união estável ou coabitação, com filhos entre 12 e 16 anos, cujas esposas têm uma carreira profissional e exercem função remunerada fora do lar. Em relação aos filhos, camada média, com pais casados no civil, união estável ou coabitação, com idades entre 12 e 16 anos, cujas mães têm uma carreira profissional e exercem função remunerada fora do lar. A pesquisa foi realizada em uma cidade localizada no interior sul do estado do Rio de Janeiro, que conta, aproximadamente, com 34 mil habitantes (IBGE, 2012).

De forma a melhor discorrer sobre o assunto, estruturou-se a tese em seis capítulos, além da presente Introdução (capítulo 1), Referências bibliográficas e Apêndices A, B, C e D, necessários à plena contextualização do trabalho.

No capítulo 2 contextualizam-se as transformações observadas no perfil da mulher contemporânea, como forma de investigar seus diferentes papéis, lugares e representações ao longo da história da humanidade, especialmente no que diz

respeito à participação nas decisões sociais, inserção no mercado de trabalho e autonomia.

No terceiro capítulo, uma releitura sob a ótica dos estudos de gênero nos conduz à compreensão de que as diferenças entre homens e mulheres foram reforçadas ao longo da história e sustentaram, durante séculos, preconceitos e tipificações relacionados aos estereótipos criados para homens e mulheres, reforçados e utilizados para fins sociais.

No capítulo quatro apresenta-se a metodologia adotada, especificando-se os procedimentos utilizados na investigação, desde o recorte da pesquisa, apresentação do perfil dos sujeitos, passando pelo detalhamento do trabalho de campo até as categorias temáticas resultantes da análise de conteúdo das falas dos entrevistados.

No capítulo 5 são discutidas e ilustradas, por meio das falas dos entrevistados, as percepções sobre a esposa e mãe que tem uma carreira profissional e exerce uma função remunerada fora do lar, a redefinição/distribuição de papéis na família, os sentimentos das filhas com relação a essa nova dinâmica familiar e a importância da presença das redes de apoio nesse cenário.

As conclusões da pesquisa são apresentadas no capítulo 6.

2

A mulher através dos tempos: de coadjuvante a atriz principal

O século XXI será das mulheres! Quem avisa são os filósofos. De fato, elas estão em toda a parte, cada vez mais visíveis e atuantes. Saíram de casa, ganharam a rua e a vida.

Mary Del Priore (2013, p.5)

A contextualização do papel da mulher através dos tempos nos permite uma melhor compreensão das transformações ocorridas em seu perfil nos últimos anos, na mesma medida em que retrata suas conquistas e a quebra dos paradigmas até então vigentes.

A ênfase dessa trajetória recai nas últimas décadas do século XX, por se configurar um período marcado por alterações em valores, crenças e práticas sociais, especialmente no que diz respeito à participação da mulher nas decisões sociais, sua inserção no mercado de trabalho e sua autonomia (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Rocha-Coutinho, 2009, 2011, 2013). Esse conjunto de transformações que incidiram sobre as mulheres levou-as a reorganizarem sua representação de papel feminino, trazendo, como consequência, a diversidade de novos papéis sociais e, nesse cenário, a passagem de coadjuvante a atriz principal.

Corroborando suas conquistas, as mulheres passaram a investir em uma educação orientada para a carreira (algumas vezes, com alto nível de especialização), alcançando, muitas vezes, postos qualificados e salários elevados. Avaliando esse trajeto, é possível afirmar que as novas gerações refletem uma revolução silenciosa causada pela entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Em consequência, notam-se grandes alterações no comportamento das famílias das camadas médias da sociedade que se constituem em novos desafios e dilemas a serem superados.

2.1 Tornando-se mulher

As relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, sempre foram limitadas por uma estrutura social que impunha à mulher uma coleção de papéis a serem desempenhados dentro e fora da família. Propriedade do homem na Antiguidade Clássica, santificada com o advento do Cristianismo e responsável por suas escolhas afetivas, sexuais e profissionais a partir da Revolução Sexual, a mulher atravessou séculos em busca de autonomia (Hobsbawn, 2000; Venturi et al., 2004; Perrot, 2005; Borges, 2013). Saíram de casa, ganharam a vida. Hoje, trabalham, sustentam os filhos, vêm e vão, cuidam da alma, amam e odeiam. Quebraram tabus e tradições. Não é pouco para quem há 50 anos manifestava apenas o desejo de casar e ter filhos (Del Priore, 2013; Rocha-Coutinho, 2013).

A partir do século XX, especificamente no final dos anos de 1970, providas dos meios de controlar a reprodução, as mulheres lograram conquistar o que consideravam seus direitos essenciais: liberdade e igualdade em relação aos homens. Tais conquistas possibilitaram à mulher assumir diferentes papéis, lugares e representações e deixar para trás a posição de irrelevância social que a sociedade lhe conferia. Já no início do século XXI, constata-se que a compreensão do “ser mulher” apresenta os reflexos das mudanças sociais e culturais de uma sociedade que se transforma continuamente.

Tais mudanças foram, em grande parte, decorrentes dos movimentos feministas que “desnaturalizaram” as antigas identidades de homens e mulheres, questionando esferas da vida social e fazendo com que as mulheres reconhecessem a importância de terem uma carreira profissional e de aprofundarem o autoconhecimento e a inteligência emocional, além de terem claras suas prioridades pessoais (Jablonski, 1998). As mulheres souberam apossar-se dos espaços que lhes foram deixados, saíram moralmente dos papéis que lhes foram designados e passaram da sujeição à independência (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Borges, 2013).

Entretanto, as inúmeras e significativas transformações por que passaram as mulheres – e a sociedade em geral – provocaram o surgimento do que Hall (2002, p.7; grifos do autor) denomina “crise de identidade”:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as suas estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

As mulheres vivem um tempo profícuo em relação à sua afirmação como sujeitos da história, não só pelo advento do feminismo, mas porque é a partir desse momento que se impõe uma reflexão acerca da maneira como os fatos e os relatos que as colocam em cena foram agenciados. E isso poderia ser a contribuição específica da História das Mulheres para uma história geral.

2.2 **As mulheres coadjuvantes de sua história**

Até as primeiras décadas do século XX, as mulheres estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes. Permaneciam restritas ao espaço doméstico e, por mais sofisticada que fosse a sua educação, não lhes era permitido ultrapassar os limites de seu lar. Tal educação consistia em aprender, prioritariamente, as chamadas “prendas domésticas”. A maioria das meninas era analfabeta. Passavam a meninice entre o oratório e a esteira em que acompanhavam as outras mulheres da casa na realização de trabalhos manuais. Ensinavam-lhes a fazer rendas, bordado e costura. Esperava-se que fossem incultas, piedosas, prisioneiras da casa. Enquanto solteiras, pertenciam ao pai; depois de casadas, ao marido (Soihet, 1997; Venturi et al., 2004; Perrot, 2005; Lins de Barros, 2009).

Nesse contexto, o título de esposa deveria ser carregado como um rótulo de honra. Uma vez casada, a mulher passava a ter como obrigação, além de obedecer ao marido, gerar um filho. Esta era a estrutura familiar vigente até meados do século XX, que preconizava a submissão da mulher, dada a condição de subordinação imposta pelo sistema patriarcal vigente. Na realidade, a mulher só trocava de senhor, saindo da submissão ao pai para a do marido, garantindo a

união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem àqueles que julgava lhe pertencerem. A esse domínio a mulher tinha de se curvar e os filhos, aceitar as regras, tanto afetivas quanto disciplinares, sem questionamento. Sobre tal sistema, Bruschini & Holanda (1998, p.74) são de opinião de que:

[...] O patriarcado não se resume a um sistema de dominação modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeito de análise, ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

Tal sistema de dominação perdurou até meados do século XX, com a família se estruturando em papéis específicos, que tomavam por base características inerentes ao homem e à mulher, ou seja, o que era tipicamente feminino ou masculino (Scott, 1990; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Araújo, 2009). Nesse contexto, cabiam ao homem a chefia do núcleo familiar e todas as decisões que atendessem a seus interesses, inclusive o futuro dos filhos. Sua influência se estendia, muitas vezes, a famílias semelhantes, localizadas em regiões próximas. Já a mulher era responsável pela execução das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, incluindo a transmissão de valores afetivos, familiares e outros referentes ao relacionamento privado (Jablonski, 1998, 2007, 2009, 2011; Rocha-Coutinho, 2003, 2005a, 2007, 2009, 2011, 2013).

A distinção do público e do privado era, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade. Em linhas gerais, as “esferas” eram pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro era a política. Às mulheres, o privado, cujo coração era formado pelo doméstico e a casa. As funções privadas às quais eram destinadas as mulheres pela própria natureza estavam ligadas à ordem geral da sociedade. Elas não deviam sair de sua família para imiscuir-se nos negócios do governo. Recusavam às mulheres o direito ao voto e até mesmo o direito à palavra e à escrita (Perrot, 2005).

2.3 As mulheres “da igreja”

A religião exerceu durante séculos, em especial até o final do século XX, força poderosa e norteadora dos valores da família, atuando como repressora no controle da sexualidade feminina. Idolatrava-se a pureza feminina na figura da Virgem Maria, modelo de pudor, severidade e castidade. De acordo com os ditames da igreja cristã, toda relação sexual que não tivesse por finalidade a procriação confundia-se com prostituição (Bassanezi, 1997; Del Priore, 2011).

O modelo de família constituído por pai e mãe “casados perante a igreja” correspondia aos ideais definidos pela Igreja Católica no Concílio de Trento em 1545. Ele serviu como instrumento na luta contra a Reforma protestante e em favor da difusão do catolicismo no Novo Mundo. Apenas dentro desse tipo de família – a sacramentada pelo matrimônio – seria possível educar os filhos segundo os preceitos cristãos, movimentando um elo de transmissão pelo qual passariam, de geração em geração, as normas e os valores da Igreja Católica (Venturi et al., 2004, Lins de Barros, 2009; Del Priore, 2013).

A Igreja Católica procurava, assim, universalizar suas normas para o casamento e a família. A mulher, nesse projeto, era fundamental. Cabia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito; rezar, pronunciar o santo nome de Deus; confessar-se com regularidade; participar das missas e festas religiosas. Essa posição da Igreja Católica refletiu, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito; de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classes. Nesse sentido, o comportamento da Igreja não diferiu basicamente da atuação dos demais grupos empenhados na preservação de um *status quo* capitalista. Como estes, a Igreja sempre evidenciou um esforço de refinamento das técnicas sociais conducentes a manter, embora disfarçadamente, a mulher submissa ao homem.

Foram séculos de modelagem. Embora a mulher tivesse dado provas insofismáveis de sua alta qualidade enquanto trabalhadora, penetrando em massa nas fábricas, no ensino, no comércio e em outros setores da vida econômica, a Igreja Católica insistia em colocá-la ao lado das crianças e confiná-la aos trabalhos domésticos sempre que possível. Na forma, a figura da esposa. Não a real, mas a ideal. Submissa, obediente, discreta. Essa era a mulher certa e apenas

ela merecia ser a mãe dos filhos, a santa no altar doméstico (Bassanezi, 1997; Del Priore, 2013).

No que tange às funções do casamento, não obstante a rigidez da ética protestante, essa ala do Cristianismo assumiu posição mais condizente com o estilo de vida das sociedades contemporâneas do que a Igreja Católica e, evidentemente, a posição da Igreja em relação ao divórcio, independentemente de suas implicações doutrinárias, sempre reforçou a sujeição da mulher ao marido.

No entanto, nos últimos 40 anos, a emancipação feminina também chegou ao mundo cristão. Após o grande respiro trazido pelo Concílio Vaticano II, começou-se a se fazer ouvir a voz da mulher que reivindicava também a possibilidade de ocupação de espaços dentro da Igreja. Somando-se a isso, a secularização das instituições que ocorreu nas últimas décadas propiciou olhares diversos para as relações que, ao longo da história, estabeleceram-se entre a religião e as outras esferas sociais, especialmente no que concerne à posição da mulher na família e na sociedade.

Cumprir notar que, nesse momento, a religião começava a perder terreno como formadora de opinião. Para a mulher voltaram-se vários movimentos políticos para ganhá-la à sua causa. Alguns sistemas totalitários colocaram diante de seus olhos magníficas promessas; igualdade de direito com os homens, proteção das gestantes e parturientes, cozinha e outros serviços comuns que as libertariam do peso das obrigações domésticas, jardins públicos para a infância (Saffioti, 1991). E, finalmente, a mulher foi reconhecida pela Igreja como pessoa plena de dignidade, consciente de que deveria conquistar, legitimamente, seu lugar de ser humano na sociedade. Às mulheres cabiam, todavia, no processo de sua emancipação, as árduas tarefas de ampliar a consciência de seus problemas e de não se deixar contentar com a simples conquista de direitos civis e políticos. Se o objetivo era a completa igualdade social dos sexos, caberia encarar as conquistas diante da Igreja como mera etapa do processo de sua emancipação.

2.4

Enquanto isso, no ocidente e, em especial, no Brasil...

A economia crescia e também o processo de independência das mulheres. No período colonial, o Brasil viveu um momento de ascensão da classe média tradicional. As mulheres começaram a ganhar maior visibilidade e emergia a noção de privacidade. Não importava se as famílias eram nucleares, extensas ou múltiplas, mas sim um tipo de sentimento que impelia os parentes à coabitação. Difundia-se a mística da vida comum – partilhar espaços, gestos, tradições e sentimentos com os “seus” constituía-se na tônica da família. As fronteiras entre o público e o privado ficaram mais nítidas, favorecendo a que os papéis exercidos nesses espaços ganhassem mais visibilidade (Kehl, 2001; Roudinesco, 2003; Sarti, 2004; Bernardino, 2007; Del Priore, 2013).

Nas cidades, ampliaram-se, sobretudo para as mulheres, as possibilidades de acesso à informação, ao lazer e consumo. Os homens temiam pela “emancipação” e algumas publicações da época já apontavam para uma inversão de papéis: homens cozinhavam e cuidavam dos filhos, enquanto as mulheres ainda estavam fora de casa.

Nas décadas de 1930 e 1940, a urbanização e a industrialização traziam mais novidades. Em 1932, o voto feminino para alfabetizadas e maiores de 21 anos entrou na pauta das eleições. O hábito de ir a danças, ao cinema e de passeios a pé estrangulava a organização tradicional do namoro com bilhetes e serenatas e, mais importante, enfraquecia as iniciativas casamenteiras da família. Agora, as partes interessadas é que decidiam quando e com quem se casariam (Almeida, 1987; Lamb, 1992; Goldenberg, 2000; Teixeira, 2004, Borges, 2013).

A partir da década de 1940, a mulher começou a entrar no mercado de trabalho, quase exclusivamente na função de professora primária. O exercício dessa profissão era aceito como uma contribuição social da classe burguesa. Constituía-se, na verdade, em uma continuidade do papel familiar: a professora transmitiria aos menos favorecidos sua experiência, sem com isso se desviar de suas funções tradicionais nem rivalizar com o homem ou ameaçar os domínios masculinos (Saffioti, 1991; Soihet, 1997; Sarti, 2004; Borges, 2013). A esse respeito, Del Priore (2009, p.19) afirma:

Desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até bem pouco tempo, a produziram com exclusividade.

Percebe-se, nessa passagem dos espaços tradicionais para os novos, social e economicamente mais amplos, que o feminino teve um destino peculiar: A esposa colonial, cuja função primordial era a procriação, passou a ser a esposa, a mãe e a mulher que manifestavam iniciativas e desejos não mais exclusivamente direcionados à família (Magalhães, 1993; Lasch, 1999; Hobsbawn, 2000; Rocha-Coutinho, 2005a, 2007, 2009, 2011). Entretanto, os ideais tradicionais continuavam muito presentes nas subjetividades, criando uma sobreposição de mapas que passaram a compreender as relações no interior da família e na sociedade como um todo.

A partir da década de 1960, começando nos Estados Unidos da América do Norte, espalhando-se rapidamente pelos países ricos do Ocidente e invadindo paulatinamente o Brasil, encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo, o que aponta para uma forma política e ideologicamente menos específica da consciência feminina (Del Priore, 2013).

Ao final da década de 1960 e início da de 1970, as condutas femininas passaram por alterações de paradigmas, com as mulheres mergulhadas em conflitos ideológicos e religiosos, influenciadas pela globalização econômica e informacional (Macedo & Kublikowski, 2006; Lins de Barros, 2009).

As mulheres do mundo inteiro lançam nova e decidida ofensiva para demolir as estruturas de uma sociedade baseada na superioridade masculina. Mas, no Brasil, as mulheres ainda estavam distantes do momento em que a revolução feminista substituiria o comodismo da passividade.

A Igreja e o Estado apostavam no sucesso do papel feminino, porém, com restrições. Dentro de casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias, mas, na rua, era outra coisa. O risco da perda da honra crescia; conversas com homens eram inadmissíveis. Estar na rua depois da ave-maria era sinônimo de prostituição. A diferença entre as mulheres de casa, em geral casadas, e as da rua, trabalhadoras concubinas ou sós, acentuava-se (Venturi et al., 2004; Del Priore, 2013).

As últimas décadas do século XX parecem marcar mudanças em aspectos de grande amplitude na vida das mulheres, especialmente no que diz respeito à sua

participação nas decisões sociais, à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia (Jablonski, 2007; Rocha-Coutinho, 2013). Para Giddens (2002), de todas as transformações que estão acontecendo no mundo, nenhuma é mais importante do que aquela que acontece em nossa vida pessoal – nos papéis de gênero, na sexualidade, no casamento e na família –, influenciada por valores e princípios democráticos. Isso tem provocado uma revolução no modo como pensamos sobre nós mesmos e como estabelecemos laços e ligações com os outros. Para esse autor, as mulheres comuns, cujas vidas eram cotidianas, foram tão pioneiras em mudanças de grande e ampla importância quanto as feministas.

2.5 Finalmente, elas conquistam o papel principal

A difusão de pensamentos feministas potencializou a insatisfação das mulheres com o tradicional papel que lhes era atribuído pela sociedade. Novos posicionamentos ocorreram nos costumes e na vida privada, fazendo emergir uma nova identidade feminina com o advento da pílula anticoncepcional, que permitiu à mulher libertar-se de uma vida sexual voltada exclusivamente para a procriação (Jablonski, 1988; Bassanezi, 1997; Del Priore, 2011).

Para a maior parte das mulheres, ao longo da história e em quase todas as culturas, o prazer sexual, quando possível, estava sempre ligado ao medo de gestações repetidas e de morte no parto. Tudo mudou em 1956, quando o pesquisador norte-americano Gregory Pinkus e seu assistente G. Rock inventaram a pílula anticoncepcional. Foi uma espécie de revelação. Em uma época em que era comum a mulher conceber 7, 10, até 12 filhos, obedecendo ao “crescei e multiplicai-vos”, a pílula revolucionou os hábitos sexuais. Na opinião de Del Priore (2011, p.194):

O ato sexual deixou de servir exclusivamente à procriação e tornou-se uma coisa boa, e não somente uma maneira de fazer crescer a família. O surgimento da pílula tornou a mulher livre para viver sua sexualidade plena e escolher sua vida: adquirir estudos superiores ou participar do mercado de trabalho, sem ser interrompida por uma gravidez.

Nessa época, identificam-se sutis mudanças: o modelo do amor-paixão começava a se espalhar. Diferentemente do que ocorria na Europa, o modelo vinha “de baixo para cima”. Não eram as elites inspiradas no romance sentimental

que iriam disseminá-lo e, sim, os imigrantes e migrantes, as camadas populares, para quem o afeto substituíra o dinheiro. Os novos valores seguiam convivendo com os tradicionais – sentimentos e negócios tinham de dar bom resultado. Mas já se admitia que a relação de confiança e respeito mútuo pudesse, sim, ser regada por laços amorosos. Era o início do direito ao prazer para todos (Del Priore, 2013).

Com a industrialização crescente do século XIX, que atingiu inclusive o Brasil, houve um aumento da demanda por trabalhadores, o que acabou por levar um grande contingente de mulheres brasileiras, especialmente as solteiras das famílias mais humildes, a ingressar no trabalho assalariado das fábricas. Com a contribuição da remuneração que recebiam por seu trabalho, as mulheres passaram a participar da composição da renda familiar, ampliando seu universo de responsabilidades (Bruschini, 2007; Jablonski, 2007; Rocha-Coutinho, 2009, 2013).

Gradativamente, as mulheres rompiam com a exclusividade de suas atribuições relacionadas ao espaço doméstico, ao mesmo tempo em que expandiam a sua participação na esfera pública, antes reservada aos homens. Contudo, foi somente no início do século XX que as mulheres brasileiras das camadas médias começaram a atuar em empresas, serviços, fábricas e lojas, preenchendo funções de apoio (secretárias, por exemplo), enquanto aguardavam e/ou se preparavam para o casamento, ainda que algumas permanecessem no trabalho mesmo depois de casadas, especialmente antes do nascimento dos filhos, para aumentar a renda da família. Pouco a pouco, a despeito da permanência da segregação a que sempre foram submetidas na esfera pública, elas foram abrindo espaço e galgando posições cada vez mais elevadas. Atualmente, após anos de exclusão aberta das posições de poder e autoridade, já encontramos no país mulheres ocupando cargos de destaque, ainda que a exclusão persista, mesmo que, na maioria das vezes, de forma velada (Rocha, 2000; Araújo & Scalon, 2005; Rocha-Coutinho, 2013).

A amplitude da nova consciência da feminilidade e de seus interesses torna inadequadas as explicações simples em termos da mudança do papel da mulher, pois já se percebe que tais transformações ocorreram não apenas no que concerne ao papel desempenhado pelas mulheres na sociedade, como também nas expectativas convencionais de como se deve exercer esses papéis. No século XX,

são inegáveis os sinais de mudanças, até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade (Hobsbawn, 2000).

As mulheres se “reinventaram” dentro da casa e da família. As relações verticais passaram a ser questionadas. Novas atitudes e comportamentos femininos são percebidos pelas mulheres, e até mesmo pelos homens, não só como possíveis, mas também como desejáveis. Rompia-se, muito lentamente, o ciclo de dependência e subordinação ao marido. Contudo, sua aceitação ainda esbarra nos antigos discursos definidores das identidades feminina e masculina, resultando na coexistência de discursos contraditórios e, muitas vezes, conflitantes, o que leva a mulher a ser múltipla: profissional competente, culta, inteligente, boa dona de casa, mãe zelosa e presente, que cuida da aparência e investe em sua sensualidade (Figueira, 1987; Jablonski, 1998, 2011; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Teykal & Rocha-Coutinho, 2007). Isso porque os discursos sociais, que passam a configurar as identidades das mulheres, não substituíram a antiga identidade feminina – apenas a ampliou para incorporar esse novo papel de profissional dedicada e competente (Rocha-Coutinho, 2003, 2007, 2011, 2013; Araújo, 2009).

Todavia, esse conjunto de transformações que incidiram sobre as mulheres trouxe consequências importantes e momentos delicados: a dupla jornada de trabalho, a relutância masculina em participar das tarefas do lar, os conflitos em torno da criação dos filhos. O que antes tinha de ser varrido para baixo do tapete, de preferência pelas mãos da esposa, agora ficava óbvio. A lei do divórcio foi aprovada em 1977 e descobria-se a incompatibilidade de gênios. O crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, o progresso científico, a contracepção e a liberalização dos costumes transformaram os valores e tornaram homens e mulheres incompatíveis em diversos propósitos, mudando completamente a face do casamento (Venturi et al., 2004; Del Priore, 2013).

As mudanças abalaram o mito da “rainha do lar” e levou as mulheres a reorganizarem sua representação de papel feminino, culminando numa diversidade de novos papéis sociais e assumindo responsabilidades cada vez maiores no mercado de trabalho e no provimento financeiro da família, ainda que permanecessem como as grandes responsáveis pelos encargos domésticos e

familiares (Jablonski, 2007, 2009; Bruschini, 2007; Rocha-Coutinho & Coutinho, 2011; Rocha-Coutinho, 2013).

Acabara-se o tempo em que cada um dos membros da família endossava um papel social definido, fixo: esfera pública para o marido, chefe de família e encarregado de prover o casal; esfera privada para a mulher, ocupando-se de tarefas domésticas, da educação dos filhos e da submissão destes à autoridade parental (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Araújo, 2009; Del Priore, 2013).

Sociólogos, antropólogos e historiadores constatavam, em 1995, a mais espetacular modificação na forma de estruturação da vida privada: uma em cada cinco famílias brasileiras era chefiada por mulher, que acumulava o trabalho fora de casa com a educação dos filhos. Mulheres assumiam a função de pai e mãe dentro do lar (Del Priore, 2013). De acordo com as pesquisas realizadas e divulgadas na Revista Veja (2002), nessa mesma época, no Rio de Janeiro, a porcentagem de mulheres chefes de família era maior do que a média nacional: 25% das residências – estatística semelhante à que se observava, à época, nos Estados Unidos. Ainda assim, sua presença era cada vez mais comum no Brasil inteiro. Em 1970, por exemplo, totalizava 13%.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (citado por Del Priore, 2013, p.85), em 1985 houve 76 mil separações judiciais e homologação de 36 mil divórcios. Considerando que, no Brasil, cada casal tinha em média quatro filhos, estima-se que só naquele ano o número de filhos de pais separados tenha alcançado o total de 440 mil crianças. Importante destacar que ambas as mudanças – aumento do divórcio e participação da mulher no mercado de trabalho – estavam muito relacionadas. Segundo uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP), de outubro de 2010 (citado por Del Priore, 2013, p.88), quando o marido saía de casa e ia morar sozinho, todos se tornavam 25% mais pobres. Caso o marido tivesse outra mulher para sustentar, a queda chegaria a 35%. Se houvesse outros filhos, o arrocho seria de 50%. Quem tinha de correr atrás do prejuízo era a mulher. Se não trabalhava, iria procurar emprego. Se fizesse meio período, teria de cumprir uma jornada inteira. Mesmo que o marido lhe pagasse uma pensão de 50% sobre seus vencimentos, o que era raro, na lógica dos gastos do dia a dia com o supermercado e com a mensalidade escolar seria ele o menos prejudicado (Del Priore, 2013).

Trabalho e família, em igualdade de condições, passaram a representar um grande impasse e a exigir tempo, energia, investimento emocional, além de expor a mulher contemporânea a muitas pressões, internas e externas, como, por exemplo, dividir-se entre mamadeiras e lições de casa, suprir a falta da babá, providenciar o almoço e atender a compromissos profissionais.

Os resultados obtidos nos estudos realizados por Rocha-Coutinho (2013) apontam que todo o desgaste vivenciado pelas mulheres vem levando-as a priorizar a família sem, necessariamente, abandonar a carreira, pelo menos nos primeiros anos de seus filhos, deixando em segundo plano a carreira profissional. Como resultado, as mulheres, frequentemente, acabam se afastando das carreiras de maior prestígio e poder. Isso ocorre porque o cuidado com os filhos consome boa parte do tempo, tornando-se, muitas vezes, incompatível com o nível de exigência elevado do mercado de trabalho. Observa-se aí um paradoxo: do ponto de vista da profissionalização, as mulheres estão mais do que preparadas para o desafio de enfrentar o mercado de trabalho. Nos últimos 25 anos, comparativamente aos homens, as brasileiras adquiriram maior nível de escolaridade.

Com maior acesso à educação e diante de novas possibilidades de trabalho, as mulheres tiveram de escolher. Dividiam-se entre os papéis desempenhados nos espaços públicos e privados. Ora eram mães, ora profissionais. Nos dois, deveriam se sair bem, desdobrando-se como podiam entre duplas, quando não triplas jornadas de trabalho. Essa nova realidade, aliada aos avanços da contracepção e, principalmente, da concepção, trouxe-lhes, também, uma nova possibilidade de escolha: ser ou não ser mãe?

Cada vez mais mulheres, especialmente as mais diplomadas, passaram a optar por não ter filhos e se dedicar à profissão, poupando, assim, muitas dificuldades no cotidiano (Badinter, 2011). Segundo as pesquisas de Del Priore (2013), a população brasileira concentrada nas grandes cidades reduziu a taxa de natalidade. Passou-se de 4,5 filhos/filhas por mulher, em 1980, para 2,5 15 anos depois. Em 1997, segundo dados do PNDS/BENFAMD (citado por Del Priore, 2013, p.156), 11% das mulheres em união estável, até 25 anos, eram esterilizadas. Dos 25 aos 29, a taxa aumentava para 27%, chegando a mais de 50% dos 35 aos 49 anos. Da prole numerosa do passado, em que muitos filhos ajudavam no

trabalho, sobretudo agrícola, passamos aos filhos planejados – e poucos –, como assinala Rocha-Coutinho (2005b, p.124):

Esta queda no número de nascimentos reflete não apenas uma disponibilidade e eficácia dos métodos contraceptivos, como também uma melhoria no processo educacional e uma percepção, por parte de um número crescente de mulheres, de que a vida pode proporcionar outras experiências emocionantes e gratificantes além da maternidade.

No início do século XXI, as mulheres já consideram a possibilidade de retardar a maternidade e escolher o melhor momento de serem mães, privilegiando, inicialmente, a realização profissional e a independência financeira. O resultado é que, do ponto de vista profissional, as mulheres estão cada vez mais preparadas, comparativamente aos homens. Sendo assim, o que justifica o fato de as mulheres não alcançarem posições mais elevadas no mercado profissional?

Atualmente, segundo as estatísticas do IBGE (2010), destacadas nos estudos de Rocha-Coutinho (2013), 43% das mulheres brasileiras têm nível universitário contra 38% dos homens. Apesar de haver maior percentual de homens (28% contra 27% de mulheres) com curso de pós-graduação, essa diferença é bastante pequena e, no cômputo geral, o percentual de mulheres com nível universitário e pós-graduação (70%) é maior do que o dos homens (66%). Isso não acarreta, contudo, diminuição da diferença salarial entre eles em favor dos homens – ao contrário, parece aumentar; segundo dados do IBGE (2010), essa diferença representa cerca de R\$1.653,70 em favor dos homens, maior que aquela entre mulheres e homens com 11 anos de estudo, algo em torno de R\$616,80 em favor dos homens (Rocha-Coutinho, 2013).

Depreende-se, por esses dados, que as mulheres ainda são afetadas pela associação de sua imagem à maternidade e aos cuidados com os filhos e que, devido a tal relação, empregadores tenham receio de investir em mulheres para altos cargos, baseando-se na falsa premissa de que elas não poderiam dedicar-se integralmente à empresa ou que, a qualquer momento, poderiam abandonar a carreira profissional para priorizar a vida familiar. Isso acontece porque a maternidade ainda é vista, pela maioria, como a essência da condição feminina, e a mãe, indispensável para o bom e saudável desenvolvimento dos filhos, conforme nos aponta Souza (2000, p.155; grifos do autor):

[...] Como a entrada das mulheres significa um estreitamento de poder dos homens, criam-se ressentimentos que são expressos de várias formas. Uma das cobranças mais sentidas, que recai sobre as mulheres em geral, é a ditadura da perfeição, que se expressa como se fosse um “consentimento” que a sociedade dá para a mulher sair do seu papel tradicional, de mãe e dona de casa, desde que: primeiro, agregue novos papéis, como profissional, militante, etc., sem abrir mão dos anteriores e segundo, que exerça todos eles com perfeição, de uma forma não igual, mas superior ao que o homem faz. O sentimento de culpa que advém quando não se exerce com perfeição um destes papéis, principalmente o de mãe, é um dos mecanismos citados como responsável pelo assujeitamento da mulher.

Nessa busca de igualdade parece não ser suficiente para as mulheres executarem seu trabalho profissional tão bem quanto os homens. Considera-se que, enquanto a sociedade e a própria mulher não revitalizarem o papel de mãe e o cuidado com as crianças não for considerado de responsabilidade tanto de homens quanto de mulheres, os ônus e os benefícios especiais da maternidade continuarão situando a mulher em segundo plano na vida pública (Rocha-Coutinho, 2005b; 2013). Tal situação se apresenta à mulher contemporânea como um grande paradoxo, que consiste em encaixar a maternidade em suas vidas sem abdicar de suas outras atividades e/ou estreitar suas ambições.

Na opinião de Del Priore (2013, p.164), “[...] Depois da batalha pelo ‘direito ao prazer’, as mulheres hoje batalham pelo direito de vivenciar a maternidade plenamente”.

Enfim, chegamos ao século XXI com uma ruptura na história da invisibilidade das mulheres e, apesar dos nós de contradições que marcaram essa história, nos últimos 20 anos elas revolucionaram e tornaram-se as principais personagens de mudanças em nossa sociedade. Ao feminizar o trabalho, deixaram para trás o seu papel de coadjuvante para exercer o de atriz principal. Mudaram as regras que as queriam como “homem de saias”. Hoje, elas querem, ao mesmo tempo, ser mães, trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de seu lazer e prazer.

Em casa, as tarefas continuam desigualmente compartilhadas. Segundo estudos revelados por Del Priore (2013), mais de 90% delas asseguram a “ordem e o progresso”, embora já surjam algumas zonas de negociação, como o fogão ou as compras. Se o casamento se desfaz, elas sofrem imediata desvalorização no mercado matrimonial. Em tempos de crise, será mais fácil ver as mulheres ameaçadas pelo desemprego ou aceitando ocupação em tempo parcial. A superioridade feminina é apenas numérica: mais mulheres chefiam famílias

monoparentais, aceitam situações de subordinação e buscam se adequar ao modelo de perfeição estética imposto pela mídia.

Todo esse movimento parece provocar alterações nos padrões de comportamento feminino em relação à maternidade e ao papel conjugal, pois a “nova mulher” tem pela frente a função de encontrar uma forma de conciliar as tarefas anteriormente exercidas por ela com os novos papéis conquistados. O desafio que se coloca é compreender em que medida a relação conjugal e familiar sofre com o impacto dessas mudanças. Velho (1987) afirma que, apesar de as mulheres terem conquistado o direito ao trabalho e à educação, ainda lhes são atribuídos antigos valores e funções, tais como submissão, abnegação, tarefas domésticas e cuidados com as crianças.

Nesse contexto, não raro se tem como consequência uma angústia gerada por exigências, cobranças e expectativas, em um cenário de culpa, cansaço e desgaste (Jablonski, 2007; Soutto Mayor & Bernardino, 2012).

3 Papéis familiares

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade.

Simone de Beauvoir (1980, p.9)

Ao se pensar os efeitos das construções de gênero na família, a ausência paterna, tão discutida atualmente, pode ser considerada fruto de uma ideologia que excluiu o homem, durante muito tempo, da vida privada, já que os mesmos ideais que limitavam a mulher ao espaço doméstico restringiam o homem ao espaço público (Rocha-Coutinho, 2005b, 2011, 2013).

Os dialetos que se estabelecem entre a compreensão que a mulher contemporânea tem de si mesma e os estereótipos femininos atribuídos a ela, a partir das concepções de gênero, levam-nos a questionar como isso se apresenta na família e de que maneira maridos e filhos a percebem.

Na perspectiva de compreender como essas transformações repercutem no ambiente familiar, tem-se por objetivo abordar as mudanças sociais ocorridas nos papéis e nas relações em seu interior que afetaram significativamente a cena protagonizada pela família e os valores que lhes são agregados. Nesse novo contexto, pais dividem com as mães responsabilidades a serem desempenhadas na família.

3.1 “Homem é homem; mulher é mulher”: o que isso significa?

Homens e mulheres estiveram, desde sempre, imbricados em questões de ordem cultural, social, econômica e religiosa e tiveram as suas diferenças demarcadas pelas construções de gênero, ou seja, por uma definição de sexo social, não biológica, cujo objetivo era propor a compreensão de uma sociedade sexuada, um mundo organizado pelas características dos sexos. Nesse contexto, as mulheres possuíam identidade e papéis tipicamente femininos, como os afazeres

domésticos, os cuidados com o marido e com os filhos etc., enquanto aos homens eram atribuídos, como sinônimo de papel masculino, o exercício da chefia familiar e a garantia do provimento financeiro.

Fruto de uma visão positivista de ciência, tais diferenças – resultantes de descobertas sobre a realidade masculina e feminina apoiadas em uma perspectiva biológica e marcante – determinam a natureza do homem e da mulher com o objetivo de delimitar o aspecto relacional da construção de feminilidades e masculinidades, permitindo, dessa forma, a negação do determinismo biológico imprimido em termos como “sexo” ou “diferença sexual” (Scott, 1990; Sorj, 2005, 2007; Macedo & Kublikowski, 2006).

O início do século XX é marcado pela busca de afirmação das diferenças que sustentam a inferioridade feminina, delimitam a sua esfera de ação e restringem sua autonomia e liberdade de movimentos. Homens e mulheres se aprisionam em um modelo de normalidade, não se permitindo o questionamento dessas construções culturais, sociais e históricas. A assimetria nas relações de gênero existe de forma simbólica, rigorosamente para remeter ao plano ideológico, que é o dispositivo regulador dos significados de gênero (Scott, 1990; Macedo & Kublikowski, 2006; Araújo, 2009).

A historiadora Joan Scott (1990, p.14), ao propor “gênero” como uma categoria de análise histórica, define-o como:

[...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...]; o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Esse conceito não se refere apenas à identidade pessoal; trata-se de um fenômeno social. Guarda pouca relação com o de sexo, mas muita relação com o de classe social e organiza socialmente as diferenças sexuais. Daí a construção de gênero como uma significativa categoria da realidade social que implica questões sociais, econômicas, políticas, religiosas e familiares. Fala-se de masculinidade e de feminilidade como concepções atreladas ao modo de agir, independentemente do sexo biológico (Saffioti, 1991; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Araújo, 2009). Sobre o assunto, Castells (1999, p.127) afirma:

É inegável o peso que as construções sociais de gênero têm sobre a sociedade, especialmente no que tange ao “ser mulher” como detentora da responsabilidade pelos trabalhos domésticos e pela educação dos filhos (grifos do autor).

A partir dessa concepção de diferença biológica, todas as demais determinantes são decorrentes e definem as características de comportamento inerentes ao homem e à mulher, ou seja, o que é tipicamente feminino ou masculino. Esse tipo de abordagem postula que as diferenças entre meninos e meninas são absorvidas, desde a tenra idade, porque os agentes socializadores (pais, família, escola, mídia) influenciam, por meio de reforços ou processos de identificação, expectativas, atitudes e comportamentos típicos a cada sexo, inculcando uma noção do que é ser homem ou mulher, do esperado, permitido e excluído a cada sexo, constituindo peça-chave no desenvolvimento da personalidade e influenciando seu modo de agir.

Refletindo sob a ótica de gênero, Negreiros & Féres-Carneiro (2004) observam que essas noções sempre foram mantidas por se acreditar que meninos e meninas tinham uma tendência a imitar os seus iguais mais do que ao sexo oposto, baseando-se na observação direta e na interpretação do que percebiam como “certo” para cada sexo. Destaca-se, com isso, que as identidades de gênero são forjadas em determinada cultura e, em dado momento histórico, são compartilhadas e transmitidas. Louro (1997, p.28) nos aponta que:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

Os resultados de pesquisas desenvolvidas por Jablonski (2007), Sorj (2007), Araújo (2009) e Rocha-Coutinho (2013), acerca das relações de poder entre os cônjuges, apontam que se encontram associadas à figura da mulher as atividades relacionadas à manutenção do bem-estar da família, tais como cuidar do marido e dos filhos, incluindo seus pais ou qualquer outro membro da família doente ou dependente, e da rotina da casa, enquanto aos homens são atribuídas as principais decisões a respeito do desenvolvimento econômico e social da família.

Em relação às atitudes, espera-se do homem maior responsabilidade, apoio e proteção à família e que tenha por características independência, assertividade, iniciativa, decisões e necessidade de realização. À mulher cabem a responsabilidade da casa e a criação das crianças, associando-se a isso características como emotividade, ternura, sensibilidade e necessidade de afiliação (Jablonski, 1988, 1998, 2007).

A sociedade cria expectativas e sistemas de crenças que ditam comportamentos e atividades apropriados para homens e mulheres; dessa forma, as mulheres, ao permanecerem vinculadas a seus estereótipos tradicionais femininos, continuam sendo as grandes responsáveis pelos encargos familiares, mesmo assumindo atribuições cada vez maiores no mercado de trabalho e no provimento financeiro da família (Jablonski, 2007; Sorj, 2007).

Ao tentar redefinir seu lugar em uma sociedade eminentemente patriarcal, a mulher incorporou novos papéis, como o de trabalhadora engajada em uma carreira profissional, não só para atingir um padrão de vida melhor para a família como também para garantir realização pessoal e social (Goldenberg, 2000; Rocha-Coutinho, 2003, 2005a, 2007, 2009, 2011, 2013). Nesse processo, foram colocadas em pauta questões fundamentais à revisão dos papéis de gênero, incluindo as expectativas em torno de sua nova identidade e da doutrina da maternidade como essência feminina.

Nos anos de 1990, já não se encontram, em lares brasileiros, os mesmos modelos patriarcais. Começava-se uma busca pela uniformização de conceitos, acarretando uma nova estrutura familiar e social. Se, em tempos primordiais, homens e mulheres tinham funções preestabelecidas, cujas definições eram alicerçadas na infância, ao final do século XX dava-se lugar a outra realidade, a de equivalência de papéis, objetivando a igualdade de direitos.

O modelo de homem como “chefe de família”, que deve sustentar a casa com o seu emprego, e o da mulher, responsável pelos cuidados da casa e educação dos filhos, adquirem outras funcionalidades e já é possível encontrar mulheres emancipadas e ativas no mercado de trabalho, sustentando a casa, dividindo as despesas e cuidando dos afazeres domésticos (Almeida, 2003; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Féres-Carneiro et al., 2007; Araújo, 2009).

Em relação aos homens, acredita-se que, em grande parte, o espaço na casa, deixado pela ausência da mulher ao se inserir no mercado de trabalho, juntamente com a cobrança social que tem recaído sobre eles para que expressem um comportamento mais participativo e envolvente nos relacionamentos afetivos e familiares, vem contribuindo para o surgimento de uma nova concepção de masculinidade, de modo geral, e de paternidade, em particular.

Na contemporaneidade, homens e mulheres estão sendo levados a repensar suas atitudes e papéis, bem como a analisar suas necessidades individuais para

além dos estereótipos instituídos pela lógica patriarcal, ou seja, repensar as bases de sua própria identidade (Wang et al., 2006).

De certa forma, trata-se de uma transformação do contexto familiar que interfere na interação social de seus respectivos elementos, onde se devem buscar soluções mais criativas para o relacionamento entre homens e mulheres. As demandas pela igualdade de gêneros implicam a necessidade de ambos cederem espaços e poderes, o que lhes acarreta uma nova identidade: mais complexa e menos dividida, desvinculada dos antigos territórios rigidamente demarcados (Féres-Carneiro, 2001; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Jablonski, 2007).

Araújo (2009) considera que vivemos, nas últimas décadas, profundas mudanças e até uma redefinição do papel da mulher e do homem, ensaiando a desconstrução de uma tipificação de gênero, e que o século XXI representa uma época de transformações na família, no trabalho e nas instituições, principalmente em termos de reorganização das relações de poder, dos papéis e da igualdade de direitos e deveres. Porém, destaca de forma crítica que, na prática, ainda não identificamos uma desvinculação da figura da mulher ao trabalho doméstico. Estas continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados e pela educação dos filhos, enquanto a participação do homem nesse contexto está relacionada a uma condição de “ajuda”.

Araújo (2009) aponta que algumas atividades, tais como cozinhar e passear com os filhos, distanciaram-se de uma condição banal e rotineira ao serem desempenhadas pelos homens e que estes continuam a exercer a escolha sobre a forma e o momento de realizá-las, enquanto às mulheres cabe executar o que é necessário, independentemente de sua escolha. Na prática, a assimetria de gênero persiste, visto que o exercício da escolha continua sendo um privilégio masculino e que o senso comum ainda vê o trabalho remunerado da mulher como uma atividade auxiliar, uma “ajuda” ao marido ou, segundo um antigo dito popular, dinheiro para os alfinetes – e, portanto, sem o mesmo grau de importância que o trabalho masculino –, embora um quarto dos 28 milhões de mulheres brasileiras que trabalham sejam chefes de família e a sua participação no mercado de trabalho venha crescendo consistentemente nas últimas três décadas.

3.2

Família contemporânea em cena: o palco de transformações

A cena se modificou. A modernidade flexibilizou os papéis ao oferecer à mulher maior oportunidade de autonomização e os “atores” tiveram de adaptar-se. Conforme nos aponta Roudinesco (2002), a família ocidental está hoje sujeita a uma grande desordem.

Para entendermos como se deu esse processo de reorganização das famílias e de que maneira elas conduziram as mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, devemos recuar no tempo, a fim de identificar as formas de organização, os padrões de comportamento adotados, sua configuração, modos de funcionamento e as transições que foram ocorrendo em diferentes períodos (Burke, 1992; Féres-Carneiro et al., 2011).

De acordo com Ariès (1978), o sentimento de família começa a se desenvolver a partir dos séculos XV e XVI, com a missão de conservar bens, estimular a prática de um ofício que fosse comum a todos e preconizar a ajuda mútua. Outras concepções, como a de Freyre (1973) e de Flandrin (1995), descrevem a instituição familiar do século XVII como “a grande família”, um grupo extenso de pessoas que coabitavam, não necessariamente possuindo laço consanguíneo, constituído pelo casal, sua prole, parentes, agregados e escravos, que dependiam de um mesmo chefe de família, aquele que possuía o pátrio poder e o direito de vida e morte. Uma grande transformação se inicia quando o interesse pela transmissão de um patrimônio ou de um nome deixa de ser o foco principal e a família passa a se constituir como uma célula conjugal, construindo, em torno de si, o muro da vida privada. Desse momento em diante, mais especificamente o século XVIII, começa a existir o sentimento de família como hoje é conhecido. Os filhos adquirem direitos e deveres e, por influência do Cristianismo, o amor dos pais e dos filhos se torna recíproco. As mulheres pouco saíam de casa, dedicando boa parte do tempo a bordados e costuras ou ao preparo de doces, bolos e frutas em conserva. À sua volta, as crianças.

Outros tipos de família se multiplicaram na mesma época: pequenas; de solteiros e viúvos; de mães e filhos que viviam sem companheiros nem pais; de escravos. Ou seja, também no passado, a noção de família variou de acordo com os diferentes grupos sociais e sua localização. Ariès (1978) acrescenta que a

família conjugal do século XIX fora afetada pelo processo de industrialização e pela grande concentração de população nos centros urbanos, o que obrigou a mudanças nas relações sociais, fazendo com que a família passasse a exercer o papel de mediadora entre os indivíduos e a comunidade. Enquanto instituição social, a família passa a desempenhar papel fundamental e a favorecer o desenvolvimento do processo de inclusão social de seus membros.

Ao tratar das modificações ocorridas na família, Giddens (1991) afirma ser possível identificar continuidade entre o tradicional e o moderno, mas as mudanças ocorridas nos últimos quatro séculos, especialmente no XIX, mostram que há de se considerar também as rupturas dentro da história da família e da sociedade. Giddens (1991) avalia que transformações amplas ocorreram, obrigando à reestruturação da intimidade entre homens e mulheres tanto na vivência do casamento e da família quanto nos espaços externos, como, por exemplo, nas relações sociais e de trabalho. Ele ressalta que tais mudanças propiciaram maior autonomia aos indivíduos, o que considera algo positivo e não um valor egoísta e desagregador. O autor se refere a certo tipo de individualismo que serve como base de reconstrução das sociedades modernas pautadas na autonomia e na interdependência.

Refletindo sobre o conceito tradicional de ‘família’, que, em “sentido amplo, [...] sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros: um genos, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa, etc.”, Roudinesco (2003, p.18) considera que a família possa ser percebida por intermédio de dois vieses universais: o cultural, que é instituído pela sociedade, e o biológico, ligado à natureza humana. A autora destaca três importantes períodos caracterizados por diferentes formas de organização familiar.

A primeira se caracteriza pela formação da família tradicional pautada na preocupação com a transmissão de um patrimônio. Nessa época, os casamentos eram arranjados entre os pais, tendo como função básica a manutenção da riqueza e da propriedade, sem levar em conta o interesse afetivo dos futuros esposos. Os padrões de comportamento revelavam a severa distinção entre os papéis do homem e da mulher. Apresentava caráter de família extensa, pois, além do núcleo central formado pelo dono da casa, esposa e filhos legítimos, abarcava irmãos, tios, primos, noras e genros, afilhados e agregados. O marido detinha o poder de

decisão indiscutível e a tarefa de proteger a esposa e os filhos, bem como de lhes prover o sustento. À mulher cabiam a organização da casa e os cuidados com a família. O papel das mulheres no sustento econômico era desqualificado, legitimando a tarefa atribuída, exclusivamente, ao homem, de ser seu único provedor. Esse modelo de família apresentava-se centrado no grupo e os adultos encontravam-se a serviço deste e, principalmente, das crianças, acrescenta Fonseca (2000).

Em uma segunda fase, a família dita “moderna” passa a ser constituída por meio de uma lógica afetiva pautada no amor romântico, que sanciona a reciprocidade dos sentimentos como base para o casamento e a divisão do trabalho entre os esposos. Talvez seja essa a mais importante mudança nas mentalidades ocorrida na Idade Média, cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX e tem como cerne a inclusão da perspectiva amorosa com a escolha dos parceiros. A valorização do casamento por amor se traduziu na elaboração de uma moral civilizada. Fundada na monopolização do afeto pela instituição matrimonial, essa moral exigia que o amor e a paixão, até então reservados aos amantes, fossem agora assumidos pelos esposos. Ela serve para condenar radicalmente todas as relações carnais fora do casamento.

A Igreja Católica, nesse momento, tem participação significativa sobre a jurisdição do casamento: encabeça uma cruzada moral e passa a interferir em todos os assuntos relacionados ao matrimônio, começando pela vida sexual dos cônjuges que, influenciados pelos ditames católicos, passam a acreditar que o sexo, mesmo dentro do casamento, carrega a mancha do pecado original. Dessa maneira, a Igreja procurava controlar o desejo dos casais, permitindo apenas o sexo com fins de procriação (Del Priore, 2011).

Na passagem do século XIX para o XX, enquanto se consolidava a República, observava-se a secularização da religião. A ascensão do capitalismo vai colocar em xeque a autocracia da Igreja e o direito patriarcal. Segundo Del Priore (2005, p.231),

[...] novos comportamentos tiveram início, no fim do século XIX, comportamentos marcados por enorme transformação social e econômica. Essa corrente influenciará as formas de viver e pensar, provocando, no meio do século XX, uma fenomenal ruptura ética na história das relações entre homens e mulheres.

A liberalização dos costumes ocasionou diferentes formas de pensar o amor, a conjugalidade e a maternidade. Gradativamente, as regras impostas ao casamento mudam e os casais começam a se escolher. O casamento de conveniência passa a ser repudiado e o amor deixa de ser uma ideia romântica para se tornar o cimento de uma relação. Para Roudinesco (2003, p.20):

Na época moderna, a família ocidental deixou, portanto, de ser conceitualizada como o paradigma de um vigor divino ou do Estado. Retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade.

A terceira fase surge no final do século XX com a família pós-moderna, que se institui pautada por uma característica de atemporalidade, ou seja, uma união que dura enquanto houver amor e prazer, na qual passaram a conviver várias formas de arranjos não tradicionais, ainda menos permanentes e mais flexíveis e igualitários do que os das famílias da modernidade (Jablonski, 1998). O amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vinculados aos papéis tradicionais, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade prevalece e adquire cada vez mais importância social (Sarti, 2004; Rocha-Coutinho, 2013).

A par dessas mudanças, avanços tecnológicos e lutas políticas tornaram a contracepção relativamente segura e efetiva, separando a sexualidade da maternidade. Com isso, registra-se um decréscimo na taxa de fertilidade, especialmente nas camadas médias urbanas, que reflete não apenas a eficácia dos métodos anticoncepcionais como também um aumento no nível educacional e nas oportunidades ocupacionais abertas às mulheres, que passam a ambicionar outros papéis que não aqueles que as restringiam ao plano doméstico (Rocha-Coutinho, 2007).

Vários estudos têm apontado que as mudanças registradas nas famílias na segunda metade do século XX se devem ao decréscimo do número de casamentos e do número de filhos na família e ao aumento no número de concubinagens, divórcios, famílias monoparentais, famílias recompostas e de mulheres com trabalho assalariado (Singly, 2007), o que implicou uma reorganização familiar que se reflete nos papéis parentais e nas questões relacionadas aos indivíduos nas formas de constituição das relações familiares (Féres-Carneiro et al., 2011).

Pesquisas recentes (Jablonski, 2009; Féres-Carneiro et al., 2011; Rocha-Coutinho, 2013) corroboram o surgimento de maior diversidade nos modos de funcionamento da família e de arranjos familiares não tradicionais, que abarca o crescimento do número de uniões consensuais, de famílias reconstituídas, de famílias chefiadas por mulheres, de casais sem filhos etc.

Segundo o IBGE (2010), houve um aumento no percentual de casais sem filhos de 14,9% em 2002 para 20,2% em 2010, sendo que, em 2010, o percentual de casais sem filhos na área urbana (22,1%) já estava muito próximo do percentual de casais com filhos (23,5%), o que poderia, pelo menos em parte, ser explicado por maior inserção e envolvimento das mulheres de classe média no mercado de trabalho. Enquanto o número de divórcios triplicou, o de casais morando juntos passou de 6,5% para 28,5%, quando comparados os dados dos anos de 1960 com os registros em 2000. Esses números revelam que, apesar da “crise” do casamento, os sujeitos parecem dispostos a viver juntos, optando por outras formas de união e de família.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2012) apontou que o número médio de pessoas por família passou de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2 pessoas em 2006 e para 3,0 pessoas em 2012. Outro aspecto marcante é a redução no número de arranjos familiares constituídos por casal com filhos, que passou de 52,7%, em 2002, para 45% em 2012. No mesmo período, registra-se um aumento no número de casais sem filhos – de 14% para 19%. Nas famílias constituídas por mulher sem cônjuge, com filhos, a proporção passou de 17,9% para 16,2% no mesmo período.

Nessa nova família se atribui importância à realização pessoal dos membros do grupo. O amor torna-se condição básica para que o matrimônio permaneça e as funções conjugais e amorosas já não se encontram tão diferenciadas do ponto de vista sexual (Singly, 2007).

A esse respeito, Borges & Magalhães (2009, p.45) afirmam que:

No modelo de família tradicional, o casal era valorizado apenas como uma parte do sistema familiar; de modo que os laços com os filhos e outros parentes eram igualmente ou até mais importantes para a vida familiar. Diferentemente, hoje o casal é o cerne da família, tendo o amor, somado à atração sexual, como a base da formação dos laços de casamento.

Ademais, com a religião perdendo força, não foi possível sustentar a ideia de que se devessem manter casamentos com relações insatisfatórias; em muitas relações matrimoniais, a igualdade entre os sexos passa a ser pré-requisito primordial (Jablonski, 1998). Esse cenário afeta tanto o homem quanto a mulher e o papel que cada um desempenha passa por modificações. As mulheres começam a defender suas próprias concepções e a reivindicar direitos. Torna-se parte da proposta de independência escolher entre permanecer solteira ou se casar, ter filhos ou não, ter ou não mais participação na vida pública. Acrescente-se a isso que a antiga hierarquia familiar foi substituída por uma relação de maior igualdade e respeito e que os tradicionais valores familiares vão dando lugar a sentimentos individuais. A heterogeneidade, a pluralidade, a flexibilidade e a diversidade das novas organizações familiares são as características da família contemporânea (Del Priore, 2005).

Jameson (1995) nos lembra que, mais do que um período histórico, a contemporaneidade se caracteriza por uma ruptura com a visão moderna de mundo e de homem, constituindo-se em uma resposta às novas formas de dominação, nas quais a própria cultura se torna mercadoria de consumo.

A esse respeito, Vaitsman (1994, p.69) ressalta:

O que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normalizador das práticas.

Fundada sobre novos valores, a família contemporânea apresenta outros estilos de vida e de arranjos familiares, passando por um processo sociocultural de redefinição. Os lugares masculinos e femininos nessa família não coincidem exatamente com aqueles anteriormente ocupados por homens e mulheres. Eles circulam, e com muito mais intensidade (Kehl, 2003). Existe um contraponto que se estabelece entre os ideais individuais e os relacionais: ao mesmo tempo em que se busca uma autonomia individual, valoriza-se a existência da família.

Para Singly (2007, p.135):

Essa oscilação entre a necessidade de laços de interdependência e a negação dessa necessidade cria uma tensão entre os cônjuges, no âmbito das famílias contemporâneas. O compromisso assume uma forma ideal de um “eu” no seio de um “nós” pouco expressivo, de um “nós” que só tem valor se referente às expectativas dos dois “eus” que compõem o grupo conjugal ou doméstico (grifos do autor).

Parece-nos que o valor da contemporaneidade é a autonomia. Nela, os indivíduos que se relacionam anseiam por aspirações pessoais e depreciam as dependências emocionais entre si. O que se verifica é a coexistência tensa de valores, uma relação conflituosa, própria de um período de transição, na medida em que ela não prevê a substituição completa dos ideais hierárquicos pelos individualistas, mas legitima tanto a formação de modelos de relações familiares igualitárias como de modelos hierarquizados (Borges & Magalhães, 2009).

A “crise” contemporânea da família parece mais radical quando a aceleração da individualização ameaça o equilíbrio em que até hoje a instituição familiar sobrevivera, combinando a forma hierárquica e o espírito individualizante. A decadência da família tradicional faz surgir incertezas que são desafiadoras porque não se referem somente à dissolução ou à transformação de uma instituição, mas à reformulação da combinação até então existente entre o individualismo e a hierarquia de forma mais ampla (Borges & Magalhães, 2009).

A família contemporânea atravessa um período de transição, em que significativos fenômenos e movimentos sociais dão lugar a um novo perfil de valorização, respeito e apoio pelo crescimento individual do parceiro; à flexibilização dos papéis de gênero e à construção de relações mais igualitárias (Wagner et al., 2005; Singly, 2007; Borges & Magalhães, 2009).

Nesse contexto, veem-se pais que dividem com as mães tarefas pertinentes à família e mães que são questionadas por filhos que reclamam da ausência que lhes remete à solidão (Mizrahi, 2004).

3.2.1

Marido: de ator principal a coadjuvante

Na contemporaneidade, não se pode mais falar de papéis definidos, mas de papéis com mobilidade e fluidez, algo distante do padrão familiar patriarcal (Wagner, 2005). A passagem do século XX para o XXI foi marcada por grandes acontecimentos – em especial, a entrada da mulher no mercado de trabalho – que influenciaram a família. Os padrões culturais foram redefinidos em curto espaço de tempo e os valores em torno do conceito de ser homem, que até então estavam enraizados no sistema patriarcal, começaram a ter suas estruturas abaladas. Se, no início, era o homem o detentor de todos os poderes paternais e conjugais, topo de

uma pirâmide da qual filhos e mães constituíam a base, hoje as posições mudaram e a família, enquanto espaço privilegiado em que ocorre o desenvolvimento das funções parentais, vive o desafio de reorganizar suas funções (Chaves, 2002; Del Priore, 2013).

Percorrendo historicamente a concepção de masculinidade, identificamos que durante o século XX, mais precisamente a partir dos anos de 1970 ou 1980, teve início o declínio da imagem autoritária do pai. A masculinidade fundada apenas na coragem e na honra perdia forças e dava lugar a novos comportamentos: a palavra tomava o lugar do gesto, a competência se sobrepunha à dominação e a mediação substituía o confronto. A função paterna, que sempre esteve ligada à ideia de provimento e de poder sobre os demais componentes da família, começava a ser questionada. A decadência do modelo familiar patriarcal possibilitava o surgimento de novos estilos e papéis que se reconfiguravam na família contemporânea. O “novo homem” se apresentava educado, senhor de suas paixões e com hábitos mais requintados. Contudo, o mundo masculino defrontava-se com novas dimensões e com as especulações que sugeriam um “efeminamento do homem moderno” (Del Priore, 2011).

Ao analisar as relações parentais e suas funções, Roudinesco (2003) discute em profundidade a queda da soberania divina do pai na família ocidental nos dois últimos séculos; a irrupção do feminino, entendido como sinônimo do processo de emancipação da mulher na sociedade capitalista burguesa, as mudanças que determinaram as novas configurações familiares da atualidade; os novos papéis desempenhados por todos (marido, mulher e filhos). Nesse contexto, a autora questiona:

Estaremos assistindo ao nascimento de uma onipotência do materno que viria definitivamente aniquilar o antigo poder do masculino e do paterno em benefício de uma sociedade comunitarista ameaçada por dois grandes espectros: o culto de si próprio e a clonagem? (p.12).

De certo, durante muito tempo, as tarefas domésticas foram atribuídas somente às mulheres. Não se esperava que o homem se ocupasse com questões relativas à educação, ao desenvolvimento dos filhos, ou mesmo com manifestações de afeto – atribuições tipicamente femininas. Ao contrário, o que se via era um pai ausente e inacessível, distante física e emocionalmente, mas poderosamente alocado no papel de comando dessa família (Badinter, 1993,

2011). A emancipação feminina e a crise do modelo familiar patriarcal nas sociedades contemporâneas proporcionaram o deslocamento de papéis e a desvalorização da figura paterna. Em consequência, a família contemporânea apresenta conflitos no que se refere à reorganização de seus papéis e transmissão de valores aos seus membros (Sutter & Bucher-Maluschke, 2008). A esse respeito, destaca Roudinesco (2003, p.21):

À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado.

Ao longo das últimas décadas, tem-se estabelecido um novo padrão de paternidade. De acordo com Lamb (1992), boa parte das transformações está sendo impulsionada pelas mulheres. Primeiramente, em razão do movimento de emancipação protagonizado por elas; em segundo lugar, porque, em função disso, elas demonstram não suportar mais o acúmulo de responsabilidades domésticas com as novas funções conquistadas. Essa nova mulher, na verdade, busca para si um novo modelo de marido, mais participativo e interveniente na educação dos filhos.

O que se deseja destacar é que as identidades são relacionais e que as mudanças não acontecem de forma unilateral em um dado gênero. Dessa forma, a paternidade, na contemporaneidade, toma novos contornos e passa a ser exercida por homens mais expressivos e cuidadores (Chaves, 2002; Araújo, 2009; Amazonas et al., 2011).

Na contemporaneidade, os estudos referem a existência da expressão “pai nutridor”, que traduz o modelo do pai que sustenta uma relação empática e próxima com seus filhos, além de compartilhar, em condições de igualdade com a mãe, a função de cuidar das crianças e atendê-las em suas necessidades físicas e emocionais. Há de se destacar que esse novo papel atribuído ao pai mostra-se totalmente oposto ao que vinha sendo desempenhado até há poucos anos, quando sua relação com os filhos era mediada pela imposição de castigos e disciplina, e somente ocasionalmente envolvia-se com as brincadeiras e atividades de lazer da família (Muzio, 1997; Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Bourdieu, 2011).

Esse “novo homem” valoriza uma maior participação nas atividades do lar e, em especial, na educação e nos cuidados com os filhos. Considera que essas

atividades sejam tão ou mais importantes do que o suporte financeiro até então atribuído quase que exclusivamente a ele. O “novo pai” tem sido retratado como aquele que tem boa formação educacional, renda elevada, geralmente provém das classes média e alta da sociedade e se afirma em ruptura com o modelo masculino tradicional. Suas companheiras, quase sempre, são profissionais que não estão dispostas a abandonar uma carreira para se tornar mães em tempo integral e que investem em maior desenvolvimento profissional e pessoal (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Bourdieu, 2011).

Podemos dizer que o “novo homem”, sucessor de uma cultura patriarcal que antes o distanciava da cena familiar, composta basicamente por mãe e filhos, aproveitou a entrada da mulher no mercado de trabalho e quebrou a hierarquia doméstica. Estando as mulheres voltadas para um maior investimento na carreira profissional e maior independência financeira, parece que a identidade masculina é também alterada, a fim de abarcar os novos papéis e as novas relações nas quais o homem é levado a se envolver.

Na família contemporânea, cada vez mais homens e mulheres transitam entre diferentes papéis e funções. Independentemente do fato de ter ou não filhos, os papéis desempenhados por cada um dos gêneros deixaram de ser estabelecidos de forma rígida. As contingências dos relacionamentos passam a ser determinantes na modelagem dos papéis familiares (Amazonas et al., 2011). Criou-se uma demanda de reajustes nos papéis conjugais e parentais. Registram-se avanços significativos, especialmente em termos de reorganização das relações de poder, e homens e mulheres vivem suas feminilidades e masculinidades de maneiras diversificadas. Porém, na prática, a incorporação dessas mudanças não se dá com facilidade, sobretudo quando envolve a divisão sexual do trabalho doméstico (Araújo, 2009; Bourdieu, 2011).

No que diz respeito à relação entre as atividades domésticas e o tempo em que homens e mulheres se dedicam a elas, pesquisa realizada por Bruschini (2007) aponta que a divisão ainda é desigual. Enquanto as mulheres dedicam uma média de 21,9 horas semanais às atividades domésticas, os homens disponibilizam apenas 10 horas. E, mesmo assim, eles o fazem de forma bastante seletiva – em geral, funções específicas de conserto e manutenção; eventualmente, colaboram com alguma tarefa doméstica rotineira. Como observou Sorj (2004), os homens preferem atividades interativas – levar os filhos para passear, auxiliar nas tarefas

escolares, fazer compras ou mesmo realizar atividades culinárias mais sofisticadas – às atividades rotineiras de organização e limpeza da casa. A autora destaca que a associação do feminino aos afazeres domésticos ainda é bastante resistente a mudanças. Em contrapartida, a contribuição para o sustento da família já se encontra amplamente legitimada.

Rocha-Coutinho (2003, 2005a, 2007) aponta que, a par de um discurso social igualitário, tanto homens como mulheres parecem endossar o ponto de vista de que a casa e os filhos são ainda responsabilidades da mulher, cabendo ao homem zelar pelo provimento financeiro, o que corrobora a ideia de que as concepções de maternidade e paternidade continuam profundamente influenciadas pelos papéis de gênero e se traduzem em expectativas e estereótipos sobre funções masculinas e femininas (Butler, 1987).

Nolasco (1995) ressalta a grande importância atribuída ao aspecto biológico no que diz respeito às concepções de paternidade e de maternidade e apresenta estudos que revelam as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos como exclusividade das mulheres, pautando-se na valorização de um “instinto materno”. A esse respeito, Hurstel (1999) destaca que, pelo fato de a mulher ser considerada “dotada desse instinto”, o imaginário social conferiu a ela maior habilidade para assumir o papel principal nos cuidados com a prole. Essa concepção foi, por longo tempo, confirmada por médicos, educadores, psicólogos e representantes da Igreja e do Estado, ecoando nos dias atuais em algumas instituições como justiça, escola e hospitais. Conforme essa autora, tais instituições tendem a privilegiar, de alguma forma, a mãe como referência parental em detrimento do homem enquanto figura paterna. Essa realidade aponta que, ainda que seja possível falar de um pai mais participativo no cotidiano familiar, assumindo uma nova paternidade, a visão de um possível pai reconstruído é entendida como ainda em transformação.

Nos dias atuais, não mais se sustenta a visão convencional pautada em uma concepção de sociedade que se caracteriza por papéis definidos e cristalizados, que situa o homem no espaço público e confina a mulher no espaço doméstico. O novo cenário nos apresenta atores em permutação, desempenhando papéis invertidos, inovados e inéditos; famílias com uma desordem natural, um vigor e uma preocupação em recriar entre homens e mulheres o equilíbrio, reconstruindo

novas identidades femininas e masculinas (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Rocha-Coutinho, 2009).

Os homens parecem oscilar entre papéis tradicionais e modernos, isto é, ora apresentam-se vinculados à antiga identidade, ora à nova identidade masculina. Contudo, diferentemente das mulheres, seus novos papéis não surgiram em decorrência de uma insatisfação pessoal e de uma longa caminhada. O novo modelo de homem está sendo desencadeado pelas transformações no papel e na posição das mulheres na sociedade contemporânea, pois, para elas, todo esse movimento representou conquistas e ampliações. Entretanto, o mesmo não se pode dizer em relação aos homens: segundo os preceitos de gênero, responsabilizar-se por atividades domésticas e/ou cuidados com os filhos não pode ser considerado um avanço. De acordo com a ideia reducionista a que tais funções sempre estiveram vinculadas, transitar por essas “novas funções” pode ser sinônimo de perda de poder, de virilidade e de masculinidade. Isso talvez possa explicar a dificuldade e a resistência que permeiam esse processo.

3.2.2

Filhos: expectadores ou personagens?

Em um universo social pós-tradicional, organizado reflexivamente e permeado por sistemas abstratos, no qual o reordenamento do tempo e do espaço realinha o local com o global, vê-se uma pluralidade de estilos de vida. Nas relações parentais, esse fenômeno também está presente e, na medida em que mudam, apresentam novos estilos na contemporaneidade e os filhos sofrem as consequências dessas mudanças (Giddens, 2002).

Até meados do século XX, o pai provia o material, o sobrenome, impunha castigos, administrava recompensas. A mãe paria, amamentava, alimentava, cuidava da saúde e das rotinas escolares. O pai era respeitado a partir do temor e da distância emocional; a mãe era reconhecida por sua paciência e sacrifício. O pai era a referência do provimento financeiro e a mãe, da gestão doméstica. Os papéis, mais do que arquétipos (modelos ricos em significados, moldáveis em seus modos de expressão), eram estereótipos (papéis que se repetiam de modo automático e valiam, sobretudo, por sua forma). No entanto, pais, mães e filhos entendiam a organização, os códigos e as hierarquias das relações que os uniam.

Foi assim até que chegaram os anos de 1960, trazendo profundas mudanças sociais.

Como costuma ocorrer, todo modelo fixo, rígido e estereotipado acaba levando à irrupção abrupta do seu oposto. Da rigidez, do autoritarismo, do automatismo e da imobilidade de um modelo de criação antigo nasceria um tipo de paternidade e maternidade que faria da liberdade, da ausência de restrições e da celebração da “sabedoria da infância” suas marcas no tecido social.

Vimos a antiga família patriarcal, que sustentava uma condição hierárquica e autoritária, perder forças e dar lugar a um novo estilo de família em que o poder se encontra descentralizado e cada um se sente autônomo ou funcionalizado (Roudinesco, 2003, Singly, 2007). Nesse processo, os filhos adquirem novos direitos e a imposição de limites pelos pais torna-se passível de discussão (Lasch, 1991, Mizrahi, 2004; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004).

Ocorreram mudanças significativas nos aspectos que envolvem a autonomia e a individualização entre os membros familiares e os filhos foram convocados a construir suas próprias referências e a elaborar as normas que regulam a sua existência. Tornaram-se atores que interagem e reagem, negociam e redefinem a realidade social e aumentam suas possibilidades de assimilar novos valores e normas (Mizrahi, 2004). Esse movimento, nomeado ‘democratização da família’, pressupõe relações mais igualitárias, respeito às diferenças e revisão de valores morais e sociais (Araújo & Scalon, 2005; Araújo, 2009).

Pesquisas apontam que essas relações familiares buscam o diálogo, primam por mais participação, igualdade, afetividade e compreensão mútua. Os filhos compreendem a relação com os pais como mais democrática e dizem tomar suas próprias decisões livremente (Scabini, 2000; Mizrahi, 2004; Rocha-Coutinho, 2013).

Essa liberdade na relação familiar contribui para que os filhos permaneçam mais tempo junto aos pais, prolongando a coabitação até idades mais tardias. Nesse contexto, os pais anseiam por preparar seus filhos para a vida futura. Estimulam e criam a expectativa de que a criança desenvolva, prematuramente, maior autonomia. A esse respeito, Mizrahi (2004, p.105) afirma:

Os pais passam, lenta e conflituosamente, a acreditar que seus filhos se desenvolverão melhor se formarem laços menos sólidos com os adultos, o que os leva a oferecer-lhes uma experiência mais fluída, permeada pela diversidade de estímulos, pessoas e objetos que mudam a cada instante. A aparente preocupação em satisfazer os desejos infantis através do consumo e a forte procura por uma educação sofisticada e variada não podem, a meu ver, encobrir o fato de que a tendência emergente hoje é a de deixar as crianças, como trabalhadores, mais por conta própria, trazendo-lhes uma socialização já voltada para a solidão.

Lasch (1999) destaca que, nesse contexto mais igualitário, muitos pais privilegiam os bons momentos com os filhos, tendo atitudes mais permissivas e delegando cada vez mais a agentes externos, como, por exemplo, às escolas, a colocação de regras e normas sociais. Além disso, informações antes restritas aos mais velhos encontram-se cada vez mais disponíveis para todas as idades por intermédio da mídia eletrônica, dos novos jogos e brinquedos (Mizrahi, 2004). Hoje, eles estão em um patamar menos hierárquico em relação aos pais e representam a imagem de uma geração mais inteligente, que supera muitas vezes os mais velhos, por exemplo, quando lidam com a nova tecnologia.

No entanto, é possível suspeitar que a nova organização familiar, com o incentivo à autonomia e a redução da disponibilidade dos pais para o cuidado com os filhos, pode estar contribuindo para uma vivência mais solitária (Mizrahi, 2004). Embora eles aceitem que as tarefas inerentes à sua rotina sejam realizadas tanto pelo pai como por pessoas que constituam a rede de apoio familiar, isso não os torna imunes à sensação de desamparo que os assola (Rabelo de Castro, 1998; Wintersberger, 2001; Dorigo & Nascimento, 2007).

Esse cenário de contradições nos leva a refletir sobre as mudanças que a sociedade moderna atravessa desde a emancipação, a individualidade, até as relações de trabalho, família e comunidade, onde o tempo e o espaço deixam de ser concretos e absolutos para se tornarem líquidos e relativos (Bauman, 2011).

Na análise das características que considera próprias ao âmbito cultural da atualidade, Savietto (2007, p.442; grifos da autora) explicita as ideias de Bauman (2001) sobre o processo de liquefação ocorrido na modernidade:

Tendo como foco o momento atual da sociedade ocidental, Bauman (2001) utiliza a metáfora da “fluidez”, ou “liquidez”: enquanto os sólidos têm forma nítida, mantida com facilidade, os fluidos não apresentam dimensões espaciais rígidas, sendo propensos a mudanças. Segundo o autor, na modernidade teve lugar um processo de liquefação, de derretimento dos sólidos estabelecidos, no sentido de um rompimento com o passado e a tradição. Bauman ressalta que este derretimento não deveria eliminar os sólidos de uma vez por todas, e sim abrir espaço para “novos e aperfeiçoados sólidos” dignos de confiança, que pudessem tornar o mundo previsível e administrável. Porém, a substituição dos antigos sólidos por novos com alguma “solidez duradoura” jamais se concretizou. Pode-se dizer que nesse processo de derretimento, instituições tradicionais como o Estado e a Família, assim como padrões e configurações institucionalizados “liquefizeram-se”, adquirindo caráter fluido, instável, volúvel, com forte tendência, portanto, à mutabilidade.

Constata-se, assim, que a crise que se observa na instituição familiar é causada, principalmente, pela dificuldade de se assegurar lugares específicos na família para os seus membros. Segundo Mayer (2001, p.86), tanto o homem quanto a mulher puseram o ambiente doméstico em segundo plano. Em consequência, os filhos se acham “afetivamente órfãos, sem uma figura de pai forte, respeitável, que proteja, e sem a sustentação de uma mãe terna, tolerante”. Esses filhos estão, portanto, “à deriva, sofrendo traumáticamente o impacto das contradições sociais”.

Na opinião de Savietto (2011, p.446), “a existência de novos ideais e identidades na família contemporânea não exclui a permanência de traços próprios à família hierárquica tradicional”, o que a leva a aprofundar a ideia de uma “conflitante sobreposição de mapas ordenadores no cenário familiar da atualidade”.

Figueira (1987, p.23), buscando entender como a coexistência de códigos simbólicos diferentes na subjetividade dos indivíduos gera conflitos existenciais, lança mão do termo “desmapeamento”, que se caracteriza pela:

[...] coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias nos sujeitos. O desmapeamento não é a perda ou simples ausência de “mapas” para orientação, mas, sim, a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito (grifos do autor).

Não se trata, necessariamente, de abandono ou desamparo amoroso. Pais extremamente afetivos podem deixar seus filhos à mercê de seus próprios impulsos, de sua fragilidade e de sua onipotência infantil não por falta de amor, mas por falta de uma identificação clara e objetiva com o exercício de papéis parentais (Kehl, 2003).

O que se deseja destacar é que a maneira como os filhos equacionarão a ambivalência de seus sentimentos dependerá da forma como esse novo modelo de parentalidade está sendo internalizado por seus pais e de como estes lidam com a possibilidade de estarem proporcionando aos filhos infância/adolescência mais competente e supostamente mais autônoma (Mizrahi, 2004).

3.2.3

Redes de apoio familiar: a entrada em cena de novos personagens

O modelo da família tradicional de classe média brasileira, organizada em uma divisão clara de papéis, na qual, geralmente, era o homem o responsável pelo provimento financeiro, enquanto a mulher dedicava-se aos afazeres da vida doméstica, passa a não ser mais tão comum em nossa realidade. Atualmente, um número cada vez mais expressivo de mulheres trabalha fora de casa e contribui para a renda familiar. Além da maternidade, preocupam-se com a realização pessoal e a consolidação de uma carreira profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso de sua vida e, não raro, garantir a subsistência das famílias (Andrade et al., 1999; Lipovetsky, 2000; Rocha-Coutinho, 2000, 2003, 2005b, 2007, 2009). Nesse sentido, talvez um dos aspectos mais desafiantes a ser mencionado envolva as redes de apoio de que essas mulheres necessitam para a conciliação de suas múltiplas tarefas na família, no âmbito pessoal e profissional (Fleck & Wagner, 2003).

De acordo com Sluzki (1997), as redes de apoio podem ser definidas pelo conjunto de pessoas com quem interagimos de maneira regular e que nos são significativas. Supõem não apenas uma rotina de trabalho, mas também convivência, comunicabilidade e sociabilidade entre os diversos membros. Inicialmente, eram determinadas apenas pelas relações familiares, o que hoje já vem sendo reconsiderado, uma vez que outras pessoas podem se fazer relevantes em determinada relação sem que sejam parentes. Suas funções são claras e visam aos aspectos predominantes de intercâmbio interpessoal.

Esse sistema de apoio, baseado em alianças de ajuda econômica e de trabalho, pode ser marcado por padrões de gênero que delimitam os ambientes das atividades cotidianas, definem o *status* ocupado na família e condicionam a

formação de vínculos. Tal sistema pode ser composto por marido, avós, babás, empregadas domésticas, vizinhança, creches e escolas.

No Brasil, babás e empregadas domésticas fazem a diferença no sentido de suprir em parte a ausência das mães que se dedicam mais intensamente ao trabalho fora de casa, ainda que haja dúvidas quanto ao número real de lares que incluem a presença de empregadas domésticas (Jablonski, 2007). Para Araújo & Scalon (2005), por exemplo, apenas 7,5% dos domicílios brasileiros contariam com a presença de uma empregada doméstica, morando ou não na residência; para o IBGE (2000, citado por Jablonski, 2007, p.114), esse percentual seria algo em torno de 11%.

Na tentativa de atender a anseios individuais, as famílias contemporâneas requerem a participação de uma rede de apoio familiar ampliada. Adotamos o termo ‘ampliada’ por compreendermos que esse sistema de apoio à família não significa algo novo, mas a expansão de um antigo sistema denominado ‘parentela’, conforme destaca Lasch (1999, p.73):

[...] Neste sistema denominado parentela, os afazeres domésticos, inclusive o cuidado das crianças, eram geralmente divididos por uma cadeia de mulheres que podiam dispor da boa vontade umas das outras. [...] Funcionava bem, justamente, porque se baseava na confiança mútua [...]. Mas, muito provavelmente, este mesmo elemento de confiança e obrigação mútua veio a desacreditar o sistema de troca de afazeres domésticos na mente das pessoas, que passaram a sentir qualquer tipo de obrigação pessoal principalmente como uma limitação à liberdade pessoal. Depender de outro nos torna devedores, enquanto o mecanismo impessoal do mercado nos permite saldar todas as nossas obrigações com o simples ato do pagamento.

Esse tipo de cooperação informal, que tomava por base a confiança mútua e não remunerada, estabeleceu-se por muito tempo, sendo engrossado por um grupo de mulheres, geralmente solteiras, destinadas ao apoio de outras mulheres, uma vez que não tenham constituído a sua própria família. Diante dessa configuração, as relações familiares tornaram-se extensas e perderam em afetividade e intimidade. Apoiavam-se em laços afetivos e de afinidades, que, muitas vezes, extrapolavam os laços de parentesco e de sangue. Esse estreitamento afetivo trouxe, segundo Lasch (1999), desastrosas consequências, pois, ao mesmo tempo em que possibilitava uma divisão de responsabilidades, aprisionava aqueles com quem se compartilhava a vida familiar. Em decorrência, tal sistema não demorou a apresentar necessidade de ajustes, a fim de substituir o sistema de favores em

vigência por uma relação mais igualitária, reduzindo o desconforto que, frequentemente, estabelecia-se entre os sujeitos envolvidos (Lewis & Dessen, 1999).

Na contemporaneidade, as redes de apoio familiar vestiram novas roupagens; deslocamentos foram necessários e a divisão das atividades do cuidar não se restringe mais aos adultos imediatamente vinculados, ou seja, familiares diretos. Arriagada (2000) assinala que as funções de cuidado dos filhos são compartilhadas, cada vez mais, com outros agentes sociais, outras pessoas da família e não familiares, especialmente nos momentos de ausência das mulheres, caracterizando-se como forma de socialização e compartilhamento de responsabilidades. Essas redes de apoio desempenham papel relevante no sentido de melhorar as condições de qualidade de vida tanto da mulher como dos demais membros da família, porém, seguem na contramão do processo de nuclearização da família, que, por sua vez, alimenta a exacerbação da autonomia individual e do clima de intimidade (Wagner et al., 2005).

O indivíduo “individualizado” da contemporaneidade se define por si mesmo, pressupõe-se livre para se deslocar e se vincular a diferentes referências, tendo várias âncoras e não mais apenas aquela herdada dos laços familiares. Vivemos em uma época na qual os sujeitos são afetados por um processo de dessimbolização. A falta de referências estáveis, o enfraquecimento das figuras de lei, a desvinculação, as rupturas e o descontrole permeiam os relacionamentos e estes, por sua vez, são afetados pelo impacto da revolução global em curso, que está modificando o modo como nos percebemos e como formamos laços e ligações com os outros (Giddens, 2005).

No contexto contemporâneo, as instituições sociais são mais instáveis e temporárias. Portanto, os elos que unem os sujeitos, muitas vezes, não se constituem fortes o suficiente para manutenção de compromissos e acordos mútuos (Féres-Carneiro et al., 2007). Ainda segundo as autoras, as famílias ocidentais contemporâneas parecem ter sido atingidas em sua função de célula *mater* da sociedade e no processo de transmissão de valores. Essas dificuldades, dentre outras, estariam acarretando efeitos prejudiciais e esgotamento das relações afetivas entre os indivíduos. Segundo Diniz (2013, p.211.):

Vivemos em um novo tempo, marcado pela secularização da vida e a consequente minimização dos preceitos e da moral religiosa, pelo aumento da longevidade, pelo surgimento de novas tecnologias que provocaram mudanças em todas as áreas da vida. Tudo isso, associado às mudanças nos eixos estruturantes das relações, ou seja, ao valor dado ao afeto e ao amor, à sexualidade, à individualidade, ao sucesso pessoal, profissional e financeiro, à satisfação obtida na relação, criou novos desafios para a manutenção das relações.

Tanto Giddens (2005) quanto Jablonski (1998, 2007, 2009) referem que vivemos em um mundo que privilegia o instante, a ruptura, o descartável, as novidades, ou seja, tudo que revele desapego e se oponha a qualquer ideia de permanência. Nesse contexto, boa parte da humanidade vem desenvolvendo intolerância à frustração e apresentando maior dificuldade em lidar com situações adversas. Essa realidade vem enfraquecendo as redes, tornando-as, muitas vezes, ineficazes, distantes de seu propósito e palco de conflitos, além de não garantirem mais a igualdade na divisão de responsabilidades. Desse modo, administrar a rede e remunerá-la tornou-se mais uma das funções da mulher, que permanece como figura central na condução das tarefas relacionadas ao âmbito familiar. Segundo Sorj (2004), ainda que novas relações de gênero tenham desestabilizado a figura do pai como autoridade, em relação ao uso do tempo para tarefas domésticas e qualidade de sua participação nestas, os homens são “atores coadjuvantes”, reforçando a prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano com os filhos e com a casa.

Outro ponto importante refere-se à ambivalência de sentimentos provocados pela existência da rede de apoio. Ainda que as mulheres desejem dividir a sua sobrecarga de trabalho e de responsabilidades, demonstram certo desconforto diante da fragilidade dos vínculos que as substituem e não desejam abrir mão do poder decorrente da crença de que só elas sabem cuidar dos filhos (Soutto Mayor & Bernardino, 2012). Por mais que outras pessoas participem desse cuidado, são elas as detentoras do saber sobre o cuidar. Desse modo, o dilema se estabelece: a rede de apoio se faz imprescindível à mulher contemporânea diante de seu desejo de ampliar os papéis; porém, tornou-se uma prática com a qual ela não se sente confortável (Wagner et al., 2005; Amazonas et al., 2011).

4 Metodologia do estudo de campo

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os “documentos” que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia, para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos.

Laurence Bardin (2011, p.45)

A pesquisa pressupõe como metodologia o caminho trilhado pelo investigador em relações com os sujeitos observados, onde os procedimentos se tornam a produção de dados da pesquisa.

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2003, p.16),

[...] é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é, assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

Frente à dimensão subjetiva das vivências e dos fenômenos humanos, para levar a cabo o propósito deste trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa, que se ocupa com o nível de realidade quando se estuda o que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

4.1 Abordagem metodológica

A escolha pelo método qualitativo se deveu a alguns fatores determinantes na pesquisa, tais como obtenção dos dados de forma descritiva, delimitação do número de sujeitos pesquisados, maior valorização no processo que no produto final e descrição das perspectivas dos sujeitos de estudo, possibilitando, dessa

forma, a compreensão do fenômeno investigado de forma holística, em suas complexidades e peculiaridades (Canzonieri, 2010).

As metodologias de pesquisa qualitativa, para Minayo (1999, p.10), são

[...] entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação como construções humanas significativas.

A aplicação do método qualitativo envolveu a utilização de uma coleção variada de materiais empíricos, capturados por meio de entrevista e observação, levando em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas (Turato, 2003).

Sobre essa metodologia, Canzonieri (2010, p.38-39) afirma que:

A modalidade qualitativa tem cinco pilares importantes para que seja a escolha enquanto desenho da pesquisa científica. São eles: a) A busca da compreensão, da significação do fenômeno em si mesmo; b) O sujeito é o objeto da pesquisa, não há variáveis ou comparações entre grupos, há a significação dada pelo sujeito ou grupo; c) O pesquisador faz parte do processo de pesquisa, suas observações, manifestações, percepções e conhecimentos sobre o tema pesquisado são de extrema importância e relevância para a realização da pesquisa. É de extrema importância ressaltar que depende do rigor da intuição e da habilidade do pesquisador em manusear técnicas e recursos para retratar o fenômeno; a autoridade do pesquisador também se manifesta pela circunstância de que aquilo que ele pesquisa e investiga faz parte de seu mundo, que certamente abarca o conhecimento operativo e científico; d) A metodologia qualitativa trata exclusivamente de significados e processos e não de medidas; os resultados são apresentados de forma descritiva, explicativa e numérica; e) A validade ocorre por intermédio da descrição precisa da aproximação do pesquisador com o fenômeno; f) A generalização se torna possível a partir da construção do conhecimento; leva a pensar, a refletir sobre os dados encontrados. O fenômeno pesquisado revela algo que instiga o pesquisador para a busca de novos conhecimentos.

Uma pesquisa de cunho qualitativo, segundo Denzin & Lincoln (2006, p.21, 23), tem “um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana” e “implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados”, proporcionando, de acordo com Gergen & Gergen (2006, p.367), “algumas das mais ricas e compensadoras explorações disponíveis na ciência social contemporânea”.

Na arena qualitativa, os pesquisadores, imersos no meio investigado, esperam obter relatos ricos que revelem nuances mais delicadas da ação humana, sendo possível captar as experiências particulares de cada sujeito, conforme afirmam. Gergen & Gergen (2006, p.368):

A inteligibilidade dos nossos relatos sobre o mundo provém não do mundo em si mesmo, mas de nossa imersão dentro de uma tradição de práticas culturais que herdamos de gerações anteriores. Só chegamos à compreensão quando nossos relatos aproximam-se de tais convenções. Logo, é a partir das nossas relações dentro das comunidades interpretativas que surgem as nossas construções de mundo.

Na aplicação desse método de pesquisa, os investigadores, ao invés de se fixarem em leis ou produzirem generalizações, mostram-se mais sensíveis com sua audiência e respectiva situacionalidade histórica e geográfica. Os investimentos pessoais na pesquisa deixam de ser prioritários e eles exploram, em profundidade, os aspectos nos quais suas histórias pessoais saturam a investigação etnográfica, a fim de integrar diferentes reflexões (Goldenberg, 2005).

Os conceitos e as ideologias individualistas estão profundamente infundidos na maioria das metodologias qualitativas. De acordo com Denzin & Lincoln (2006, p.384), “concentrar a pesquisa sobre a experiência, os sentimentos, a identidade, o sofrimento ou a história de vida do indivíduo é o mesmo que presumir a primazia da mente do indivíduo”.

4.2 Participantes

A pesquisa de campo foi realizada com 14 sujeitos: sete maridos e sete filhas (sujeitos independentes) de famílias heterossexuais, residentes em uma cidade localizada no interior sul do estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 34 mil habitantes (IBGE, 2012). Os participantes foram entrevistados individualmente.

Para escolha dos participantes, tomaram-se por base os seguintes critérios:

- Maridos – Camada média, casados no civil, união estável ou coabitação, com filhos entre 12 e 16 anos, cujas esposas tenham uma carreira profissional e exerçam atividade remunerada fora do lar.
- Filhos – Camada média, com pais casados no civil, união estável ou coabitação, com idades entre 12 e 16 anos, cujas mães tenham uma carreira profissional e exerçam atividade remunerada fora do lar.

Optou-se por estabelecer a camada social dos entrevistados, visto que o fato de pertencer à camada média influencia diretamente na relevância ou na opção de a mulher ter uma carreira profissional e contribuir para a renda familiar. Partiu-se

do pressuposto de que pessoas pertencentes às camadas médias configuram um grupo que, em geral, tem maiores possibilidades de escolher uma carreira profissional e construir o seu projeto de vida (Velho, 1981).

O critério de que homem e mulher/pai e mãe sejam casados ou mantenham algum tipo de união estável ou coabitação justifica-se pelo fato de a investigação que norteou a pesquisa ter como foco a rotina familiar e a distribuição de papéis quando, na família, têm-se todas as figuras necessárias ao desempenho das diferentes funções.

Com relação à faixa etária dos filhos, esta foi estipulada visando a que não fossem tão pequenos a ponto de requererem muitos cuidados dos pais – por serem dependentes e incapazes para certas funções – nem tão adultos a ponto de não mais ser preciso qualquer tipo de intervenção de pai, mãe ou algum “cuidador” em sua rotina.

Convém destacar que o convite para participação na pesquisa não continha objeção a gênero – masculino ou feminino. Contudo, somente filhas aderiram à proposta de participação.

Chama-se a atenção para o fato de que as mulheres deveriam ter uma profissão, em função de considerarmos que alimentar uma carreira profissional é diferente de desempenhar qualquer tipo de trabalho, devido à primeira se fazer acompanhar por muitas exigências em termos de dedicação e investimentos por parte da mulher.

O projeto de pesquisa que antecedeu a investigação foi aprovado pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Os maridos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), enquanto as filhas tiveram o referido termo assinado pelos respectivos pais (Apêndice D). Nesses documentos é-lhes assegurada a preservação do sigilo quanto às suas identidades, sendo-lhes atribuídos nomes fictícios na pesquisa.

Tendo como foco a obtenção de informações a respeito desses participantes, procedeu-se a uma entrevista inicial, quando lhes foram apresentadas algumas perguntas sobre dados biográficos, assim como os objetivos que norteavam a pesquisa. Os resultados da análise desse material auxiliaram a traçar o perfil de cada um dos participantes (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 – Dados familiares dos maridos participantes da pesquisa.

| MARIDOS | | | | | FILHO(S) | | ESPOSA | | |
|----------|--------------|---------------------------------|----------------------|--------------------------------------|------------|--------------|--------------|---------------------------------------|--------------------|
| Nome | Idade (anos) | Grau de Escolaridade | Profissão | Tempo de Convivência Conjugal (anos) | Quantidade | Idade (anos) | Idade (anos) | Grau de Escolaridade | Profissão |
| Luiz | 42 | Superior completo | Policia militar | 23 | 02 | 12 / 16 | 41 | Superior completo | Bancária |
| José | 44 | Superior completo | Eletricista | 21 | 02 | 14 / 16 | 39 | Superior completo | Pedagoga |
| Antunes | 45 | Superior/Pós-graduação (mestre) | Enfermeiro | 25 | 03 | 12/14/16 | 42 | Superior/Pós-graduação (mestre) | Gestora pública |
| Henrique | 47 | Superior/Pós-graduação (mestre) | Engenheiro agrônomo | 18 | 02 | 12/15 | 44 | Superior/Pós-graduação (doutora) | Médica veterinária |
| Ítalo | 44 | Superior completo | Comerciante | 17 | 01 | 16 | 40 | Superior/Pós-graduação (especialista) | Pedagoga |
| Matheus | 41 | Superior completo | Policia militar | 18 | 02 | 12/16 | 39 | Superior/Pós-graduação (especialista) | Bancária |
| Bruno | 41 | Superior/Pós-graduação (doutor) | Engenheiro ambiental | 17 | 02 | 13/16 | 40 | Superior/Pós-graduação (doutora) | Bióloga |

Quadro 2 – Dados familiares das filhas participantes da pesquisa.

| FILHAS | | | | IRMÃO(S) | | MÃE | | | PAI | |
|---------|--------------|-----------------------------|---|------------|--------------|--------------|---------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|
| Nome | Idade (anos) | Grau de Escolaridade | Tempo de Convivência Conjugal dos Pais (anos) | Quantidade | Idade (anos) | Idade (anos) | Grau de Escolaridade | Profissão | Idade (anos) | Profissão |
| Larissa | 13 | Ensino fundamental (8º ano) | 19 | - | - | 40 | Superior/Pós-graduação (especialista) | Administradora | 41 | Engenheiro |
| Thais | 12 | Ensino fundamental (7º ano) | 13 | - | - | 41 | Superior/Pós-graduação (mestre) | Médica | 43 | Médico |
| Clara | 12 | Ensino fundamental (7º ano) | 16 | 01 | 15 | 40 | Superior/Pós-graduação (mestre) | Dentista | 44 | Dentista |
| Ana | 14 | Ensino fundamental (9º ano) | 16 | 01 | 12 | 38 | Superior/Pós-graduação (especialista) | Pedagoga | 40 | Administrador |
| Maria | 14 | Ensino fundamental (9º ano) | 17 | 01 | 12 | 41 | Superior/Pós-graduação (doutora) | Médica veterinária | 45 | Médico veterinário |
| Carla | 15 | Ensino fundamental (9º ano) | 18 | - | - | 41 | Superior/Pós-graduação (especialista) | Empresária | 45 | Empresário |
| Viviane | 13 | Ensino fundamental (8º ano) | 20 | 01 | 16 | 45 | Superior completo | Empresária | 50 | Médico |

4.3 Instrumentos e procedimentos da pesquisa

Utilizou-se como instrumento para coleta de informações um roteiro oculto de entrevista semiestruturada (Apêndices A e B), que buscou caracterizar o perfil dos entrevistados e identificar a percepção de maridos e filhas a respeito de esposas e mães que têm uma carreira profissional e exercem atividade remunerada fora do lar, as possíveis modificações nas atribuições dos homens na família, a forma como as filhas estão vivenciando essas mudanças e a relevância das redes de apoio no ambiente familiar.

Na entrevista com roteiro semiestruturado o roteiro deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que contemplem a abrangência das informações esperadas. Para tanto, buscou-se memorizar o roteiro, objetivando a que as questões fossem inseridas de forma a não interromper o fluxo natural da conversa.

Os sujeitos entrevistados foram indicados por pessoas conhecidas da pesquisadora e configuram-se como uma amostragem por acessibilidade, já que selecionamos pessoas às quais tivemos acesso para representar nosso universo. Ressalta-se que a presente amostra é reduzida e não objetiva generalizar os resultados obtidos, mas promover uma análise da dinâmica familiar que envolve a mulher contemporânea.

As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2013 e registradas em um aparelho gravador de voz digital mediante prévia autorização, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices C e D), e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora.

As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora nos locais sugeridos pelos sujeitos participantes, como, por exemplo, escola, local de trabalho, residência, livraria, obedecendo-se a horários previamente agendados, de acordo com a disponibilidade dos participantes, com duração de cerca de uma hora.

4.4 Análise dos dados

Uma forma de realizar a análise de entrevistas é buscar nos dados colhidos as informações que interessam, conforme a proposta da pesquisa, buscando

localizar não só as questões que haviam sido previamente definidas como também levantar outros temas que não estavam previstos e que possam ter surgido ao longo da entrevista. Desse modo, o pesquisador deve organizar o material recolhido e buscar aproximar as narrativas, visando a apreender temas que aparecem diversas vezes e que constituem categorias temáticas a serem analisadas (Fernandes, 2010).

Para a investigação dos dados coletados para esta pesquisa optou-se, especificamente, por uma das técnicas utilizadas para interpretação de dados oriundos de pesquisas qualitativas – a análise de conteúdo.

Para Bardin (2011, p.48), esse tipo de análise representa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Subjacente a um discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, há um sentido que convém desvendar, para o que se presta a utilização da análise de conteúdo:

De uma maneira geral, pode-se dizer que a sutileza dos métodos de análise de conteúdo corresponde aos seguintes objetivos: superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Esses dois polos, desejo de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento (Bardin, 2011, p.35).

Na aplicabilidade da análise de conteúdo, Bardin (2011) considera três fases fundamentais: pré-análise, exploração e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Seguindo esse roteiro, foram definidas seis categorias temáticas da fala dos maridos (Quadro 3) e cinco da fala das filhas (Quadro 4), que confirmam ou modificam aquelas presentes em hipóteses e referenciais teóricos inicialmente propostos, cujos títulos foram estabelecidos tomando-se por base as falas dos entrevistados.

Quadro 3 – Categorias temáticas definidas pelas falas dos maridos.

| Categorias Temáticas | Tópicos Levantados |
|---|--|
| Reorganizando papéis | Reorganização de papéis e tarefas desempenhadas na família decorrente do investimento da mulher na vida profissional. |
| Mulheres no centro do espaço doméstico | Como a mulher lida com a execução/supervisão das tarefas do lar, os cuidados com os filhos e a atividade profissional fora do lar. |
| As mulheres trazem segurança financeira | A importância de a mulher trabalhar fora e contribuir para composição da renda familiar. |
| Acumulando atribuições e problemas | Posicionamento do marido diante das condições emocionais da esposa, em função do acúmulo de atribuições e responsabilidades. |
| Para que servem os salários das mulheres? | Grau de importância dada à participação financeira da mulher nas despesas domésticas. |
| Falando sobre a convivência | Convivência conjugal e familiar (aspecto afetivo e estabilidade ao casal) com a mulher que trabalha fora de casa. |

Quadro 4 – Categorias temáticas definidas pelas falas das filhas.

| Categorias Temáticas | Tópicos Levantados |
|---|---|
| Mãe trabalhadora é motivo de orgulho | Como a filha se sente com relação ao fato de sua mãe trabalhar fora. |
| Mãe e autonomia dos filhos: uma relação possível? | Percepção da filha sobre a mãe que toma para si responsabilidades e tarefas que reacendem o risco da perda de importantes características que serviriam como base para que os filhos conquistassem independência e autonomia. |
| Binômio independência-solidão | Existência de sentimentos tais como independência ou solidão, diante da realidade de ter uma mãe que trabalha fora e investe em uma carreira profissional. |
| As filhas elegem as mães como suas principais referências | Relacionamento entre as filhas e o pai e entre elas e a mãe, sobre o desempenho de papéis que sempre estiveram relacionados, exclusivamente, às mães. |
| A relevância das redes de apoio familiar | Presença e importância da rede de apoio no formato atual da família contemporânea, em que a mulher exerce uma profissão fora do lar. |

5 Convivendo com a mulher contemporânea

O problema é que a vida está cada vez mais difícil. Trabalha-se muito, ganha-se pouco, peleja-se contra os cabelos brancos e as rugas, enfrentam-se problemas com filhos pequenos, médios e grandes, ou com os netos. Esgrime-se ainda contra a solidão, a depressão, as dores físicas e espirituais que fustigam os corpos em todas as idades. A guerreira de outrora luta, hoje, um embate miúdo e cansativo: o da sobrevivência.

Mary Del Priore (2013, p.280)

As transformações pelas quais a mulher vem passando representam conquistas que se estabelecem por meio de processos dinâmicos ainda em curso. Gradativamente, as regras familiares mudaram e o século XXI passa a ser o cenário de novas demandas e da necessidade de se reformular a convivência familiar. Reconhecer e aprender a contextualizar essas mudanças e seus impactos sobre as famílias se faz necessário, no sentido de melhor acolher suas demandas e contribuir para que visualizem suas potencialidades (Rocha-Coutinho, 2013).

5.1 Com a palavra, os maridos

Da análise de conteúdo das entrevistas com os maridos emergiram seis categorias centrais, obtidas das verbalizações que induziram as respostas sobre os indicadores ou inferências a respeito de “Como é conviver com a mulher que trabalha fora de casa?”.

5.1.1 Reorganizando papéis

As funções no âmbito da família contemporânea já não são mais definidas como outrora. Os papéis e tarefas agora se alternam e o que antes era desempenhado exclusivamente pelas mulheres, atualmente é exercido com satisfação pelos homens:

[...] Eu gosto mais do que ela de ir ao mercado. Ela não tem muita paciência de comprar essas coisas; já eu, tenho um pouco mais. Eu compro frutas, verduras e as outras coisas que ela pede. Outra coisa que costumo fazer também é comprar as cuecas do meu filho. Eu que sei as que ele gosta. [risada] (Henrique, 47 anos)

[...] Ela também gosta de ir ao mercado, mas ela não tem essa disponibilidade, por ela sair mais tarde do serviço. Às vezes, eu saio cinco, seis horas e, às vezes, até mesmo sete horas; aí, é um horário em que o mercado ainda está aberto. Geralmente, a empregada faz uma relação – “Ó, tá precisando disso...”. Aí, eu vou lá e compro. Mas também é uma coisa que não é obrigatória. Eu vou porque tô disponível. Se ela também tivesse, ela iria ao mercado. (Matheus, 41 anos)

[...] Durante a semana, eu não tenho tempo para ajudar muito, mas eu, geralmente, faço o almoço e lavo a louça nos fins de semana. Sei que ela também está cansada e aproveito para dar uma ajuda. Quando também não estou com vontade de fazer, a gente pede uma comidinha em um restaurante. (Antunes, 45 anos)

[...] Ela sempre me avisa quando tem reunião na escola do nosso filho e aí, se o meu dia está mais tranquilo, eu é que vou. Porque o horário dela é fixo e, às vezes, ela não tem como sair. Ano passado e este ano ela ainda não foi em nenhuma; eu é que fui. (Ítalo, 44 anos)

Por muitos séculos, as mulheres estiveram obrigatória e exclusivamente voltadas para as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. A elas cabia a função de esposa e mãe, enquanto os espaços públicos eram ocupados restritamente pelos homens (Soihet, 1997; Venturi et al., 2004; Perrot, 2005; Del Priore, 2013).

Por volta da segunda metade do século XX, presencia-se uma modificação nesse cenário, com a inserção cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, motivada por uma conjugação de fatores econômicos, culturais e sociais. Com isso, a esposa colonial dá lugar à esposa, mãe e mulher com outras prioridades e interesses. Nesse contexto, muda a sua relação com a casa, marido e filhos e elas passam a delegar as tarefas que antes lhes eram atribuídas (Magalhães, 1993; Lasch, 1999; Hobsbawn, 2000; Rocha-Coutinho, 2005b; 2013).

Há de se destacar, entretanto, que, na contemporaneidade, a ruptura com o modelo masculino herdado de uma cultura patriarcal deu lugar a um “novo homem”, que passa a dividir com a mulher a responsabilidade de tarefas como ir ao mercado, lavar a louça, cozinhar e cuidar dos filhos, embora em caráter facultativo (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Bourdieu, 2011; Amazonas et al., 2011).

Corroborando tais ideias, Henrique, Matheus, Antunes e Ítalo revelam, com naturalidade, que tomaram para si algumas tarefas domésticas, sobretudo ir ao mercado, lavar a louça e cozinhar. No entanto, eles sugerem uma conotação facultativa com que compreendem essas responsabilidades, o que influencia a maneira como as tomam. Desprovidas do caráter obrigatório que as vinculava às mulheres, para os homens tais funções representam um elenco de possibilidades, sendo-lhes facultada a escolha sobre o quê, quando e como fazer, tornando possível o estabelecimento de uma relação prazerosa, uma vez que não lhes sejam impostas ou lhes firam a sua autonomia.

Durante séculos, as famílias e sua dinâmica estiveram pautadas em um sistema de dominação em que os papéis se estruturavam de forma bastante específica e tomavam por base as classificações quanto ao gênero. Nesse contexto, havia as tarefas que eram consideradas tipicamente femininas e aquelas que exaltavam a masculinidade e a absoluta autoridade do homem (Scott, 1990; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Araújo, 2009). A execução das tarefas domésticas era responsabilidade apenas das mulheres e, dos homens, a execução de atividades de provimento financeiro, compatíveis com a sua assertividade, iniciativa e poder de decisão (Jablonski, 1988; 1998; 2007).

As expectativas e sistemas de crenças estereotiparam de tal modo, por largo tempo, as relações familiares, que, ainda hoje, no século XXI, assolam as relações entre homens e mulheres, sendo identificadas nos discursos daqueles que fogem à regra como mérito pelo exercício de determinada tarefa considerada “tipicamente feminina”, enquanto às mulheres continua sendo atribuído um velado fracasso quando não são executadas (Sorj, 2007; Rocha-Coutinho, 2013).

Na fala de Luiz constata-se que, apesar de todo o discurso sobre uma reorganização de poderes, ainda não há desvinculação da figura da mulher à obrigatoriedade de executar as tarefas domésticas. A participação do homem,

nesse contexto, continua relacionada à ideia de “colaboração” ou condição de “ajuda” (Wang, 2006; Araújo, 2009; Jablonski, 2007):

[...] Eu não tenho nenhuma vergonha de pegar uma vassoura e varrer, de lavar a louça... Isso pra mim é normal. Quando ela está trabalhando e eu estou de folga dois, três dias, sou eu que cozinho e arrumo a casa. Até preparo a mesa pra ela vir almoçar em casa. (Luiz, 42 anos)

Antunes e Ítalo corroboram tal reflexão, ao assumirem o caráter de ‘ajuda’ que prestam à mulher, diante de sua impossibilidade de cumprir determinadas tarefas:

[...] No dia a dia, eu até lavo a louça e vou ao mercado. Eu gosto! E sei que, pra ela, isso é mais sacrificante. Sempre ajudei muito! Procuo participar e até levo, às vezes, as crianças no dentista. Na maioria das vezes, ela não pode ir porque está trabalhando ou estudando. Ela está fazendo outra faculdade e, então, eu passei a levar. (Antunes, 45 anos)

[...] Antes, a gente revezava a ida ao mercado. Mas, agora, sou sempre eu que vou. Porque eu, na loja, posso sair na hora que quiser. Tenho uma folguinha, dou uma corridinha em casa ou no mercado. Ela deixa uma listinha, eu saio da loja, vou ao banco e, quando eu volto, passo no mercado, compro tudo e já deixo com a empregada. (Ítalo, 44 anos)

Identifica-se, na fala desses dois maridos, um gradativo distanciamento das mulheres em relação às atribuições domésticas e a ampliação de seus interesses, que se estendem para o âmbito de sua formação e vida profissional, e, ao mesmo tempo, a entrada em cena dos homens que absorvem as tarefas domésticas. Assiste-se, assim, a uma transição de responsabilidades, considerada por sociólogos, antropólogos e historiadores a mais espetacular modificação na forma de estruturação da vida privada (Féres-Carneiro et al., 2007; Araújo, 2009; Del Priore, 2013).

Há de se reconhecer que ainda perdure no século XXI a relevância das construções sociais mais arcaicas sobre uma sociedade contemporânea, sobretudo na concepção do “ser mulher” como a principal detentora da responsabilidade com os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos.

Embora as bases de sua identidade masculina estejam sendo reavaliadas e reconfiguradas, nas falas de José e Bruno identifica-se a busca por um equilíbrio na execução de tarefas, tentando desvincular-se de antigos territórios rigidamente demarcados:

[...] Eu não acho que ela é obrigada, por exemplo, a preparar o almoço. Um exemplo, né... Se eu tenho tempo, eu vou e preparo, mesmo ela estando em casa. Às vezes, ela tem que preparar aula e eu, estando em casa, preparo o almoço. Eu fico mais tempo do que ela em casa e se tem que arrumar a cozinha, não fico esperando ela chegar do serviço, eu mesmo faço. Já me vi em loja comprando roupas com a minha filha e olha que, quando eu me casei, eu tinha 23 anos e eu vinha daquela cultura do meu pai, sabe?, da minha mãe ficar em casa, de ele chegar em casa e ter a comida pronta, roupa lavada,... Hoje, eu boto roupa pra lavar [risada], hoje eu passo a minha roupa muito bem, sem problema nenhum e a de quem precisar. (José, 44 anos)

[...] Geralmente, eu acompanho nas compras de roupas dos meninos. Gosto de dar palpites e acho até que levo mais jeito nisso do que ela. Já pra fazer as compras de mercado, a gente divide. Eu até vou, mas ela sempre reclama que eu não compro as marcas que ela gosta. (Bruno, 41 anos)

5.1.2 Mulheres no centro do espaço doméstico

Essa categoria temática engloba a percepção que os maridos têm a respeito da forma com que suas esposas lidam com a execução ou supervisão das tarefas do lar e cuidado com os filhos. Para eles, apesar de exercerem uma atividade profissional fora do lar, as mulheres continuam se dedicando às necessidades da casa, mesmo que isso lhes acarrete sobrecarga de responsabilidades e diminuição do tempo que poderia ser usufruído de forma mais prazerosa na convivência familiar.

A fala de Henrique reforça a ideia de que alguns papéis ou mesmo a forma como são desempenhados estejam vinculados a uma identidade eminentemente feminina, propondo a compreensão de um mundo organizado pelas características dos sexos (Scott, 1990; Macedo & Kublikowski, 2006; Sorj, 2007):

[...] Essa questão de monitorar se a casa tá limpa ou não tá, se tá precisando de alguma coisa com relação à mudança de roupa, é sempre a Thaís que coloca o olho nisso. Ela é mais atenta. Eu acho que é também maior característica da mulher, de estar mais atenta a essas questões. Eu já não estou tão ligado, né? Ela tem uma preocupação maior com a organização da casa do que eu. Quando uma coisa está fora do lugar, ela fica mais estressada do que eu. Eu não tô preocupado com isso. Eu prefiro estar com as crianças e até faço bagunça com eles. (Henrique, 47 anos)

As falas de Matheus e Luiz corroboram essa reflexão a respeito do papel da mulher na rotina da família:

[...] Na escola, a maioria das vezes ela vai. Mas eu já fui em reuniões. Ela prefere acompanhar os deveres e ela cobra mesmo. Quando temos que levar algum filho ao médico, eu sempre acompanho ela. Quando ela não pode ir, eu vou com a minha sogra ou com a empregada. Acho que a mãe nunca vai perder certas funções dentro de casa. É ela que cuida, ela que se preocupa mais. Acho que isso já é da sua própria natureza. Porque os filhos são mais da mãe do que do pai, por ser mãe, né? Ela gerou, amamentou, e sempre terá um laço maior com os filhos. É difícil você ver um homem que cuida sozinho dos filhos, mas a mulher cuida. (Matheus, 41 anos)

[...] Ela sempre cuidou da parte de vestimenta das crianças e até minha mesmo, porque eu não tenho paciência. Vou ao *shopping* e olho. Se gostar de uma blusa, compro logo duas iguais, só que de cores diferentes. Não me ligo nessas coisas de variar. Ela é que sempre insiste e acaba comprando as roupas. Isso é coisa de mulher. Ela cuida de todo mundo. (Luiz, 42 anos)

Os papéis destacados são, de tal forma, considerados da ordem do feminino, que, no caso de a esposa se encontrar impossibilitada de desempenhá-los, outras mulheres são convocadas para sua execução:

[...] Quando as crianças eram pequenas e a Fernanda não estava em casa, a gente pagava a minha cunhada para dar banho, arrumar e dar comida para elas irem pra escola. Porque a maior parte do tempo da manhã elas ficavam comigo. (José, 44 anos)

Observa-se, dessa forma, que as relações familiares ainda estão fortemente arraigadas às expectativas e crenças que ditam comportamentos e normas atribuídos a homens e mulheres. A maternagem, que diz respeito ao exercício de certos cuidados e afetos direcionados aos filhos, poderia, em tese, ser exercida tanto por mulheres quanto por homens. Mas, o que identificamos é que, por estar associada aos estereótipos tradicionais femininos, ao corpo da mulher e à sua capacidade de gerar e parir, continua sendo vinculada às mulheres, tornando-as as grandes responsáveis pelos cuidados com marido, filhos e casa, ainda que estejam assumindo atribuições no mercado de trabalho e nas esferas financeiras da família (Jablonski, 1998; Sorj, 2007).

Os maridos entrevistados destacam a sensibilidade, a dedicação e a responsabilidade de suas esposas nos cuidados com os filhos:

[...] A Natália é meio desesperada; teve um pouquinho de febre ela já tá pronta pra levar ao médico. E é também ela quem dá o remédio, toma conta do horário certo, nenhum minuto a mais, nem a menos. O relógio desperta e ela pula pra ir dar a medicação. (Luiz, 42 anos)

[...] A Gabriela tem a maior paciência pra ajudar nos deveres de casa. Explica tudo e o nosso filho puxou isso dela. Ele também é todo detalhista. Gosta de guardar tudo nos lugares, direitinho. Ele é extremamente detalhista. (Ítalo, 44 anos)

[...] Quando é para levar ao médico, na maioria das vezes é ela quem leva. Algumas coisas ela faz questão de assumir sozinha. Por exemplo, dar o remédio, ela assume isso. Até mesmo para não dar confusão. Tipo sair do horário, dar a quantidade errada... Quando ela tem que sair e eu é que fico encarregado de dar o remédio, ela deixa tudo anotado. Tudo, em relação às crianças, é ela quem mais cuida. (Bruno, 41 anos)

Esses resultados corroboram achados de pesquisas realizadas por Jablonski (1988, 1998, 2007) e revelam expectativas de que as mulheres sejam as maiores responsáveis pela criação das crianças e pelos cuidados com a casa, e que, ao executarem tais tarefas, demonstrem traços de maior emotividade, ternura, sensibilidade e necessidade de afiliação. Em contrapartida, uma vez que os homens tenham sido considerados, por séculos, pessoas objetivas e racionais, estiveram excluídos da vida privada tanto quanto as mulheres foram limitadas ao espaço doméstico (Rocha-Coutinho & Coutinho, 2011; Rocha-Coutinho, 2013).

Apesar de um discurso igualitário, os homens ainda veem as mulheres como as principais responsáveis pelo atendimento às necessidades dos filhos e da casa:

[...] Nunca houve, por exemplo, a necessidade assim de eu não ir ao meu trabalho para ficar com os meninos, mas ela já deixou de ir ao trabalho para ficar com eles. (Antunes, 45 anos)

[...] Quando falta alguma coisa em casa e é durante a semana, a Natália sai um pouquinho mais cedo do trabalho e dá uma corridinha no mercado. Sabe, às vezes, é para comprar um lanche, um papel higiênico... (Luiz, 42 anos)

As falas de Antunes e de Luiz ilustram que, assim como as mulheres ainda estão “obrigadas”, de certa forma, a terem como prioridades as necessidades que emergem do espaço doméstico, os homens também estão, de forma implícita, associados à ideia de que sejam menos responsáveis e importantes nesse contexto privado.

Há algum tempo, homens e mulheres estão sendo levados a romper com os estereótipos que lhes foram atribuídos desde a “era patriarcal”. Precisam repensar as suas funções, relevâncias e prioridades, para que possam estabelecer as reconfigurações necessárias. Desvincular-se da exclusividade dos trabalhos domésticos não é tarefa fácil para as mulheres. Da mesma forma, é difícil para os homens abandonar a condição de “ajuda” que, nesse mesmo cenário, atribui-se a eles. O que se vê são mulheres que acumulam funções e convivem com duplas ou até triplas jornadas de trabalho, além de sentirem angústia e culpa pelas escolhas

que se impõem. Na prática, ainda vivemos sob um sistema “machista”, onde impera a desigualdade de gênero.

5.1.3 As mulheres trazem segurança financeira

Com a modernidade observa-se, no cenário que envolve as famílias, uma torrente de transformações. Se, antes, reconhecíamos na família tradicional um homem como o seu chefe e que detinha o poder e o direito de vida e de morte sobre sua esposa e filhos, hoje, o que identificamos, é que esse pátrio poder tornou-se um grande ônus para ele.

O homem contemporâneo já não deseja responsabilizar-se com exclusividade pela conquista de bens patrimoniais e sustento de sua família. Também não investe em uma família extensa, assim como o poder de decisão é dividido com a mulher. O fato de a esposa ter uma carreira profissional e exercer uma atividade remunerada fora do lar representa a possibilidade de a família aumentar o padrão financeiro e, com isso, alcançar segurança e estabilidade (Vaitsman, 1994). Ao se tornarem coprovedoras, as mulheres dão aos maridos mais tranquilidade diante da eventualidade de eles perderem o emprego ou a saúde necessária para exercê-lo. Na opinião de Roudinesco (2003), esta é a mais importante mudança nas mentalidades no que diz respeito ao igualitarismo conjugal.

Há um consenso que se revela na fala de quatro dos sete entrevistados, no que diz respeito a eles assumirem que o fato de suas mulheres trabalharem fora de casa lhes traz tranquilidade financeira e a possibilidade de a família viver melhor, realizando sonhos tais como a aquisição de casa própria. Eles admitem que, se as esposas deixassem os empregos, haveria retrocesso na qualidade de vida e necessidade de reprogramarem suas vidas financeiras, adaptando-as a padrões inferiores:

[...] Pra mim, eu acho fantástico a mulher trabalhar fora. Acho bem importante. Isso dá mais segurança pra família. No sentido econômico mesmo, sabe? Eu divido a carga, eu não me sinto tão responsável assim pela manutenção da família. Então, se acontecer alguma coisa comigo, mesmo que eu venha a morrer, eu sei que meus filhos têm alguma garantia de sustentabilidade financeira. (Henrique, 47 anos)

[...] Eu já tive um exemplo de um amigo nosso que a esposa era gerente de um banco. Ele falou que estava ganhando muito dinheiro e pediu pra ela sair do emprego. Eles já tinham um filho e iam ter o segundo e era pra ela largar. E ela era gerente regional. Ela largou o emprego. Ele tá quebrado, quebrou a firma e ela não tem um tostão mais. Então você vê... Se ela tivesse trabalhando, ela estava segurando de alguma forma e ajudando. E aí agora? Então, a gente tem exemplo, entendeu? (Ítalo, 44 anos)

[...] Eu trabalho com material de construção. Hoje eu tenho, amanhã não tenho. Eu vendo bem hoje e mês que vem eu posso não vender nada. Então, não tenho um salário fixo, eu tenho um salário flutuante. Hoje eu posso fazer uma retirada de tanto e no outro mês não ter nada para retirar. Então, é isso aí; você tem que ter um apoio. (Ítalo, 44 anos)

[...] É bom ter a profissão dela porque auxilia financeiramente, né? Ela tem um salário razoável. Porque só com o meu salário, hoje, nós teríamos que reduzir algumas coisas. Hoje, até conseguimos fazer uma poupança da atividade dela. Então, é vantajoso! (Bruno, 41 anos)

[...] Ter a minha mulher trabalhando fora é mais uma segurança na manutenção da casa. A gente passa a ficar... A não ter toda aquela responsabilidade financeira. Eu costumo dizer assim... Olha, a partir do momento que ela começou a trabalhar, nós multiplicamos, não sei quantas vezes, a possibilidade da gente viver melhor. Sabe por quê? A gente vive isso agora com o financiamento da casa. Facilitou muito o fato dela estar trabalhando. Já tínhamos tentado fazer um financiamento antes. Mas só com a minha renda, o valor que nos davam era muito baixo. Com ela trabalhando, a gente pôde aumentar a nossa margem e o financiamento saiu com um valor bem melhor. (José, 44 anos)

Destaca-se, ainda, nessa categoria de análise, a mudança no relacionamento dos cônjuges. Na contemporaneidade, marido e mulher privilegiam o amor, as escolhas de cada um enquanto parceiros e a valorização do bem-estar entre eles. Em sua fala, José ressalta a melhoria da qualidade no relacionamento com sua esposa depois que ela começou a trabalhar fora:

[...] Valeu a pena eu ter ficado em casa arrumando a Carol pra escola. E olha que melhorou não só financeiramente, não. O tempo que a gente tinha antes não era tão bom como o tempo que a gente tem agora. A gente continua tendo o sábado, o domingo, as noites,... Mesmo ela chegando cansada... A gente fica mais junto, sabe? Além disso, ela parece que tá mais feliz. (José, 44 anos)

Segundo o entrevistado, mesmo que, atualmente, o casal disponha de menos tempo, a qualidade do diálogo melhorou, ou seja, eles aprenderam a valorizar os momentos que estão juntos. A concepção atual a respeito do casamento sugere

que o amor, somado a desejo sexual, se constitua como a condição básica para que os laços se mantenham permeados pela valorização do diálogo, da cumplicidade e da realização pessoal, proporcionando que cada um dos membros dessa relação seja reconhecido como indivíduo (Borges & Magalhães, 2009).

5.1.4 Acumulando atribuições e problemas

Da análise de conteúdo das falas dos maridos, destaca-se que as mulheres continuam sendo a maior referência no espaço doméstico e que os novos papéis lhes trouxeram um acúmulo tal de responsabilidades, que, muitas vezes, provoca estresse e as obriga a mudanças em seus estilos de vida.

Segundo Jablonski (2007) e Rocha-Coutinho (2013), a mulher contemporânea carrega muitas culpas. Apesar do reconhecimento e da liberdade conquistados, convive com a acusação de negligência nos cuidados dos filhos e com grandes parcelas de responsabilidade nas crises do casamento, além de se cobrar desempenho cada vez melhor no campo de atuação profissional. O que há de novo nesse contexto é a percepção dos maridos em relação ao desgaste de suas esposas, revelada nas falas de Antunes e Bruno:

[...] Não houve da parte dela nenhuma cobrança, nenhuma queixa, mas eu percebi que ela estava ficando muito cansada. Não tinha a mesma disponibilidade. Isso era nítido. Então, eu fui conversar com ela. Passei a ajudar mais no que eu podia. Mas ela precisava ver o que podia ser feito pra ficar melhor pra ela. (Antunes, 45 anos)

[...] Tem dia que ela está até triste. Acho que é quando ela se aborrece com alguma coisa. Mas também pode ser cansaço, né? Ela dorme pouco e tá sempre fazendo alguma coisa. Não para... (Bruno, 41 anos)

O homem tradicional nunca se sentiu implicado no espaço doméstico. Sua única responsabilidade era o provimento financeiro. No máximo, “ajudava” em uma ou outra tarefa. Tal realidade, hoje, se apresenta diferente, quando o homem é levado a também se preocupar com as condições emocionais de sua esposa:

[...] Hoje a gente tem que conviver com as mulheres que têm problemas no trabalho, né? Que chegam em casa aborrecidas. Mas a gente sempre conversou muito. Eu oriento, dou palpite e falo: “Faz assim, faz assado...”. Ela é muito preocupada e tá sempre tentando resolver tudo ao mesmo tempo. (Luiz, 42 anos)

O novo perfil de mulher gerou nos homens uma ânsia por mudanças, que, na prática, ainda se encontram em vias de incorporação. Hoje, elas proporcionam aos

maridos a experiência de sua ausência e da necessidade de eles atuarem na casa e na vida dos filhos, mas, exalam, também, exigências e cansaço:

[...] Ela fica de mau humor quando as coisas não estão boas no serviço. Tem uma determinada época, então, que parece que as coisas se acumulam e aí ela fica bem difícil e a gente chega a discutir. Por outro lado, quando temos problemas em casa ou quando um dos filhos tá doente, sei que ela não tira isso da cabeça. Liga pra casa toda hora e tá sempre tentando resolver as coisas de lá mesmo. (Henrique, 47 anos)

Impulsionadas por uma promessa de emancipação, as mulheres estão enfrentando um acúmulo de atividades. Como consequência, esse novo modelo de mulher busca para si também um novo modelo de marido – cuidador, compreensivo e mais participativo. Nesse contexto, as relações conjugais sofrem o impacto das transformações familiares e da sobrecarga feminina. Os maridos ressaltam a dificuldade de suas esposas quanto à discriminação entre a vida privada e pública:

[...] A única coisa que interfere assim, vamos dizer... Pra mim, não; pra mim, tá tudo bem, tá tudo tranquilo... Eu tenho os meus problemas na loja, mas, quando eu chego em casa, esqueço tudo e ela, não. Eu não trago problema do trabalho pra casa. Eu evito ter esses problemas pra não afetar a gente. Problema todo mundo tem, né? Mas a gente precisa saber separar. Ela fica bem chateada quando alguma coisa não está legal lá no trabalho e, às vezes, acaba descontando na gente. Da mesma forma que eu sei que quando acontece alguma coisa aqui em casa, tipo o Bernardo ficar doente, ela vai trabalhar preocupada. Liga pra casa... Fica com a cabeça aqui. (Ítalo, 44 anos)

[...] É, ela tem uns períodos de estresse. Eu também trabalho e sei como é que é. Mas ela fica muito nervosa. Quando ela está num período ruim... Isso já aconteceu... Até de eu achar que ela estava descontando nas crianças. Mas isso também foi numa época em que as crianças eram pequenas e davam muito trabalho. Tivemos alguns momentos em que eles ficavam muito doentes e isso estressava bastante também. Acho que nessas fases, quando ela tinha os problemas delas, refletia em tudo. Não era só no aspecto profissional, não. Era sempre um somatório de coisas. Do mesmo jeito que sobrava pra cá, sobrava pra lá também. (Bruno, 41 anos)

As falas de Ítalo e de Bruno nos remetem à compreensão de que a possibilidade de escolha tornou-se uma angústia para essas esposas. Tal como nos revela os estudos de Rocha-Coutinho (2009, 2011), as mulheres experimentam um sentimento confuso a respeito de quais sejam as suas prioridades e, ao saírem para trabalhar, preocupam-se com tudo e todos que deixara em casa. Mas, se, ao contrário, optassem por permanecer em casa, precisariam lidar com o fato de

estarem abrindo mão de suas conquistas profissionais, além da contribuição financeira que poderiam trazer para o sustento da família.

Afinal, estariam as mulheres vivendo uma crise interna e solitária? Estariam “arrependidas” do caminho que tomaram? Como seus modelos anteriores já não lhes cabem mais e os novos ainda estão em construção, parece-nos que as respostas a essas questões ainda estão no plano da ambivalência.

Apesar dessa aparente contradição e da turbulência em que vivem, a maioria das mulheres permanece firme e confiante na decisão de investir no que lhes dá prazer, como estudar e trabalhar. Em contrapartida, existem aquelas que buscam o retorno a seus lares, acreditando ser possível a retomada de um ritmo menos acelerado de vida. Também há mulheres que, não conseguindo decidir por um ou outro caminho, adoecem e passam a viver em busca de alívios para suas “dores”:

[...] Olha, eu prefiro a mulher que trabalha, porque ela tem outra cabeça. Acredito que ela tem uma visão melhor dos dias atuais em todos os sentidos. Mas, cada mulher tem a sua personalidade, tem a sua criação também. O problema é quando ela tem algum aborrecimento no trabalho, ela leva pra casa o problema. Eu não sou de levar, mas ela leva. O papel da mulher na sociedade tem crescido mais e se tornado até mais importante em algumas situações. A mulher tem se destacado até mais do que os homens, principalmente em algumas áreas, mas quando o assunto é lidar com os problemas, acho que elas ainda não sabem direito como fazer. (Matheus, 41 anos)

Esse novo cenário nos apresenta atores em permutação de papéis e relações ainda sob o impacto das mudanças. Como toda reconstrução, esta também vem acompanhada do desequilíbrio próprio daqueles que estão se despidendo de antigas roupagens sem que tenham absorvido completamente as novas.

5.1.5 Para que servem os salários das mulheres?

As mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidades no mundo do trabalho e, conseqüentemente, recebendo melhores salários, o que beneficia diretamente a situação econômico-financeira familiar. Desde que as suas funções deixaram de estar limitadas ao campo doméstico, as mulheres buscaram capacitar-se para a esperada modificação na forma com que se estruturava a vida privada. Passaram a chefiar famílias, a sustentar, muitas vezes sozinhas, os seus filhos e a tomar decisões sobre continuar ou não casadas.

Tudo isso pela busca de uma independência que ainda não se concretizou totalmente, conforme se depreende da fala de Antunes, que afirma ser o seu salário maior do que o da esposa, sugerindo uma despreziosa finalidade para o ganho dela, enquanto José, cujo salário é superior ao da esposa, admite a importância de sua participação financeira nas despesas domésticas, que provê para o casal melhores condições de vida:

[...] Então, como o meu salário é maior que o dela, a gente resolveu abrir uma conta conjunta. Ela usa tudo o que for preciso para pagar as contas. Ela acaba administrando o meu dinheiro e sabendo mais dos meus gastos do que até eu mesmo. O dinheiro dela ela usa pra comprar as coisas dos meninos e dela. (Antunes, 45 anos)

[...] A gente divide as coisas pelo tamanho do salário. Então, se eu fico com a maior parte, é porque eu posso pagar. Por exemplo, o financiamento da casa e do carro. Primeiro, eu achava que ela, trabalhando, que o salário que ela ganhasse ia ser só pra manutenção dela, entendeu? Tipo cabelo, roupa, tudo pra ela... Mas, depois, a gente percebeu que a dependência da casa também passou a ser em relação ao salário dela. O que eu quero dizer é que a gente passou a viver melhor com o salário dela. Também aconteceu de eu passar num concurso público e aí melhorou mais ainda. A gente se estabilizou. Ela também fica responsável pelo pagamento da diarista. A gente tem uma pessoa que vem três vezes por semana pra limpar a casa e cuidar das roupas. E é ela que paga. (José, 44 anos)

Segundo pesquisa de Rocha-Coutinho (2013), as mulheres, hoje, possuem maior escolaridade e qualificação e são detentoras de boa parte dos cargos altos que o mercado de trabalho oferece. Contudo, seus salários continuam aquém do esperado, especialmente quando se toma por base o salário pago a homens que desempenham a mesma função e estão lotados em cargo semelhante.

Autores como Jablonski (2009), Rocha-Coutinho & Coutinho (2011), Rocha-Coutinho (2013) e Del Priore (2013) referem que a diferença de salário

pode estar relacionada ao desempenho das tarefas de cuidados com os filhos, pois, apoiado no imaginário social, que relaciona à mulher a prioridade pelos filhos, o seu empregador parte do pressuposto de que, ao vivenciar um conflito entre a vida familiar e profissional, a mulher estaria sujeita a optar pela primeira, o que significaria, para ele, um investimento perdido.

Parece não ser suficiente o fato de que as mulheres sejam capazes de desempenhar diversas funções ao mesmo tempo. Encarar duplas ou até triplas jornadas de trabalho tem sido a realidade de boa parte das mulheres na contemporaneidade. E, quando não são elas diretamente as responsáveis pela realização das tarefas domésticas, entra em cena algo ou alguém que o seu dinheiro possa pagar.

Matheus, um dos maridos entrevistados, relata que a esposa é responsável por alguns pagamentos da casa, como as contas de telefone e de luz, e por metade do salário de uma das empregadas. No entanto, reforça que “sempre” ou “quase sempre” a esposa é ressarcida por ele:

[...] Ela tem no débito automático da conta dela o telefone e a luz. Mas, aí, eu vou lá e todo mês eu dou um dinheiro pra ela referente a isso. A grande maioria das contas a gente divide. Tanto que eu dou o dinheiro a ela. Eu já sei quanto eu tenho que dar por mês a ela. E as outras coisas, se eu puder pagar, eu vou pagar sempre. Porque a minha condição é melhor do que a dela, pouco melhor. Eu pago uma empregada e pago a metade da outra. Mas isso é pela condição do meu salário. As despesas dela, são dela. Assim como eu pago as minhas. Aí, se tem que comprar alguma roupa pros meninos, às vezes ela compra; às vezes, ela fala: “Você me ajuda?” Eu ajudo, vou lá e pago. (Matheus, 41 anos)

Assim como Matheus e Antunes, outros três maridos revelam que têm salários maiores e sugerem que suas esposas se responsabilizam financeiramente apenas por despesas de menor relevância ou valor econômico:

[...] Como eu ganho melhor, lá em casa nós combinamos assim: ela paga o plano de saúde, o inglês, a assinatura da TV e todas as coisas dela. Ah, e também quando as crianças precisam de roupa. O resto é todo comigo. Também costumamos usar o dinheiro dela para os passeios no fim de semana. (Henrique, 47 anos)

[...] Geralmente, é ela quem administra todos os pagamentos. Eu entrego o meu salário todo pra ela fazer os pagamentos. Ela complementa o que precisar com o dela. E, depois, se vou precisando de alguma coisa durante o mês, vou pegando com ela. Mas não fico com nada. Ela é que sempre providencia tudo. (Luiz, 42 anos)

[...] A empregada é ela quem paga. Ela ajuda a comprar as coisas pra dentro de casa como móveis, as coisas que ela vê e gosta pra decorar a nossa casa... Sempre ela tá comprando alguma coisinha. Eu faço a despesa total. Com o meu dinheiro, fica todo o resto: colégio, plano de saúde, as compras, luz, água, telefone, tudo eu que pago. Ah, roupa também é com ela. (Ítalo, 44 anos)

Henrique destaca que o salário de sua esposa é destinado a pagamentos específicos e ocasionais. Remete-nos à ideia de que sua esposa tenha a função de uma auxiliar no que se refere ao provimento financeiro da família, enfatizando que “todo o resto é com ele”, como forma de exaltar o seu papel de provedor. Luiz ressalta a condição de “complemento” que tem o salário de sua esposa e atribui a ela mais uma tarefa: a de se responsabilizar por efetuar os pagamentos e sanar as necessidades da rotina familiar e de seus componentes. O discurso de Ítalo reafirma que a esposa utiliza o salário pagando a quem a substitui nos cuidados da casa (poderíamos refletir sobre o fato de esta ser uma das formas encontradas pelas mulheres para compensar o seu distanciamento das tarefas domésticas).

A fala desses entrevistados sugere um caráter dispensável relacionado ao salário das esposas. Estaria essa condição associada à velada vulnerabilidade do emprego delas? Seria plausível supor que existe uma espécie de “acordo não revelado”, no sentido de que, se, a qualquer momento, for necessário que a mulher abra mão de seu emprego e, portanto, de seu salário e retorne ao lar, as principais despesas estariam asseguradas pelos maridos?

O único entrevistado que, contrariando o discurso dos demais, mencionou uma divisão igualitária no provimento financeiro da família e na proporção dos salários recebidos por marido e mulher foi o Bruno. Sua fala retrata o paradoxo que se apresenta entre a maciça entrada da mulher no mercado de trabalho e a minoria que a reconhece como relevante no contexto financeiro da família:

[...] Nossa conta é conjunta. Eu coloco o meu salário e ela coloca o dela. Fazemos todos os pagamentos e, no final, o que sobra a gente vai gerenciando ao longo do mês. Normalmente, usamos uma planilha e os dois sempre registram ali tudo o que gastam. Assim, estamos sempre atualizados do que temos no banco e do quanto podemos dispor (Bruno, 41 anos)

Percebe-se, assim, que, por trás do discurso de que as mulheres se tornaram grandes parceiras no provimento financeiro, existe uma linha tênue que assegura aos homens serem eles, ainda, os “principais provedores financeiros da família” (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007).

5.1.6 Falando sobre a convivência

A cultura patriarcal que perdurou por séculos fez com que se fortalecesse o estereótipo da mulher como ser frágil, intelectualmente limitado, com pouca capacidade para exercer uma profissão. Sua função mais importante era a de cuidadora. Não lhe era exigido qualquer tipo de atributo mais interessante. Conversar era “coisa de homem”; negociar, também. Das mulheres, esperava-se apenas um carinho ao chegar à casa, filhos bem educados, comidinha pronta e a casa arrumada – tudo na “mais perfeita ordem”. Agora, elas telefonam da rua dizendo o que desejam para o jantar e eles, os maridos, parecem estar gostando:

[...] Acho que essa referência de uma mãe que trabalha, que corre atrás, que estuda, que fez doutorado, que dá aulas e tudo o mais é importante para os filhos saberem que a mulher tem esse papel importante, até mesmo para respeitar isso também. Se o meu filho entender que a mulher pode ter esse papel, ele também vai ansiar por uma mulher assim, que corra atrás. Eu vejo isso de forma muito positiva. E acho que, se ela focasse o seu tempo todo em casa, nós teríamos muito mais problemas. (Henrique, 47 anos)

[...] Quando eu me dei conta, ela já estava assim, conversando sobre outros assuntos, novos amigos. Enfim, eu encarei de uma forma muito boa pra ela. Eu queria isso. Porque, às vezes, até mesmo pro relacionamento é complicado. Ela ficava muito enciumada com tudo. Porque eu saía muito e ela saía pouco. Sempre aquela coisa de jogar na cara: “– Você tem uma vida mais livre, você sai mais e eu só fico dentro de casa.” Muito ciúme até. Depois que ela começou a trabalhar, o relacionamento afetivo melhorou, ficou mais suave, sabe? Antes, ela era bem passiva. Hoje, ela é muito mais ativa, independente, livre pra resolver os problemas dela. Sem contar que é um salário a mais e pra nós isso foi muito bom. É um dinheirinho a mais que ajuda na receita doméstica. (Antunes, 45 anos)

[...] Eu prefiro ela hoje do que antes. Apesar do estresse, eu sinto que pra ela foi muito bom. Ela deu um salto inteligente, se tornou mais dinâmica e mais envolvida com as coisas. (Antunes, 45 anos)

Henrique destaca a admiração que sente pela mulher que trabalha fora. Menciona esse fato como um atributo e condição digna de ser valorizada. Sua ênfase é tamanha, que nos leva a inferir que, opostamente, está a mulher que não trabalha fora e que, portanto, não é digna de admiração. Ao utilizar o termo “correr atrás” para citar a mulher que está fora de casa trabalhando, o entrevistado sugere que a mulher que se dedica exclusivamente às tarefas domésticas tem uma vida estática e faz uma crítica ao modelo de “mulher-dona-de-casa”. Antunes enfatiza a negociação que estabeleceu com a esposa, a partir de sua saída para o mercado de trabalho. Tal conduta nos revela que as relações passaram a se

estabelecer de forma mais igualitária, revelando que a busca por autonomia no seio da família não exclui o investimento em áreas comuns entre seus membros.

Segundo os entrevistados, as mulheres deixaram a “passividade” de lado e tornaram-se independentes, livres e capazes de resolver os próprios problemas. Mas de qual passividade eles estão falando? Será que ainda consideram os afazeres domésticos uma espécie de *hobby*? Segundo os maridos, o trabalho remunerado de suas esposas lhes possibilitou certo alívio no que tange às responsabilidades com elas. Diante das possibilidades profissionais e financeiras que a mulher contemporânea conquistou já não se sentem mais preocupados e responsáveis por sua sobrevivência caso não estejam juntos no futuro.

Os maridos admitem que o exercício profissional de suas esposas contribui para o desenvolvimento financeiro da família. Citam, como exemplos, a aquisição da casa própria e de planos de saúde, além de melhores escolas para os filhos, fatores essenciais para a base do desenvolvimento e estabelecimento de uma família:

[...] Pelo fato dela estar trabalhando, a gente pôde dar uma educação melhor para as nossas filhas. A gente não ia ter condição de pagar um plano de saúde e de manter as meninas na escola em que elas estudam se ela não trabalhasse lá, por exemplo. Tivemos, graças ao emprego dela. Tudo melhorou depois que ela foi trabalhar. E nada do que estou falando aqui é mentira, não. Realmente, a nossa vida melhorou muito. Quando só eu trabalhava, ela ficava em casa e sempre que eu chegava ela estava desanimada e até para conversar sobre algum problema que eu tivesse tido no trabalho, eu não me sentia à vontade. Agora, não. A gente conversa sobre o que acontece no meu trabalho, no trabalho dela... A gente desabafa um com o outro e depois fica tudo melhor. Eu acho que não tem mais outro jeito, não. (José, 44 anos)

[...] Recentemente, conseguimos comprar a nossa casa. Juntamos a nossa renda e, com isso, alcançamos um teto mais alto para o financiamento. Considero que isso tenha sido uma grande conquista para a nossa família e só foi possível pelo fato dela trabalhar também. (Luiz, 42 anos)

Autores como Giddens (2005) e Jablonski (1998, 2007, 2009) enfatizam que vivemos em um mundo que privilegia o instante, o descartável, as novidades, o materialismo. Apesar de nos ser clara a ideia de que os casamentos há muito deixaram de se estabelecer em função da aquisição de bens materiais, não há como desconsiderar que certa relevância à estabilidade financeira e material subsista entre os seus membros.

Como que a corroborar tal afirmação, José atribui ao emprego da mulher a aquisição de planos de saúde e o ingresso das filhas em uma escola de qualidade.

Já Luiz enfatiza que a conquista da casa própria só se tornou possível pela soma das duas rendas.

Tais comentários nos levam a depreender que os entrevistados reconhecem que o emprego da mulher é uma alavanca primordial para o crescimento financeiro do casal, em um cenário onde novas configurações, valores, atributos e expectativas se estabelecem.

A independência da mulher passou a ser o elemento fundamental que viabiliza uma relação conjugal mais igualitária, reforçando o valor do aspecto afetivo e proporcionando estabilidade ao casal:

[...] Acho que o fato da mulher trabalhar fora muda toda a sua maneira de se relacionar com o marido. Muda em ter o seu dinheiro e não depender do marido pra comprar uma roupa, uma coisa que ela tenha visto na rua... Se não: “– Ah, eu quero comprar aquele vaso ali.”. Aí, ela vai ligar pra mim pra pedir: “– Meu bem, me dá cinquenta reais?” Entendeu? Eu sempre incentivei mesmo que ela trabalhasse ou para que não parasse de trabalhar para ficar em casa. (Ítalo, 44 anos)

[...] Ela trabalhar fora é muito saudável para todos nós. Reflete, positivamente, em todas as nossas relações. Não consigo ver aspectos negativos. Do ponto de vista da satisfação pessoal dela, do ponto de vista social... Acho importante que ela esteja envolvida com outras coisas, interagindo com outras pessoas. Quando a pessoa fica só em casa, só com as tarefas do lar, ela se limita em relação ao convívio com outras pessoas. Se ela fica desocupada, pensa em besteiras. Por exemplo, quando eu nasci, a minha mãe pediu demissão do trabalho e hoje ela vive uma vida de muita insegurança. Vive se lamentando que não tem uma aposentadoria, não tem autonomia e está sempre dependendo do meu pai pra tudo. (Bruno, 41 anos)

[...] Acho que a minha mulher trabalhar fora faz ela ter uma outra visão da vida, que até vai ser passada para os filhos dela. É importante que a mulher trabalhe; é importante que ela tenha a responsabilidade de ajudar nas despesas da casa, ter a sua profissão e não ficar só em casa. Não que eu seja contra isso, mas eu prefiro a mulher que trabalha. Acho que ela tem outra cabeça. Acredito que ela tenha uma visão melhor dos dias atuais. Tem homens que não gostam, que querem ver uma mulher dependente. Eu acho que não. Acho que a mulher deve ser independente. A gente não sabe o dia de amanhã... Hoje, eu tô casado com ela, mas amanhã... Eu quero que ela seja independente (Matheus, 41 anos).

Pelas falas de Ítalo, Bruno e Matheus, depreende-se que a interdependência financeira é sentida como um peso para os indivíduos e que o projeto de estarem juntos pressupõe que cada um obtenha os próprios meios de subsistência independentemente do outro (Singly, 2007).

Destaca-se, em suas falas, a relevância atribuída à formação de um elo social em contraposição aos laços de uma dependência conjugal. Singly (2007) nos aponta que, para conciliar o individualismo com a formação de um elo social, é preciso cortar os laços de dependência interpessoal, o que pode ser conseguido

por meio de mediações institucionais que sustentem essa independência. É dessa forma que o autor concebe as mudanças pelas quais a família vem passando. Para ele, essas transformações fazem sentido e nos levam a compreender a demanda por autonomia e a desvalorização dos elos de dependência em relação às instituições e pessoas (Borges & Magalhães, 2009).

A fala dos entrevistados aponta, de forma unânime, para a aprovação em relação à esposa que trabalha fora. Ressaltam a melhora nas relações conjugais e familiares, mencionando que elas se tornaram mais interessantes e compreensivas. Passaram a negociar saídas, dividir as despesas e a valorizar a socialização. Exaltam que se sentem menos responsáveis por elas e, portanto, mais livres para o caso de o casamento não ir adiante. No entanto, os maridos não referem o acúmulo de funções como sobrecarga para as mulheres. Para eles, suas esposas apenas passaram a trabalhar quando saíram de casa e não atribuem valor ao trabalho realizado também dentro do lar. No entanto, ressaltam que elas continuam sendo as maiores referências para os filhos, que necessitam estar atentas às próprias necessidades e às de seus maridos, valorizando também o fato de que essas mulheres estão mais instruídas e informadas, sendo, portanto, melhores.

5.2 Com a palavra, as filhas

Da análise de conteúdo das entrevistas com as filhas, identificaram-se cinco categorias centrais, obtidas das verbalizações que induziram as respostas sobre os indicadores ou inferências a respeito de: “Como é ter uma mãe que trabalha fora de casa?”

5.2.1 Mãe trabalhadora é motivo de orgulho

Nessa categoria de análise, as falas das filhas indicam que estão habituadas com o fato de suas mães exercerem uma profissão fora de casa. Reconhecem a importância de seu trabalho para melhoria do bem-estar da família e sentem orgulho por elas. Embora sintam a falta da presença da mãe, as filhas dizem que não seria tão bom se elas estivessem disponíveis em casa em tempo integral.

[...] Meus pais batalham muito pra gente ter tudo o que a gente tem. Quando eles estão trabalhando, não estão comigo, mas não é porque eles não querem, é porque precisam trabalhar. E tudo o que a gente tem é por causa do trabalho deles. (Thaís, 12 anos)

[...] Ah, eu já tô acostumada assim. Desde que eu era pequena a minha mãe sempre trabalhou fora. Ela trabalha na fábrica que é dela e do meu pai. Mas, tipo... Nunca foi nada demais. Sempre consegui me virar sozinha e sempre que eu precisei, ela tava lá. Já acostumei assim. Na hora do almoço, a gente tá sempre juntas; aí, eu falo com ela dos estudos e tal... A gente conversa e ela tá sempre sabendo de tudo que acontece comigo. Não consigo imaginar a minha mãe em casa, sem trabalhar. Ela é muito agitada e tá sempre resolvendo alguma coisa. (Carla, 15 anos)

[...] Eu não tenho do que reclamar, porque eu sei que tenho que aceitar. Ela tem que pagar as contas no final do mês, para eu ter uma boa escola. Eu aceito isso... A minha mãe sempre trabalhou demais, mas eu nunca pude reclamar, porque o tempo que ela tem de folga, ela fica sempre comigo, entendeu? Desde pequenininha, se eu tava chateada com alguma coisa e tal... Ela procurava me alegrar, trazia amiga pra casa, buscava e levava. Até hoje ela tem essa preocupação de sempre querer saber como eu estou. Ela se preocupa demais comigo. (Larissa, 13 anos)

[...] Minha mãe sempre fala do trabalho dela. Às vezes, ela tá mal-humorada, cansada, mas sempre fala com a maior satisfação. Não consigo pensar nela sem esse trabalho. Eu vejo algumas mães de amigas minhas que não trabalham e acho que elas não têm nada a ver com a minha mãe. Sinceramente, acho que ela não seria feliz se estivesse só em casa o tempo todo. E, pra falar a verdade, acho que nem seria tão bom mesmo. [risada] (Viviane, 13 anos)

A fala de uma das filhas entrevistadas (Thaís) destaca que o salário da mãe contribui para o provimento financeiro da família e ela parece entender que se

essas responsabilidades não fossem divididas, sua vida seria menos confortável. Larissa faz questão de dizer que, apesar de sua mãe trabalhar muito, ela se “desdobra” para que não lhe falte nada, além de se manter atenta às condições emocionais da filha.

Na percepção das filhas, há grande empenho das mães no exercício de seus novos papéis associados aos antigos. Segundo Rocha-Coutinho (2013), as mulheres passaram a não só compartilhar as despesas como também a exigir de si mesmas que continuassem como principais responsáveis pelos filhos e pela casa. Em virtude do conflito que se estabelece, elas experimentam um sentimento de culpa. Este é o grande paradoxo que consiste em encaixar a maternidade em suas vidas sem abdicar de outras funções (Rocha-Coutinho, 2005a; 2013).

Uma das filhas retrata a dificuldade de separar o público do privado que acomete a mulher que trabalha fora, ao relatar que a mãe traz para casa os aborrecimentos originados no trabalho e “desconta” nos filhos, atribuindo a isso o surgimento de conflitos nas relações familiares:

[...] Eu acho bom a minha mãe trabalhar. O salário dela ajuda muito e se ela não trabalhasse fora seria bem mais apertado, porque a gente conta bastante com o dinheiro dela. Ia fazer muita diferença. Nossas escolas, por exemplo, só temos por causa do trabalho dela. Agora, o que é difícil é porque... tipo... Ela não tem ninguém pra desabafar e, às vezes, chega em casa estressada. A gente fez um monte de coisa em casa, arrumou tudo e aí ela vê um defeitinho que faltou fazer e desconta tudo em cima da gente. É até complicado... (Ana, 14 anos)

Del Priore (2013) ressalta os conflitos inerentes ao acúmulo de papéis femininos. As mulheres deixaram de ser o cerne da casa e passaram a ser, em muitas circunstâncias, o cerne da família, condição que lhes exige uma conciliação das tarefas antigas com os novos papéis conquistados. O desafio é compreender em que medida as relações conjugais e familiares vêm sofrendo com o impacto dessas mudanças.

Outra característica destacada por Ana sugere que a mulher contemporânea se mostra exigente consigo mesma e com quem está ao seu redor desempenhando a função de apoio na execução das tarefas da casa, por exemplo. Menciona que, ao chegar à casa, a mãe presta atenção aos mínimos detalhes e aponta, com frequência, as imperfeições ou tarefas que tenham ficado por fazer.

O que podemos refletir a esse respeito é sobre o nível de cobrança que as mulheres contemporâneas experimentam. Deixaram sua condição de passividade,

tão própria dos séculos passados, e romperam com a dependência e subordinação a que eram submetidas no sistema patriarcal. Hoje, escolhem e não varrem mais para baixo do tapete as suas insatisfações (Rocha-Coutinho, 2003, 2007, 2011, 2013; Araújo, 2009; Del Priore, 2013). Por outro lado, agora têm de assumir as incompatibilidades e gerenciar os conflitos, bem como administrar pressões internas e externas, o que gera um desgaste que, muitas vezes, obriga-as a optar pela redução do investimento em seu campo profissional, afastando-as das carreiras de maior prestígio e poder (Rocha-Coutinho, 2009, 2011, 2013).

Larissa ilustra bem a relação entre a dedicação da mãe ao trabalho, no exercício de funções com *status* e poder, e a atenção dada a ela. Segundo a entrevistada, sua mãe desempenha um papel de grande relevância, pelo qual se sente orgulhosa.

[...] O que eu vejo de bom da minha mãe trabalhar é que ela tem uma profissão que eu acho legal. Ela tem um cargo político de grande importância. Por outro lado, tenho muito mais cobrança. Tenho que fazer tudo certo e minha mãe diz que sempre tem muitas pessoas observando a gente. E o tempo que ela trabalha também é bem grande. Ela sempre trabalhou demais. Mas hoje, nessa carreira política, ela tem um cargo que é bem importante. As pessoas falam assim: “– Você é filha da Lúcia, né?” Eu fico muito feliz que, graças a Deus, a minha mãe sempre procurou me dar muito orgulho. Ela fica muito tempo fora de casa, mas o tempo dela que sobra, ela não vai, por exemplo, pra academia, ela não vai pra drenagem, ela não vai fazer nada só dela, sabe? Ela procura tá sempre comigo. Porque eu vejo mães de algumas amigas minhas que nem trabalham, mas botam umas cinco babás em casa... Eu tenho uma amiga que a mãe não trabalha e o pai até tem uma boa condição financeira. Mas ela e o irmão, cada um, tem uma babá e a mãe tá sempre no computador, sai com as amigas, está sempre se cuidando, faz lipo, tá sempre no salão e os filhos estão sempre sozinhos. Já a minha mãe, ela sempre fala que eu venho em primeiro lugar, depois vem o trabalho e depois as coisas dela, entendeu? Ela sempre falou isso pra mim. Nunca me deixou na mão. Sempre que eu preciso de alguma coisa, mesmo que ela sofra, correndo mais, tendo que fazer tudo, mas ela sempre me atende. Eu não posso reclamar. Quando ela chega em casa e vai resolver alguma coisa com o meu pai, ela fala pra eu ir fazendo o meu dever, fazendo alguma coisa minha e aí ela fica com o meu pai. Depois, a gente sempre fica juntas antes de dormir. Ela reza comigo sempre. Até quando ela chega tarde a gente reza juntas e conversa um pouco antes de dormir. Sempre, entendeu? (Larissa, 13 anos)

Segundo as pesquisas constantes na literatura estudada (Jablonski, 2007; 2009; Rocha-Coutinho, 2003; 2005a, 2005b; 2011; 2013), esta é uma das tarefas mais difíceis de ser conciliada pela mulher contemporânea, uma vez que o alto grau de dedicação à profissão se coloca diretamente proporcional à diminuição da presença em casa. Por outro lado, a tentativa de conciliação representa, necessariamente, uma adaptação a jornadas duplas e até triplas diariamente

vividas por essas mulheres. Escolhas difíceis vivem as mulheres contemporâneas. É sobre isso que nos fala Badinter (2011), ao afirmar que cada vez mais mulheres, especialmente as mais capacitadas, passaram a optar por não ter filhos e a se dedicar exclusivamente à profissão, poupando-se de conflitos e dificuldades em seu cotidiano.

Outra questão a ser explorada na fala de Larissa diz respeito à hierarquização de valores e prioridades da mulher contemporânea. De acordo com a entrevistada, sua mãe a coloca em primeiro lugar, delegando à segunda posição o trabalho e, em terceiro, as próprias necessidades. Duas situações merecem destaque a partir desse recorte. A primeira nos faz refletir sobre o fato de que a mulher esteja se colocando em último plano. O tempo que dedica aos filhos e ao trabalho lhe toma o dia todo. Assim, quando realizará as necessidades pessoais como mulher? A entrevistada, inclusive, faz uma crítica às mães de suas amigas que agem de forma diferente e que sustentam a sua individualidade acima de qualquer outra prioridade. Isso acontece porque a maternidade ainda é vista, nos dias atuais, como a principal e indispensável função da mulher, ou seja, esta deve ser a sua fonte de realização maior. Segundo Souza (2000), a sociedade dá o consentimento para que a mulher assuma novos papéis, desde que isso não represente qualquer negligência com os antigos.

Um ponto importante a ser discutido é o papel do homem nesse novo cenário. Mais uma vez, levando em consideração a escala de prioridades que Larissa diz ser a adotada por sua mãe, observa-se que o marido não se encaixa em qualquer das posições citadas. Estaria em quarto lugar? Ou não estaria dentre as prioridades das mulheres?

As mulheres contemporâneas estão em busca de maior desenvolvimento profissional e pessoal. Em contrapartida, criou-se uma demanda por ajustes também nos papéis conjugais. As mulheres esperam que os homens assumam uma nova identidade masculina, a fim de abarcar as novas tarefas e relações das quais estamos falando. Buscam para si um novo modelo de marido, mais participativo e interveniente na educação dos filhos (Araújo, 2009; Amazonas et al., 2011; Bourdieu, 2011). Porém, na prática, essas mudanças ainda não foram incorporadas por um número significativo de homens e pode ser este um dos motivos que estejam levando as relações conjugais ao desgaste e à desvalorização. A dependência financeira da mulher em relação ao marido e o medo da

discriminação social acarretada por uma separação foram, sem dúvida, razões importantes para a manutenção de inúmeros matrimônios no passado. Atualmente, o trabalho remunerado feminino constitui um momento de virada nessa dinâmica conjugal, quando novos arranjos se tornam possíveis e as adaptações nas identidades femininas e masculinas se fazem necessárias (Rocha-Coutinho, 2000; Teykal & Rocha-Coutinho, 2007).

A grande protagonista desse movimento de transformação é a mulher, mas mudanças não acontecem de forma unilateral, em um dado gênero. Assim, elas estão exigindo dos homens que suas condutas também tomem novos contornos e sejam exercidas de maneira mais expressiva e cuidadora (Chaves, 2002; Araújo, 2009; Amazonas et al., 2011).

Uma das entrevistadas refere que tanto a mãe quanto o pai estão empenhados em dividir as funções de cuidadores, definindo-os como “pais presentes”:

[...] Pra mim, é normal a minha mãe trabalhar, porque, mesmo assim, ela é muito presente. Ela e o meu pai estão sempre comigo. Eles que me buscam na escola, quase sempre, e, à noite, tão em casa comigo. Então é tipo... superpresentes. E sempre que a minha mãe não pode estar comigo ou me buscar em algum lugar, o meu pai vai. (Thaís, 12 anos)

Denota-se a figura de um pai participativo e considera-se que, dessa forma, a ausência da mãe seja menos perceptível. Nos dias atuais, não se sustenta a visão de papéis cristalizados e definidos, que limitavam o homem ao espaço público e as mulheres ao espaço doméstico. Contudo, os homens não são motivados por promessas de conquistas e ampliação de poder ou *status*. Ao contrário, ainda persiste a visão reducionista de que a aproximação com o lar possa representar a decadência não apenas de poder e *status* como também de virilidade e masculinidade (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Rocha-Coutinho, 2009).

Para as mulheres, este parece ser um “caminho sem volta”. Diferentemente dos homens, as mulheres visualizam uma longa caminhada, iniciada a partir de insatisfações pessoais. Admitem que ainda não “chegaram lá”, que estão em transição e fazendo ajustes e que, por conta do acúmulo de funções, vivenciam um alto nível de desgaste.

De acordo com a fala de algumas das filhas, as mães sempre criam oportunidades para estarem juntas, seja no horário das refeições, seja à noite, ajudando-as nos deveres de casa, ou nas horas de lazer, viajando juntos:

[...] Eu não consigo imaginar a minha mãe sem trabalhar fora. Porque eu fico vendo o exemplo de algumas amigas e penso: “Será que ela seria igual?”. Cara, eu não sei. Não consigo imaginar a minha mãe sem trabalhar. Sinceramente, acho que isso nunca ia rolar! (Larissa, 13 anos)

[...] Ah, eu já tô acostumada assim. Eu não me importo da minha mãe trabalhar. Acho supernormal. Na hora do almoço, a gente sempre almoça junto e os deveres eu faço sempre sozinha, mas eu não vejo nenhum problema nisso. Não vejo vantagens e também não vejo nenhum problema. Acho que nunca teve assim uma situação de eu precisar de alguma coisa e de nenhum dos dois [mãe e pai] estarem em casa pra me atender. Por exemplo, tem gente que não gosta se a mãe está longe. Mas eu não me importo. Ela sempre está presente, mesmo trabalhando fora. Ela sempre está em casa na hora do almoço. Acho que é a hora mais importante e a gente se reúne. Todo mundo conversa, fala um pouco do que aconteceu; eu comento da escola... E, à noite, a gente se encontra de novo. Mas, aí, já não tem muito que falar... [risada]. (Viviane, 13 anos)

[...] Na maioria das vezes, eu acho bom, mas, às vezes, é meio triste não ter a minha mãe por perto. Quando ela tem tempo, a gente conversa. Ela sempre pergunta como foi o dia, se tá tudo bem... A gente dorme tarde e aí é essa hora que a gente consegue ficar juntas e conversar. Mas também, não sei te dizer como seria se ela não trabalhasse. Eu acho que a gente não ia ter tantas oportunidades, porque a gente tá sempre viajando com a minha mãe e tal... Porque ela trabalha bastante e pode proporcionar isso pra gente. Eu sei que o salário dela é muito importante pra gente, mas eu gostaria que ela continuasse trabalhando, só que, um pouco menos. (Maria, 14 anos)

A fala de Maria nos faz refletir sobre o quanto devemos estar abertos a uma revisão constante, à negociação, para usufruir as vantagens das mudanças e minimizar possíveis efeitos negativos na cena familiar. Nesse novo contexto social, a constituição da família, o projeto de ter filhos e a forma de criá-los tendem a ser revistos. Diferentes modelos foram introduzidos no ambiente familiar e os filhos parecem ter se adaptado a eles.

5.2.2

Mãe e autonomia dos filhos: uma relação possível?

Apoiada em novos valores, a família contemporânea apresenta outros estilos e maneiras ao estabelecer as suas relações. A mobilidade e a fluidez distantes do padrão familiar patriarcal desconfiguram os papéis, especialmente do pai que detinha maior poder de decisão sobre a vida da mulher e dos filhos. Os lugares, antes definidos, agora se alternam fazendo emergir nesse cenário novas formas de autonomia:

A realidade dos filhos na sociedade atual é permeada por contradições. De um lado, as mães, com um perfil de mulher contemporânea, necessitam e estimulam que os filhos sejam independentes e capazes de gerenciar as próprias demandas, de modo a prepará-los para a vida futura. Por outro lado, quando estão por perto, tomam para si responsabilidades e tarefas que reacendem o risco da perda de importantes características que serviriam como base para que os filhos conquistassem autonomia. Por sua vez, os filhos desejam ser vistos como crescidos e independentes, mas valorizam os “mimos” perdidos na medida em que as mães estão menos disponíveis. Nesse cenário, estabelece-se um contraponto: ao mesmo tempo em que se valoriza o cuidado como afeto, preconiza-se a individualidade como autonomia (Wagner, 2005):

[...] Quando a minha mãe tá em casa, ela acorda, desce, toma o café e leva o meu café na cama pra mim. Eu adoro quando ela faz isso. Podia ser sempre assim, né? Ela acha que lá embaixo é muito frio. Tem dia que eu não escuto nem o despertador; aí, ela sempre me acorda pra ir pra escola. Ela é muito preocupada comigo. Se ela está por perto, toma conta de tudo, tudo mesmo. Vê se tá tudo certo com o meu uniforme, se tô precisando de tênis novo pra ir pra escola, essas coisas... Mas eu já tenho treze anos e tem coisa que eu posso fazer até sozinha, né? (Larissa, 13 anos)

Larissa ilustra, com sua fala, a contradição a que nos referimos, mas também demonstra ambivalência em relação a assumir uma posição mais independente, que significa trazer para si a responsabilidade por seus possíveis fracassos, como, por exemplo, a perda do horário da escola. Embora argumente que “já tem treze anos”, concorda com o fato de a mãe tomar para si a responsabilidade de atender às suas necessidades relativas ao uniforme escolar e levar o seu café na cama.

Clara, outra filha entrevistada, também revela contradições. Refere que sua mãe, apesar de cansada, não delega funções e centraliza todos os afazeres sob sua responsabilidade quando está em casa. Entretanto, quando não está presente, as filhas agem de forma independente e assumem algumas tarefas com satisfação e autonomia:

[...] Eu não consigo entender! Minha mãe vive reclamando que está cansada e que ninguém ajuda, mas quando ela tá em casa, não deixa ninguém fazer nada. Só ela sabe e tem que ser tudo do “jeito perfeccionista” dela. Se ela me manda arrumar o quarto, eu vou lá e arrumo. Ela chega e estica a cama outra vez e diz que não tá nada certo. Às vezes, quando ela não tá em casa, eu e a minha irmã inventamos coisa pra comer e comemos na hora que a gente quer. Se ela tivesse em casa, duvido que fosse assim [risada]. (Clara, 12 anos)

Em outro trecho da mesma entrevista, Clara, apesar de valorizar a autonomia experimentada quando a mãe não está em casa, manifesta descontentamento com a sua ausência e a preferência por sua permanência em casa. O resultado a ser destacado nessa categoria é o de que embora os filhos reconheçam a importância dos cuidados parentais, sentem-se controlados, sobretudo pela mãe:

[...] A minha mãe trabalha muito. Ela trabalha no consultório e na faculdade. Segunda e terça ela vai pra faculdade e nos outros dias ela está na faculdade e no consultório. Sinceramente, eu acho que seria melhor se ela não trabalhasse. Eu não ia precisar fazer algumas coisas, ela ia fazer a comida pra gente, ela ia me ajudar com os deveres, ela ia me ajudar a estudar para as provas, ela ia ficar comigo e ia poder ir no cinema comigo às vezes. [Clara chora] Eu acho que seria melhor! Mas também fico pensando que, se ela estivesse em casa, ficaria o tempo todo tomando conta dos meus horários: se estou vendo televisão, se estou no computador e ia ser muito chato isso. Eu gosto quando ela fica em casa com a gente. Por exemplo, quando estamos na época do “Festival de música”, a gente sempre sai juntos e é muito bom. Eu, ela, meu pai e minha irmã. Fazemos outras coisas juntos também e é muito legal. Só não gosto quando ela fica no meu pé, me controlando o tempo todo. (Clara, 12 anos)

De acordo com Kehl (2003), propiciar ao filho autonomia não significa abandono ou desamparo amoroso. Ao contrário, pais extremamente protetores podem estar expondo seus filhos à fragilidade e onipotência infantil que lhes trarão, como consequência, ambivalência de sentimentos. O importante a destacar é como os pais estão internalizando a possibilidade de proporcionar aos filhos uma infância mais competente e autônoma (Mizrahi, 2004).

O imediatismo vigente no século XXI e a equivocada noção de afeto que impera nas relações fluidas da contemporaneidade (Giddens, 2002) podem estar

refletindo em um número cada vez maior de pais que adotam medidas antagônicas no processo de educar os filhos. Identificamos na instituição familiar vigente tanto pais que se mostram permissivos e delegam a agentes externos a imposição de regras e normas sociais aos filhos – fruto do entendimento de que, tendo menos tempo com os filhos, deveriam priorizar os “bons momentos” – quanto aqueles que adotam posturas rígidas com a justificativa de proteção e cuidado e tomam para si todo e qualquer poder de decisão – modelo frequentemente confundido com uma conduta estereotipada que leva à crítica e à irrupção de uma postura oposta, que se apoia na liberdade como sinônimo de ausência de restrições (Lasch, 1991; Mizrahi, 2004; Negreiros & Féres-Carneiro, 2004).

A parentalidade no século XXI tornou-se menos hierarquizada, as relações se tornaram mais horizontais e as famílias parecem estar encontrando dificuldades para discernir e equilibrar autonomia, liberdade, regras e disciplina. Wagner (2003) chama a atenção para a frequência com que os pais se mostram inseguros diante de situações comuns da rotina de suas famílias e como as regras não estão firmemente postas e os limites claramente estabelecidos. Nesse contexto, os filhos se veem “desmapeados”, confusos, diante da inconstância e inconsistência das atitudes dos pais:

[...] Ah, se a minha mãe tivesse em casa, seria tudo muito diferente. Ela ia ficar no pé o dia inteiro... Ela já fica assim à noite... Fica perguntando o que eu tenho pra fazer. Quando eu levanto de um lugar para o outro, ela fica sempre assim: “– Você já fez isso, você já fez aquilo?”. Acho que nem ela conseguiria ficar em casa o tempo todo. Tipo... Ela já operou umas vezes e não tava aguentando mais ficar em casa; nem a gente tava. (risada). Mas, quando ela tá trabalhando e chega o final de semana, é bom, porque aí ela descansa e a gente não fica só brigando. Ela nem fala nada e fica tudo muito melhor. (Carla, 15 anos)

Segundo Mizrahi (2004), os filhos de hoje são menos hierarquizados, compreendem a relação com os pais como mais democrática e dizem tomar suas decisões livremente. Representam a imagem de uma geração mais inteligente, que supera muitas vezes os mais velhos, mas que necessitam de limites e direcionamentos quando se trata de administrar autonomia.

Possivelmente, é a respeito desse equilíbrio que Carla está falando. A entrevistada reconhece como positivo o fato de sua mãe estar em casa, mas deixa claro o quanto isso representa de ameaça à sua autonomia. Tal observação nos remete à persistente associação entre a figura da mulher e os afazeres domésticos: se a mãe está fora de casa, no trabalho, por exemplo, os filhos ganham autonomia

para agir de forma independente; mas, se está em casa, pertencem a ela todas as responsabilidades pelo funcionamento da casa e da vida dos filhos.

Refletindo sob a ótica de gênero, destacamos que as identidades são construídas tomando como base uma determinada cultura, inculcando a cada um a noção do que compete ao masculino e ao feminino (Scott, 1990; Macedo & Kublikowski, 2006; Araújo, 2009). Segundo Jablonski (2007), parece ainda persistir uma visão conservadora dos papéis no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos, ainda que estejamos vivendo em um período de transição em que esses mesmos papéis já não sejam considerados tão típicos a cada sexo. O que ocorre é que, em geral, as mulheres continuam agindo de forma a cuidar dos filhos e protegê-los quando estão próximas a eles, mas entram em choque com a autonomia que estes manifestam por viverem em uma sociedade em que prevalece a cultura do individualismo e do narcisismo. Esse paradoxo que se estabelece na díade mãe-filho parece suscitar nos filhos uma grande questão: aninhar-se sob a conduta protetora e afetiva de suas mães ou aventurar-se na liberdade que agora lhes é permitida:

[...] Nós temos uma vida bem próxima, apesar dela trabalhar bastante. Eu acho que se ela tivesse mais presente seria legal. Mas, ao mesmo tempo, se ela estivesse mais em casa, acho que teria mais brigas também. Por exemplo, tenho minhas responsabilidades para fazer em casa e sei que ela chega lá pelas seis, sete horas. Eu tenho até esse horário para fazer. Mas se ela tivesse em casa o dia todo, ia ficar cobrando toda hora e eu não ia ter tempo para descansar, ver televisão... Eu ia ter que ficar mais do jeito dela e acho que seria mais complicado. Mas, ao mesmo tempo, eu sinto falta disso, entendeu? [risada] (Ana, 14 anos)

[...] Se ela não trabalhasse, eu não sei se a nossa relação seria a mesma. Se ela ficasse em casa 24 horas por dia direto, a gente ia ficar juntas, mas não sei se valeria a pena. Não consigo nem imaginar como seria. Gosto quando ela tá em casa. Ela faz uma comidinha de vez em quando, mas se ela tivesse todo dia, não sei se seria tão bom. Acho que ia enjoar e ia acabar não sendo tão bom; eu ia ter que fazer as coisas sempre do jeito dela e acho legal poder resolver as minhas coisas quando ela não tá em casa. (Larissa, 13 anos)

[...] Se a minha mãe não trabalhasse, eu acho que a gente seria mais próxima, né? A gente conversaria mais e ela me ajudaria nas coisas da escola. Seria mais fácil se ela estivesse por perto (risada), porque, às vezes, eu tenho que resolver coisas sozinha. Acho que eu preferia que ela ficasse mais em casa. Por outro lado, às vezes, dou graças a Deus por ela ter que sair, porque quando ela está, ela fica brigando com todo mundo. Ela briga com o meu pai, com a minha irmã e comigo. Tudo o que a gente faz nunca está bom e nós ficamos chateados por causa disso. (Maria, 14 anos)

Para Ana e Larissa a relação com as mães é boa porque se dá na “medida certa”. As duas mencionam experiências positivas relacionadas aos momentos em que suas mães estão em casa, mas demonstram receio de que a convivência por um tempo maior ameace a boa relação que sustentam. A fala da entrevistada Maria reflete claramente a contradição que paira sobre o desejo de ter sua mãe mais perto, ao mesmo tempo em que se refere ao desconforto que isso possa representar.

A partir das falas de Thaís e Viviane observa-se que as transformações repercutiram especialmente na díade mãe-filho. Ainda que seja possível identificar, em alguns aspectos, certa continuidade nos papéis tradicionais, mais fortes são as mudanças que implicam uma reestruturação não só das relações em geral, mas dos níveis de intimidade que se estabelecem nelas:

[...] Se só o meu pai trabalhasse fora, eu não tenho certeza se seria melhor. Acho que seria bom, porque eu teria mais tempo com a minha mãe. Mas... Sei lá... Acho que ela ia ficar no pé o tempo inteiro [risada]. Acho que a gente não ia saber o que fazer com tanto tempo juntas. Sabe, nem tem muito assunto. (Thaís, 12 anos)

[...] Ah, eu acho que não seria bom ela ficar em casa o dia inteiro, porque a gente não ia ter muito que fazer. É melhor ela trabalhar. Ela sempre volta seis e meia; aí, a gente conversa, resolve as coisas... É um tempo bom que a gente tem juntas; mais do que isso acho que não daria muito certo, não. Acho que os conflitos seriam piores, entendeu? (Viviane, 13 anos)

Tal relação se tornou uma delicada equação para a qual ainda não se tem solução. Os filhos estão experimentando novas formas de “estarem no mundo” e, a depender dos resultados, certamente tomarão as suas posições.

5.2.3 Binômio independência-solidão

As filhas, nesse contexto, vivenciam um paradoxo. Apresentam iniciativas e comportamentos independentes; ao tomarem decisões, referem-se à liberdade de escolha e à autonomia com que realizam as suas tarefas com orgulho e aplicam o termo “sozinha” como sinônimo de independência. Em contrapartida, demonstram insegurança e reclamam de falta de apoio, utilizando, com frequência, o mesmo termo (sozinha) como sinônimo de solidão:

[...] Já faz uns anos que eu faço tudo sozinha, assim... Aí, em relação a sair, quando quero fazer algo diferente, uma amiga que me chama pra sair, aí, eu falo com a minha mãe ou com o meu pai, tanto faz... Às vezes, eu passo uns três dias direto na

casa de uma amiga. É chato ficar sozinha em casa todo esse tempo. (Carla, 15 anos)

[...] Tem hora que eu acho que deixo a minha mãe doidinha, porque eu ligo muitas vezes pra ela: “– Mãe, fulano me chamou para...; – Mãe, o que você acha...?; – Mãe, tá tudo bem?”. Mas, assim, pra fazer os deveres de casa, eu não preciso mais tanto dela. Sei lá, acho que é porque fico sozinha e aí me dá vontade de falar com ela. (Larissa, 13 anos)

[...] Eu faço tudo sozinha; eu acordo e aí acordo a minha irmã. Também almoço com a minha irmã e a gente tem uma pessoa que ajuda lá em casa. Mas a gente acaba fazendo as coisas sozinhas mesmo, estudando e tal... Às vezes, eu até ajudo a Carol a estudar. (Maria, 14 anos)

[...] Tem vez que a minha mãe até me ajuda, mas, na maioria das vezes, eu faço tudo sozinha mesmo. E, às vezes, eu fico também com a minha vó. Quando eu não quero ficar sozinha, eu vou pra lá. (Thaís, 12 anos)

[...] Às vezes, tem aqueles deveres que a gente tem que fazer com alguém da família e aí não dá, eu tenho que fazer sozinha mesmo. [...] Eu não fico muito com ela, eu fico muito sozinha. A gente se encontra geralmente na hora do almoço e à noite. Mas vou sozinha pra escola e a pé. Na volta, às vezes, eles até buscam, porque é a hora que eles também estão saindo de um trabalho, mas, às vezes, não dá mesmo assim. (Clara, 12 anos)

As falas de cinco das sete entrevistadas revelam a ambivalência à qual nos referimos nessa categoria de análise. Carla, Larissa, Maria, Thaís e Clara mencionam que se deslocam para diversos lugares, fazem suas tarefas de estudos e decidem ir para a casa de amigos de forma independente. Ao mesmo tempo, queixam-se da solidão que isso representa.

Depreende-se, dessas falas, que a família tradicional, baseada na condição hierárquica que atribuía aos pais maior poder de decisão sobre o que se relacionava aos filhos, saiu de cena. O que se encontra hoje é um estilo de família em que os poderes estão distribuídos e cada um dos membros usufrui de maior autonomia, inclusive os filhos (Roudinesco, 2003; Mizrahi, 2004; Singly, 2007).

As relações tornaram-se mais igualitárias, porém, nem sempre eficientes. Se, por um lado, os filhos tornaram-se mais emancipados e com capacidade para desempenhar, desde muito cedo, suas tarefas com autonomia, por outro lado estão perdendo chances de aprender por meio da observação, uma vez que estão expostos à ausência cada vez mais frequente dos pais e, conseqüentemente, de modelos parentais. A pulverização da autoridade, de regras e referenciais estáveis pode estar contribuindo para que os filhos elaborem, a partir de suas experiências, as normas que deverão guiá-los, o que nem sempre é uma tarefa fácil. Para alguns autores (Mayer, 2001; Wagner, 2003; Mizrahi, 2004; Zanetti & Gomes, 2009),

inclusive, isso pode ser um desencadeador de crises no sistema familiar. Atualmente, já se utilizam termos como “pedocracia” para traduzir um sistema de funcionamento de famílias no qual os filhos governam e ditam as regras (Simões & Hashimoto, 2012).

Se, nas famílias tradicionais, eram os homens que atribuíam ao cenário doméstico pouca relevância e envolvimento, na contemporaneidade são as mulheres que ensaiam colocá-lo em segundo plano. Os filhos, nesse contexto, sentem-se afetivamente órfãos, porém independentes (Mayer, 2001):

[...] Acordar, eu acordo por conta própria, porque ela fica bem cansada durante a semana. O almoço, ela faz quando a gente tá no colégio, mas quando a gente chega, ela já não está mais. Então, às vezes, não dá tempo nem de fazer a comida e aí eu tenho que me virar e fazer sozinha. Ainda tem as outras atividades extras, que a gente também tem que se virar e ir sozinhos. Ou pega ônibus, ou pega carona... Quando dá, o meu pai vai buscar a gente; aí, quando não dá, a gente pede alguma carona. Mas é por conta própria mesmo. No dentista, eu sempre vou sozinha; pro inglês, também. Eu desço, pego o ônibus e vou. Meu irmão tem a mesma independência. Vai sozinho pra todo lado. Fazer o quê, né? Às vezes, eu paro e me dou conta que quase não vejo os meus pais durante a semana. É o maior entra e sai. Durante a semana somos eu e meu irmão, na maioria das vezes, pra tudo. (Ana, 14 anos)

[...] A minha mãe já chega em casa tarde e ainda tem ginástica, psicóloga e as outras coisas que ela gosta de fazer. Meu pai tem o futebol e a gente fica de novo sozinhas. Quando eles saem e vão voltar tarde, eles não deixam a gente sozinhas. Mas, à tarde, a gente já pode ficar, porque a minha irmã já tem 15 anos. Aí, eles falam que a gente pode ficar sozinhas. Mas, às vezes, eu fico com medo. (Clara, 12 anos)

[...] Então, às vezes, eu fico triste, porque vejo pouco a minha mãe. Só de noite e, às vezes, eu consigo almoçar com ela. Mas, às vezes, ela chega do trabalho tarde para almoçar e eu já saí de casa para alguma coisa. Ela também trabalha no Rio, na segunda-feira; às terças, ela tá em Areal, então eu só vejo ela à noite, isso quando ela não dorme no Rio. Aí, eu me sinto meio triste, porque, às vezes, no final de semana, eu também vou pro Rio, mas aí ela está aqui. Fico com saudade, porque acabo não vendo muito ela. (Maria, 14 anos)

Desprovidos da presença e com menor atuação dos referenciais parentais, os filhos parecem conformados com as suas realidades, mas revelam sentimentos tais como tristeza, solidão, saudade.

A entrevistada Ana, de 14 anos, expõe em seu relato que a forma de desempenhar a sua rotina não é prioridade para seus pais, mas, ao mesmo tempo, parece estar conformada com tal situação. A fala de Clara chama a atenção para as atividades de cunho pessoal e individual que seus pais priorizam, apontando o que

representa ficar só ou ser preterida. Já a entrevistada Maria menciona tristeza e saudade diante dos desencontros com a mãe.

As adolescentes entrevistadas demonstram, em suas falas, que vivenciam o conflito do qual nos falam autores como Figueira (1987) e Mayer (2001). Revelam o distanciamento das referências parentais em suas vidas e, algumas vezes, parecem confundir a sensação de liberdade com profundo sentimento de desamparo.

Depreende-se desses relatos que essas filhas estão sofrendo, porém, em contrapartida, ajustando-se a novos modelos. Admiram suas mães profissionais, entendem a necessidade de o pai estar fora de casa e aceitam quando ele, em muitas circunstâncias, substitui a mãe em determinados papéis. Elas já nasceram em um contexto de pais que trabalham fora e não estranham esse fato. Entretanto, o que se deseja destacar é que tal compreensão e os ajustes daí decorrentes, muitas vezes, não são suficientes para torná-las imunes a sentimentos tão contraditórios como saudade, tristeza e desamparo (Rabelo de Castro, 1998; Dorigo & Nascimento, 2007).

Outro aspecto a ser destacado é o fortalecimento das relações entre os irmãos e amigos. Diante desse novo cenário, elas estão se apoiando rumo à autonomia:

[...] Pra acordar pra ir pro colégio, eu e a minha irmã acordamos sozinhas. A gente prepara o café, toma e vai pra escola andando. Os deveres, a gente também faz sozinhas e, quando eu tenho alguma dúvida, a minha irmã me ajuda. Mas, quando ela não tá e eu tenho dúvida, eu procuro alguma amiga. (Clara, 12 anos)

[...] É muito difícil! Porque a nossa mãe trabalha e a gente tem que ter todas as responsabilidades, mas todo o tempo, porque não tem ninguém pra falar “é isso e tal...”. Aí, acaba que você fica mais responsável, mas tem esse outro lado que sente falta mesmo, que quer que esteja mais presente. (Ana, 14 anos)

[...] A gente não faz muitas coisas juntos, sabe? Minha mãe tá sempre trabalhando, meu pai até trabalha menos, mas sobra eu e minha irmã para fazermos tudo. Então, acaba que eu fico muito mais com a minha irmã do que com eles. (Clara, 12 anos)

A velocidade acelerada do processo de modernização da família resultou em flexibilização dos papéis e relações mais autônomas e igualitárias (Wagner et al., 2005; Borges & Magalhães, 2009). Estas, por sua vez, mostram-se descentralizadas, possibilitando que outros vínculos se fortaleçam. Os filhos, de modo geral, tornaram-se mais atuantes, interagem, negociam e redefinem suas posições, mas não deixam de pontuar e questionar a falta que sentem de afeto e

apoio, indiscutivelmente vinculados às figuras da mãe e do pai (Henriques, 2004; Mizrahi, 2004; Araújo, 2009).

5.2.4

As filhas elegem as mães como suas principais referências

A cena familiar mudou tanto no que diz respeito à sua composição como no desempenho de papéis dentro dela. Mas, indiscutivelmente, as mulheres continuam a ser as principais referências no relacionamento com as filhas:

[...] Quando eu vou sair, é sempre pra minha mãe que eu peço o dinheiro. Pro meu pai, é de vez em quando. É mais a minha mãe mesmo. Acho que a minha ligação é maior com a minha mãe; mesmo ela trabalhando muito, eu tô sempre falando com ela pelo telefone. Ela larga tudo e me atende sempre. Nós somos muito unidas. Meu pai também me liga e procura saber como foi a minha aula. Mas, sei lá... Eu e minha mãe, a gente é bem aberta uma com a outra. Eu converso muito com a minha mãe e a gente não tem segredos. Converso com ela sobre namorado, minhas coisas, sabe? Por isso que a gente dorme tarde aqui em casa, a gente fica conversando até... Tem hora que ele chega e entra na conversa também, mas na maioria das vezes sou só eu e a minha mãe. (Larissa, 13 anos)

[...] Meu pai e minha mãe tomam muitas atitudes juntos. Mas, assim, tipo... Eu converso mais com a minha mãe. Tudo passa pelo meu pai, mas em relação a médico, é com a minha mãe; dentista, é com a minha mãe. Das coisas da escola eu até falo com o meu pai, mas ele manda eu falar com a minha mãe [risada]. Se eu quero pedir uma roupa, eu peço pra ela, porque se eu falar com o meu pai, ele vai dizer que eu já tenho muita. Ela, não. Se ela gostar, ela me dá [risada]. Ela me entende mais, sabe? Se for sobre namorado, então, com certeza é com a minha mãe que eu vou falar. Não é que eu tenha preferência, mas é que eu me dou melhor com ela. Apesar de que tudo o que eu falo pra ela, ela fala pro meu pai. Isso eu sei. Não é que eu tenha vergonha do meu pai. Ele sempre sabe de tudo também, mas é que eu prefiro falar primeiro com a minha mãe. (Carla, 15 anos)

[...] Eu sempre peço tudo o que eu preciso pra minha mãe. Às vezes, pro meu pai, quando ela não tá em casa. Mas quase sempre é pra minha mãe. Eu ligo muito pra ela e ela resolve até por telefone mesmo. Aí, caso eu não consiga falar com ela, falo com a Rosa [empregada] e peço pra ela falar depois com a minha mãe... É, tipo,... Eu gosto do meu pai, mas, às vezes, eu fico com vergonha de contar as coisas pra ele. Ele fica até chateado, ele já conversou comigo sobre isso. Mas é porque eu não me sinto mesmo à vontade e acabo conversando mais com a minha mãe. (Maria, 14 anos)

Pelo relato das filhas, infere-se um novo modelo de figura paterna, mais participativo e interveniente na educação (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Bourdieu, 2011). Na contemporaneidade, esse modelo de pai sustenta uma relação mais empática com os filhos. Entretanto, as entrevistadas Larissa, Carla e Maria

mencionam preocupação e cuidado no relacionamento com o pai, embora reconheçam a sua importância e maior participação em suas vidas.

Pela análise das falas de todas as entrevistadas, destaca-se a preferência a que os assuntos considerados mais íntimos sejam tratados apenas com as mães, o que nos remete à questão dos estereótipos masculinos e femininos. Na maioria dos cenários familiares, a mãe é descrita como mais sensível às necessidades e emocionalmente mais próxima dos filhos do que o pai. Constata-se, assim, que o papel da mãe continua sendo visto como o de principal cuidadora da família e este parece ser objeto de mudança em menor extensão do que a figura do pai como autoridade e provedor.

Entretanto, esse resultado não pode ser analisado sem que se leve em consideração que, embora não tenha sido um critério de seleção desta pesquisa, pois o convite para participação foi dirigido a filhos de ambos os sexos, somente concordaram em dela participar representantes do sexo feminino. Há de se considerar esse aspecto como uma identificação feminina e predileção pelo tema, uma vez que se tem por objeto de estudo a mulher e as suas relações familiares.

[...] Bem, as coisas que acontecem na escola eu converso mais com a minha mãe. Mas eu sei que ela sempre fala pro meu pai também. Eu não me importo, até prefiro que ela fale. Mas, assim, coisas de ir ao médico ou dentista, eu falo com quem tiver em casa. (Thaís, 12 anos)

[...] Quando eu tenho que ir ao médico, eu prefiro ir com a minha mãe. Ela sempre marca pro dia em que ela possa ir. Às vezes, o meu pai não pode ir, mas ela sempre vai. Com o meu pai eu não converso muito os assuntos mais íntimos, não. Sabe, essas coisas de meninos, de menstruação... Pelo fato de ser mais íntimo, eu falo com a minha mãe. Mas, sobre a escola, eu falo com os dois. Problemas também eu falo para os dois. Só essas coisas mais íntimas é que eu prefiro falar só com ela. E, geralmente, é ela mesma que resolve... Ela que fala pra onde eu posso ir, com quem eu posso ir... Mas se ela não tiver em casa, aí eu falo com o meu pai mesmo. (Viviane, 13 anos)

[...] Assim... Os dois me acompanham. Só que, ultimamente, eu tenho falado mais com a minha mãe. Ir ao médico, por exemplo, se for médico assim igual ao Dr. Oswaldo [pediatra], eu vou com qualquer um. Mas se for à ginecologista, aí eu vou com ela. Na reunião da escola, geralmente vão os dois e eu acho legal. Agora, essas coisas de mulher, tipo menstruação, namorados, eu prefiro conversar com a minha mãe. Se for pra resolver alguma coisa, assim, pra eu sair e a minha mãe estiver no trabalho, eu falo com o meu pai. Mas se eu puder falar com ela quando ela estiver em casa, aí, geralmente, é com a minha mãe mesmo. Por exemplo, se é pra ir na casa de uma amiga, no sábado à tarde, eu posso falar com o meu pai mesmo. Mas se for pra ir no cinema, no sábado à noite, com os amigos, aí eu peço pra ela [risada]. (Clara, 12 anos)

Identifica-se, assim, que os papéis de gênero continuam arraigados a estereótipos e expectativas sobre o masculino e o feminino (Rocha-Coutinho, 2003, 2005b, 2007, 2011, 2013) e que no imaginário social é atribuída às mulheres maior habilidade para atender às necessidades de cuidados com os filhos. Modelos e expectativas sociais ditam comportamentos e reforçam identidades. No interior desse sistema, o *status* de ser feminino confere à mulher características como emotividade, ternura, sensibilidade e empatia (Jablonski, 2007; Sorj, 2007; Araújo, 2009; Rocha-Coutinho, 2013). Esses modelos são observados e absorvidos pelos filhos desde a mais tenra idade, constituindo-se em elementos-chave para desenvolvimento da personalidade e construção de comportamentos. As falas das entrevistadas Ana e Larissa ilustram bem essa questão:

[...] Quando eu quero sair, eu, normalmente, peço pra minha mãe. Essas coisas assim, eu trato mais com ela. Aí, se ela não tiver em casa, eu peço pro meu pai. Eu sou mais aberta com a minha mãe, não sei se é questão dela ser mais compreensiva e tal... Eu me sinto mais confortável com ela. Mas meu pai também é bem presente. Só que ele é durão e eu prefiro falar com ela... Por exemplo, as questões da escola e tal, eu falo com os dois, eu falo bastante com eles. Mas tem uns assuntos assim de mulher que eu prefiro falar só com a minha mãe. (Ana, 14 anos)

[...] Acho que eu já estou mais acostumada com a minha mãe, porque ela é mais *light*. Assim, quando eu fico chateada com alguma coisa da escola e tal, que fica me remoendo muito, eu sempre procuro por ela. Ela me dá muito conselho, é mais carinhosa... Não é que eu não goste de falar com o meu pai, é que eu prefiro ela, sabe? Fico mais à vontade. (Larissa, 13 anos)

Tomando por base a formação das identidades de gênero, pode-se afirmar que estas se apoiam na observação direta e na interpretação do que se percebe como adequado para cada sexo. As identidades são partes de determinada cultura e estão situadas em um contexto histórico, sendo compartilhadas e transmitidas de geração a geração, reforçando a ideia de que todos, desde cedo, aprendemos “modos de ser” homens e mulheres.

5.2.5 A relevância das redes de apoio familiar

A entrada das mulheres no mercado de trabalho implicou alterações nas relações familiares. Por passarem horas fora de casa e longe dos filhos, necessitam de auxílio nos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Nesse contexto, entram em cena pessoas que atuam como parceiras no compartilhamento dessas responsabilidades e que vão constituir as redes de apoio familiar.

As redes envolvidas nesse processo incluem, potencialmente, familiares (pai, mãe, irmãos, avós) e não familiares (creches, empregadas domésticas, babás, vizinhos, amigos), implicando comunicabilidade e sociabilidade entre os diversos membros (Carvalho et al., 2012).

Embora as figuras de um secretário, de um motorista particular, de tias e de empregadas sejam mencionadas como importantes em sua rotina, a maior parte das entrevistadas, como se depreende das falas de Larissa e Carla, destaca a presença das avós como preponderante nos cuidados com elas:

[...] Então, a minha mãe tem um secretário, né? Ele ajuda muito a ela. Ele me leva nos lugares, me busca, ele tá sempre pronto pra ajudar a resolver tudo o que ela precisa. Outra pessoa que também ajuda bastante a gente é a minha avó. Ela é minha segunda mãe, sabe? Vai comigo no médico, vem pra minha casa ficar comigo... Ela é mãe da minha mãe. A mãe do meu pai também ajuda, mas só que não é tanto. A minha avó cuida de mim desde que eu era recém-nascida. Ficava comigo vinte e quatro horas por dia. Ela não saía daqui. Eu também sempre gostei de ir pra casa dela; eu ficava lá, dormia lá, porque eu amo ir pra casa dela. Amo, amo, amo... Quando a minha mãe tem algum compromisso de um dia para o outro, nem é problema pra mim, entendeu? Mas tem a Ju também, que ajuda a gente aqui em casa. Quando a minha mãe demora pra chegar, ela fica aqui comigo, porque eu não gosto de ficar sozinha. Acho muito perigoso. (Larissa, 13 anos)

[...] Quando os meus pais viajam, eu fico com a minha avó. Ela mora bem pertinho da nossa casa. A minha outra avó também. Tipo... Todo mundo mora perto e eu posso ficar com uma ou com a outra. Eu acabo ficando mais com os meus avós por parte de pai, porque eles são casados e o meu avô dirige. Minha avó por parte de mãe é separada e é doente. Ela tem problema na coluna e não consegue fazer muitas coisas. Aí, nem dá pra ficar muito tempo lá. Já a minha outra avó tem bem mais disponibilidade. Tem também a minha tia. Qualquer coisa que eu precisar, ela também ajuda bastante. E em casa tem a empregada, que trabalha lá em casa desde que eu nasci. Ela trabalha dia de semana e no sábado a minha mãe fala que ela não precisa ir. Aí, a minha mãe lava a louça e eu ajudo a ela. Mas não é sempre. Porque como a nossa família é pequena, na maioria das vezes a gente come fora. (Carla, 15 anos)

Mas, atualmente, boa parte das avós, tias e vizinhas também está no mercado de trabalho e isso acabou gerando a necessidade de se profissionalizar ou

terceirizar essa parceria. As avós continuam a ser, muitas vezes, a rede de apoio segura e carregada de afeto. Os filhos costumam identificá-las como uma segunda mãe, mas, também há outras pessoas ou instituições desempenhando essa função. Nas falas ilustrativas anteriores, identificamos um “secretário particular” que desempenha funções de apoio, como, por exemplo, a de transportar Larissa, a mesma função exercida pelo avô de Carla. Nas atividades de cuidadoras encontramos as avós e, para as tarefas de casa, as empregadas domésticas.

Ao analisar as relações entre os cuidados com os filhos, divisão de trabalho e gênero, observa-se que, apesar das mudanças nas estruturas familiares e nas relações de gênero que aconteceram nas últimas décadas, as permanências e nuances de um sistema simbólico e de representações sobre divisões sexuais – sobretudo quanto ao tema dos cuidados de filhos – ainda seguem mentalidades de longa duração, dando destaque às representações relativas às assimetrias de gênero, principalmente à questão da participação masculina nessa abordagem relacional (Caldeira et al., 2012). No caso das entrevistadas, ambas sugerem uma divisão (implícita) por gênero: atividades como conduzi-las de carro são realizadas por homens, enquanto aquelas, por exemplo, associadas a alimentação e cuidados com a casa, são de responsabilidade das mulheres dessa rede.

Outra relevante observação refere-se à redistribuição das tarefas dentro da família. Na ausência de pessoas externas responsabilizadas pela função de rede, encontramos famílias se reorganizando e redividindo as tarefas:

[...] Quando éramos pequenos, tinha uma empregada que fazia as coisas da casa e ajudava a cuidar da gente. Aí, ela foi embora e a gente ficou independente bem cedo. Agora, a gente faz assim: durante a semana, cada um vai fazendo um pouquinho e, no fim de semana, quando a minha mãe tá em casa, a gente faz o pesado. Mas, durante a semana, todo mundo faz um pouquinho: eu, meu pai, meu irmão e a minha mãe também. Por exemplo, a minha mãe faz o almoço; aí, a gente lava a louça e arruma a cozinha. Às vezes, tem outras coisas pra fazer também. Quando os meus pais precisam sair pra alguma coisa, é raro, mas quando acontece, a gente combina e vai pra casa da Letícia, que é minha amiga. (Ana, 14 anos)

A profissão de empregada doméstica vem se tornando cada vez mais rara nos lares. Com o aumento de impostos, a regulamentação das horas trabalhadas, a instituição das horas extras e somando-se a isso o aumento da oportunidade que as mulheres têm de se profissionalizar, restringiu-se a possibilidade de se ter empregadas domésticas com presença diária nas casas. Hoje, elas assumem a condição de diaristas e muitas famílias as contratam apenas para os serviços mais

pesados, ficando a cargo de uma distribuição entre pais e filhos as tarefas ligadas à rotina e manutenção da casa (Jablonski, 2007). Pode-se depreender daí que esse movimento esteja relacionado à nuclearização da família, que alimenta a autonomia individual e o clima de intimidade entre seus membros (Wagner, et al., 2005; Amazonas et al., 2011).

Maria menciona uma empregada antiga, com laços estáveis e duradouros, que participa ativamente como membro da família. Refere afeto, cuidados, intimidade e autoridade que se equiparam à relação de um filho com a mãe. Mas essa situação parece ser uma excepcionalidade. Segundo a entrevistada, Rosa desempenha todas as funções relacionadas aos filhos e ao lar que seriam, naturalmente, atribuídas à sua mãe. Outras pessoas citadas como apoio são o pai e a tia, mas estes se fazem presentes apenas quando a mãe ou Rosa não estão:

[...] Nós temos uma empregada bem antiga. A Rosa deve estar há uns doze anos com a gente e ela dorme lá em casa também, porque ela mora em outra cidade e fica aqui de segunda à sexta. A gente passa muito tempo com ela. Ela cuida de tudo lá em casa, da comida, da limpeza e da gente. Normalmente, quando a minha mãe viaja, a gente fica com o meu pai. Mas, se ele for também, a gente fica com a Rosa mesmo ou a gente vai pra casa da tia da minha mãe. Ela mora perto da gente e, às vezes, leva a gente pra escola, busca... Se a gente chega do Rio e não tem ninguém em casa, a gente espera na casa da tia Lúcia. (Maria, 14 anos)

Na realidade contemporânea, não é tão comum esse tipo de relação. O que se vê são laços mais instáveis e temporários e elos tão frágeis que não chegam a se constituir como suficientes para manutenção de acordos e estabelecimento de vínculos e regras. Os indivíduos mais “individualizados” da contemporaneidade, normalmente, apresentam dificuldades para sustentar relações como a que a família mantém com Rosa. A dificuldade pode estar, dentre outras possibilidades, no sentimento de invasão da privacidade da família ou no desconforto provocado nas mulheres/mães que, apesar de desejarem dividir suas responsabilidades e a sobrecarga que estas lhes trazem, não desejam abrir mão do poder que usufruem nesse espaço (Wagner et al., 2005). Possivelmente, uma herança da antiga condição de “rainha do lar” que lhes confere, indubitavelmente, a crença de que só elas desempenham bem a tarefa de cuidar de seus maridos e filhos (Amazonas et al., 2011).

De acordo com Viviane, Clara e Thaís, suas mães continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e com a casa. Identificam o auxílio de várias outras pessoas, mas consideram que estas estejam sob controle e

orientação de suas mães e, em algumas poucas situações, do pai. Segundo Jablonski (2007, p.215), “parece ainda persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos” e, embora os homens tendam a considerar que a divisão de tarefas está se tornando mais equitativa, as mulheres continuam a vivenciá-las como assimétricas:

[...] Meu pai tem um motorista e, às vezes, é ele que me leva pra escola, pro dentista e pro inglês. Também temos uma empregada que já trabalha lá em casa há uns três anos e ela também me acompanha no médico às vezes. Ela fica mais por minha conta mesmo. Cuida da limpeza e das minhas coisas e tem outra empregada que cuida da comida e das coisas dos meus pais. Normalmente, a minha mãe já decide o que vai fazer pro almoço e até tira a carne pra descongelar na véspera. É sempre ela quem decide tudo, a empregada vai lá e prepara. Quando a minha irmã morava aqui, ela também ajudava a tomar conta de mim. Mas agora ela tá estudando fora. A família dos meus pais é toda de fora, por isso, precisamos das empregadas e do motorista. (Viviane, 13 anos)

[...] Pelo motivo dos meus pais não estarem quase em casa, nós temos duas empregadas. Uma fica até as quatro horas e a outra fica até umas oito horas. Elas limpam a casa, cuidam das roupas e da gente. Eu tenho também uma prima que tá fazendo faculdade aqui e tá morando com a gente. Ela também ajuda a olhar a gente. A minha mãe costuma deixar anotado, na geladeira, tudo o que ela quer que faça e vai trabalhar. As empregadas veem e, às vezes, ligam pra ela quando tem algum problema. Quando a minha prima tá em casa, ela também resolve. Mas nem sempre ela tá, porque ela estuda durante o dia. Antes, a gente morava numa casa bem pequena e tinha uns vizinhos perto que a gente era bem acostumada com eles. A gente até chamava de tia e, às vezes, ela ficava com a gente. Só que ela não podia ficar até muito tarde. E aí a gente precisou ter uma babá. Uma dessas que tá com a gente até hoje. Ela já é praticamente da família também. (Clara, 12 anos)

[...] Nós temos uma funcionária que trabalha lá em casa tem cinco anos. Ela faz tudo pra minha mãe e fica comigo também. Mas quando é por um tempo maior, aí eu fico na minha avó, mãe do meu pai, que mora perto lá de casa. Eu não gosto muito de almoçar sozinha e, às vezes, eu peço pra essa funcionária almoçar comigo e a gente fica conversando. A minha mãe costuma deixar tudo escrito o que ela quer que faça, até o almoço. Também é a minha mãe que vê com a funcionária a lista de compra. Mas, às vezes, é a empregada e, às vezes, é o meu pai que vai ao mercado. (Thaís, 12 anos)

As funções de cuidados com os filhos e com a casa têm sido compartilhadas, cada vez mais, com outros agentes sociais, como escola, pessoas da família e não familiares. Entretanto, não se pode afirmar que o envolvimento das pessoas que façam parte dessas redes se dê com a mesma intensidade (Arriagada, 2000). Há indícios de que as mães arcam com a maior parte das tarefas domésticas e que o tempo gasto em sua execução continua desigual (Wang et al., 2006). Em consequência, as preocupações com a casa, marido, filhas e o

acúmulo de funções na tentativa de sustentar a sua presença, mesmo estando ausente, aumentam a sua carga de responsabilidades, cobranças e expectativas (Jablonski, 2007; Rocha-Coutinho, 2005a, 2007, 2009, 2011, 2013).

6 Conclusão

As grandes transformações ocorridas na sociedade contemporânea têm afetado sobremaneira os papéis desempenhados pelos indivíduos nas esferas pública e privada. Se, antes, os papéis eram delimitados – homem na rua, mulher em casa; esposa *versus* marido; homem provedor e mulher submissa –, hoje, a autonomia conquistada pelas mulheres obriga a mudanças nas relações conjugais e familiares, promovendo uma redefinição de papéis no ambiente familiar.

Investigar a percepção de maridos e filhas a respeito de esposas e mães que têm uma carreira profissional e exercem uma atividade remunerada fora do lar, as possíveis modificações nas atribuições dos homens na família, a forma como as filhas estão vivenciando essas mudanças e a relevância das redes de apoio no ambiente familiar constituíram-se no escopo desta pesquisa. Com base nos resultados, destacam-se algumas conclusões.

A fala dos maridos nos possibilitou apreender como é a convivência com uma mulher que trabalha fora de casa. Nesse contexto, identificamos uma ruptura com o modelo masculino patriarcal. O “novo homem” vai ao mercado, lava a louça, cozinha e cuida dos filhos, mas ainda sustenta certa hierarquia doméstica ao se apoiar em um caráter facultativo e de escolhas de tarefas que nos leva a crer que, apesar de todo o discurso sobre a reorganização de poderes, a participação do homem continua arraigada à ideia de colaboração ou ajuda e o seu *status* principal, de “nutridor” na família, continua em voga. Constatam-se que, apesar das mudanças na família no decorrer dos séculos XX e XXI, a desigualdade de gênero ainda apresenta as marcas de sua inserção profunda em antigas assimetrias de responsabilidades familiares.

Apoiados em uma perspectiva de gênero que dita modelos e estereótipos, os maridos percebem suas esposas como “detalhistas” e ainda as principais cuidadoras na família. Eles alegam que, apesar das responsabilidades inerentes à carreira profissional, suas esposas continuam dispensando muita atenção aos

cuidados com os filhos e à rotina da casa. Para eles, o tempo envolvido nessas atividades poderia ser aproveitado na convivência familiar.

Os maridos entrevistados consideram importante o fato de as mulheres exercerem uma atividade profissional fora de casa e as admiram e valorizam por isso. Ressaltam a melhora na qualidade das relações conjugais e familiares, afirmando que as esposas se tornaram mais interessantes e compreensivas, além de o casal ter passado a valorizar os momentos de que dispõem para estarem juntos. Relevam, também, as melhorias proporcionadas com a participação do salário da mulher na composição da renda familiar. Ao se tornarem coprovedoras, as mulheres lhes dão maior segurança, pois, na eventualidade de perda de emprego ou falta de saúde para exercê-lo, elas garantirão a manutenção do padrão econômico de subsistência da família. Entretanto, ao definirem o que é da responsabilidade financeira de um e de outro, os maridos, em sua maioria, tentam diminuir a importância dessa parceria, afirmando que, como seus salários são maiores, são eles os responsáveis pelo pagamento das contas mais altas da casa, enquanto os salários de suas esposas são para as próprias despesas, para pagamento das empregadas e babás que as substituem e para complemento das necessidades relacionadas aos filhos.

Com relação à maneira como as esposas lidam com o desempenho de uma multiplicidade de papéis, os maridos percebem nelas certa dificuldade quanto à discriminação entre a vida privada e pública. Para eles, as esposas demonstram um sentimento confuso a respeito de quais sejam as suas prioridades, pois levam para o serviço as preocupações de casa, assim como trazem para o ambiente doméstico os aborrecimentos oriundos do trabalho.

A fala das filhas, por outro lado, nos possibilitou apreender que o fato de ter uma mãe que trabalha fora de casa não representa problema para elas. Ao contrário, alegam sentir satisfação e orgulho, além de reconhecerem a importância do salário das mães na composição da renda familiar. Elas ressaltam que, mesmo fora de casa, as mães organizam e administram a rotina familiar, de modo a que tudo se resolva satisfatoriamente para todos. Quando estão em casa, procuram compensar as ausências dedicando-se ao máximo às filhas.

Nesse contexto, as filhas relatam que, apesar de serem cobradas pela realização de tarefas domésticas, tais como arrumar o quarto, a cama etc. – que funcionaria como estímulo à própria autonomia –, quando as mães estão em casa

tomam para si todos os afazeres domésticos e os relativos aos cuidados com o marido e os filhos. Tais contradições não condizem com o perfil de mulher contemporânea, que estimula os filhos a serem independentes e capazes de gerenciar as próprias demandas.

Outra importante constatação é a de que os filhos, na contemporaneidade, vivenciam um paradoxo: apresentam iniciativas, tomam decisões, valorizam a liberdade, mas se ressentem e sofrem ao associarem independência a solidão. Durante as entrevistas, de forma recorrente, as filhas apropriavam-se do termo “sozinha” para traduzir a forma pela qual realizavam algumas de suas tarefas ou vivenciavam determinados momentos. Da análise dessas falas, inferimos que ora esse termo tinha a conotação de “independência”, ora a de “solidão”. Desprovidas da presença constante dos pais, observa-se, nessas filhas, certo “desmapeamento”. Embora elas admitam satisfação por não vivenciarem autoridades mais rígidas, não escondem experimentar sentimentos como tristeza, solidão e saudade. Para alguns dos autores estudados, experiências contraditórias podem levar a situações críticas na elaboração e manutenção da identidade, o que pode ser entendido como um dos fatores desencadeadores de crises no sistema familiar, resultando, para os filhos, em uma autonomia gerada a partir da perda de referenciais e modelos parentais que os levam a elaborar as próprias regras e normas que deverão guiá-los.

Em suas falas, identifica-se que os papéis desempenhados por seus pais estão bem distribuídos. Pai e mãe revezam-se ou se complementam na tomada de decisões, na orientação, na proteção e no gerenciamento de problemas que surgem no dia a dia. Contudo, quando é possível a essas filhas escolher, elegem a mãe como a principal referência, especialmente quando se trata de assuntos de caráter mais íntimo. Ou seja: as filhas continuam a enxergar as mães como a figura de maior afeto e compreensão. Refletindo sob a ótica de gênero, destaca-se que essas características fazem parte de identidades instituídas por determinadas culturas, em dado momento histórico, mas difundidas ainda no século XXI. Por meio delas, assistimos ao compartilhamento e à transmissão, de geração a geração, da noção do que seria típico a cada sexo, influenciando na personalidade e no modo de agir dos sujeitos.

Ao relatarem o cotidiano, as filhas mencionam que os pais contam com a ajuda de familiares, como avós e tias, nos cuidados com elas, e de profissionais

diversos (secretário, motorista, empregada doméstica, babás) na execução de tarefas domésticas ou vinculadas à educação delas, enfatizando, ainda, o apoio e a cooperação de irmãos e amigos como forma de cumplicidade e ajuda mútua. Depreendem-se, desses relatos, características típicas que comprovam a presença das redes de apoio e a relevância de seu desempenho nesse novo cenário familiar.

Não há dúvida de que as intensas transformações sociais que ocorreram, em especial, nas últimas décadas, tiveram grande impacto no conceito contemporâneo de família, o que nos leva a refletir sobre os conflitos que se estabelecem nesse ambiente, à medida que a convivência no interior da família na contemporaneidade deve se pautar na participação efetiva, na colaboração mútua e no diálogo esclarecido dos envolvidos.

Nesse sentido, necessário se torna a realização de mais investigações acerca das relações familiares na contemporaneidade, de modo a ampliar a compreensão sobre os novos papéis desempenhados, os novos modos de funcionamento e as repercussões que daí resultam, em um modelo de família que se apoia na autonomia e na independência de seus membros. Também se considera de grande valia o aprofundamento de estudos que contemplem a maneira como filhos e filhas vivenciam essas mudanças, como se comportam nesse novo ambiente, como internalizam regras e estabelecem relações a partir da conquista de uma autonomia precoce gerada pelo afastamento de referenciais parentais.

7 Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. de; SCHLEINIGER, C. dos S.; ANTON, G.S.B.; SACCHET, L.S.; KUNRATH, L.H.; MOREIRA, M.F.; BAGINSKI, P.C.H.; FAN, R.G. Ser pai: a função paterna e o princípio de realidade. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, ano 5, n. 5, p. 69-74, 2003.

ALMEIDA, M.I.M. A “nova maternidade”: uma ilustração das ambiguidades do processo de modernização da família. In: FIGUEIRA, S.A. (Org.). **Uma nova família?** Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 55-67.

AMAZONAS, M.C.L.A.; VIEIRA, L.L.F.; PINTO, V.C. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 314-327, 2011.

ANDRADE, C.; POSTMA, K.; ABRAHAM, K. Influence of women’s work status on the well-being of Indians couples. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 45, n. 10, p. 65-75, 1999.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: EDFGV, 2005.

ARAÚJO, M.F. Gênero e família na construção de relações democráticas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 9-23.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARRIAGADA, I. ¿Nuevas familias para un nuevo siglo? **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 28-35, jan./jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v10n18/03.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAPTISTA, S.M.S. **Maternidade e profissão: oportunidades de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUNESP, 1997. 678 p. p. 607-639.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGER, P.; KELLNER, H. Marriage and the construction of reality. In: DREIAZEL, P.H. (Org.). **Recent sociology**. New York: The MacMillow, 1970. p. 220-229.

BERNARDINO, A.V. da S. **As transformações no papel da mulher na passagem do século XX para o XXI e o surgimento de uma angústia**: um estudo de caso em Vassouras. 2007. 96 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2007.

BILAC, E.D. Mãe certa, pai incerto: da constituição social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, 1996. Grupo de Trabalho Família e Sociedade. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.

BOECHAT, W. Arquétipos masculinos: *animus mundi*. In: _____. (Org.). **O masculino em questão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, C.C. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 71-81, jan./mar. 2013.

_____; MAGALHÃES, A.S. Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 42-49, jan./mar. 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASILEIRO, R.F.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Papéis de gênero, transição para a parentalidade e a questão da tradicionalização. **Psico**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 289-310, 2002.

BRONFENBRENNER, U. Ecological systems theory. In: VASTA, R. (Ed.). **Six theories of child development**: revised formulations and current issues. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 1996. p. 187-249.

_____. U. Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. **Developmental Psychology**, Washington, v. 22, n. 6, p. 723-742, 1986.

BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H.B. (Org.). **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC/Ed. 34, 1998.

BRUSCHINI, M.C.A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: EDUNESP, 1992. p. 7-37.

BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-201.

CALDEIRA, B.M.S.; BARBOSA, C.F.; CAVALCANTI, V.R.S. Quem cuida de quem? Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho. In: CASTRO, M.C.; CARVALHO, A.M.A.; MOREIRA, L.V.C. (Org.). **Dinâmica familiar do cuidado**: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 111-150.

CANZONIERI, A.M. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARDOSO, M.R. Adolescência e violência: uma questão de “fronteiras”? In: _____. (Org.). **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001. p. 41-53.

CARVALHO, A.M.A.; FRANCO, A.L.S.; COSTA, L.A.F.; OIWA, N.N. Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas. In: CASTRO, M.C.; CARVALHO, A.M.A.; MOREIRA, L.V.C. (Org.). **Dinâmica familiar do cuidado**: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 63-110.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, U.H. **O exercício da paternidade**: a paternidade com filhos adolescentes do sexo masculino nas camadas médias. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CRAIG, St.J.; WINSTON, T.J. The effect of social support on prenatal care. **Journal of Applied Behavioral Science**, n. 25, p. 79-98, 1989.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

_____. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESSEN, M.A. Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, n. 3, p. 51-61, 1997.

_____. **Efeitos do nascimento de uma segunda criança no comportamento e nas relações entre o primogênito e genitores**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Interações e relações no contexto familiar: questões teóricas e metodológicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, n. 10, p. 213-220, 1994.

DINIZ, G. Até que a vida – ou a morte – os separe: análise de paradoxos das relações violentas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 191-216.

DOHERTY, W.J. Private lives, public values: the future of the american family. **Psychology Today**, n. 25, p. 32-27, 1992.

DORIGO, H.M.G.; NASCIMENTO, M.I.M. **As concepções históricas sobre as crianças pequenas**: subsídios para pensar o futuro. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2007.

DUARTE, L.F.D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A.C. (Org.). **Família e sociedade brasileira**: desafios nos processos contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1995. p. 57-81.

FEIJÓ, M.R. Família e rede social. In: CERVENY, C.M.O. (Org.). **Família e... narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 233-255.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: _____. (Org.). **Casamento e família**: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001. p. 67-80.

_____. **Uma nova família**. Entrevista concedida à Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro, out. 2003. Disponível em: <http://www.editora.vrc.pucRio.br/atores/atores_entrevistas_TerezinhaCarneiro.html>. Acesso em: 24 jun. 2012.

_____; PONCIANO, E.L.T.; MAGALHÃES, A.S. Família e casamento: da tradição à modernidade. In: CERVENY, C.M.O. (Org.). **Família em movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 24-36.

_____; ZIVIANI, C.; MAGALHÃES, A.S. Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 43-59.

_____; _____. A resolução de conflitos em famílias contemporâneas casadas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.), **Casal e família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 73-98.

FERNANDES, M.E. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 15-31, jul. 2010.

FIGUEIRA, S.A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: _____. (Org.). **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 11-30.

FLANDRIN, J.L. **Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Estampa, 1995.

FLECK A.C.; WAGNER A. A mulher como principal provedora do sistema econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 31-38, 2003. Número especial.

FONSECA, T.M.G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- GERGEN, M.M.; GERGEN, K.J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 367-388.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1998.
- _____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. São Paulo: Record, 2005.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In: _____. (Org.). **Os novos desejos**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 105-124.
- GOMIDE, P.I.C. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GÖRAN, T. **Sexo e poder: a família no mundo: 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.
- GRANDESSO, M.A. **Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HENRIQUES, C.R. **“Geração canguru”**: o prolongamento da convivência familiar. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- HOBSBAWN, J.E. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas: Papyrus, 1999.
- IBGE. IBGE divulga malha municipal e informações dos setores censitários do censo 2010. **Comunicação Social, 01 jul. 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1916&id_pagina=1>. Acesso em: 07 set. 2014.
- _____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese_defaultpdf_familias.shtm>. Acesso em: 07 set. 2014.

JABLONSKI, B. Algumas considerações sobre a crise do casamento contemporâneo e a emancipação feminina. In: NEGREIROS, T.C.G.M. (Org.). **Emancipação da mulher: uma luta**. Rio de Janeiro: NEM/PUC-Rio, 1988.

_____. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____. Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 109-134.

_____. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-228.

_____. O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 27-42.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1995.

KEHL, M.R. **A mínima diferença: masculino e feminino na cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Em defesa da família tentacular. In: _____. **Artigos e ensaios**. 2003. Disponível em: <<http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

_____. Lugares do feminino e do masculino na família. In: COMPARATO, M.C.; MONTEIRO, D.S.F. (Org.). **A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. Cap. 2, p. 29-38.

KREPPNER, K. Development in a developing context: rethinking the family's role for the children's development. In: WINEGAR, L.T.; VALSINER, J. (Org.). **Children's development within social context**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1992. p. 161-180.

LAMB, M.E. O papel do pai em mudança. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 19-34, 1992.

LASCH, C. **A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Refúgio num mundo sem coração**. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GALL, D.; MARTIN, C. **Composer avec le logement: recomposition familiale et usage de l'espace domestique**. Centre de Recherche sur le Travail Social. Université de Caen, 1991.

LEWIS, C.; DESSEN, M.A. O pai no contexto familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 9-16, jan./abr. 1999.

LINS DE BARROS, M.M. Três gerações femininas em famílias de camadas médias. In: VELHO, G.; DUARTE, L.F.D. (Org.). **Gerações, família e sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 46-62.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e evolução do papel feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LURIA, A.R. **Introducción evolucionista a la psicología**. Barcelona: Martinez Roca, 1985.

MACEDO, R.M.S. de; KUBLIKOWSKI, I. Família e gênero. In: CERVENY, C.M.O. (Org.). **Família e... narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 31-46.

MAGALHÃES, A.S. **Individualismo e conjugalidade**: um estudo sobre o casamento contemporâneo. 1993. 132 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

MAYER, H. Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In: CARDOSO, M.R. (Org.). **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001. p. 81-101.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MIZRAHI, B.G. **A relação pais e filhos hoje**: a parentalidade e as transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2004.

MUZIO, P.A. Paternidade (ser pai)... Para que serve? In: SILVEIRA, P. (Org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 165-174.

NEGREIROS, T.C.G.M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ: ano 4, n. 1, p. 34-47, 2004. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%203.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: _____. (Org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 15-29.

_____. **O mito da masculinidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OSTERNE, M.S.F. **Família, pobreza e gênero**: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PASSOS, M.C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2005. p. 11-23.

PERROT, M. Introdução. In: _____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 9-31.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A.M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007.

PREHN, D.R. **Presença feminina na microempresa: de empregada a empresária**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 1999.

RABELO DE CASTRO, L. Infância e adolescência hoje. In: _____. (Org.). **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: NAU, 1998. p. 7-15.

ROCHA, M.I.B. da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ROCHA-COUTINHO, M.L. A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: SOUZA, L.; QUINTAL DE FREITAS, M.F.; RODRIGUES, M.M.P. (Org.). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 317-345.

_____. A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 13-33.

_____. De volta ao lar: mulheres que abandonaram uma carreira bem-sucedida com o nascimento dos filhos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 133-148.

_____. De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 219-235.

_____. Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2000.

_____. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 157-180.

_____. O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 93-108, 2005a.

ROCHA-COUTINHO, M.L. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 57-78.

_____. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHA-COUTINHO, M.L. Variações sobre um antigo tema: a maternidade e a paternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2005b. p. 122-137.

_____; COUTINHO, R.R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v. XVI, n. 1, p. 61-79, 2011.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAFFIOTI, H.I.B. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, M.A. de M. (Org.). **Mulher em seis tempos**. Araraquara: EDUNESP, 1991. p. 141-176.

SARTI, C.A. **Antropologia dos gêneros**: reflexões preliminares sobre a constituição de um campo de estudos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 16., 1988, Campinas. **Anais...** Campinas: RBA, 1988.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SAVIETTO, B.B. de A. Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais “desmapeados”, filhos desamparados. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 10, n. 3, p. 438-453, 2007.

SCABINI, E. Parent-child relationships in Italian families: connectedness and autonomy in the transition to adulthood. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 23-30, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SIMMEL, G. **Sociologia**: estudio sobre las formas de socialización. 5. ed. Madrid: Alianza, 1986.

SIMÕES, F.I.W.; HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Vozes dos Vales da UFVJM**, Minas Gerais, ano I, n. 2, p. 1-25, out. 2012.

SINGLY, F. de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F. de; CICHELLI, V. (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2000. p. 13-19.

_____. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2007.

SLUZKI, C.A. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: EDFGV, 2005. p. 79-87.

SORJ, B. Pesquisas comparativas: uma análise crítica dos indicadores de gênero. **Revista Z Cultural UFRJ**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 3, p. 1-8, 2007. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/pesquisas-comparativas-uma-analise-critica-dos-indicadores-de-genero-de-bila-sorj-2/>>. Acesso: em 19 mar. 2014.

_____. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMAM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

SOUTTO MAYOR, A.; BERNARDINO, A.V. da S. Dualidades no feminino: vitimização ou empoderamento? In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA ULAPSI, 4., 2012, Montevideo, Uruguay. **Anais...** Montevideo: ULAPSI, 2012.

SOUZA, T.M. dos. **Agora eu sou uma estrela**. 2000. 155 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SUTTER, C.; BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 74-82, jan./mar. 2008.

TEIXEIRA, S.A. A camisola do dia e o seu divino conteúdo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 285-328, jul./dez. 2004.

TEYKAL, C.M.; ROCHA-COUTINHO, M.L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 262-268, set./dez. 2007.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAITSMAN, R. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VEJA. **Mulher**. Edição especial, ago. 2002. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiis/mulher2/index.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

VELHO, G. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, A.M.; CARNEIRO, J.M.; PAULA, S.G. (Org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 37-52.

_____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VENTURI, G.; RECAMÂM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, C. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. In: CAMPOS, M.C.S. de S.; SILVA, V.L.G. da (Org.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 39-67.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 27-33.

_____. Família e educação: aspectos relativos a diferentes gerações. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 33-49.

_____.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

WANG, M.-L.; JABLONSKI, B.; MAGALHÃES, A.S. Identidades masculinas: limites e possibilidades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, jun. 2006.

WINTERSBERGER, H. Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças. In: RABELO DE CASTRO, L. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001. p. 93-120.

ZANETTI, S.A.S.; GOMES, I.C. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 194-201, abr./jun. 2009.

Apêndice A

Roteiro oculto de entrevista com os maridos

- 1. Como é conviver com a mulher que trabalha fora de casa?**
- 2. Como é a divisão de responsabilidades com relação às tarefas da casa?**
(Como se deu essa organização? Que tarefas cada um realiza? Como você se sente em relação a isso?)
- 3. Com relação aos filhos, como são desempenhados os cuidados com eles?**
(acompanhamento do desempenho escolar; acompanhamento às consultas médicas; compra de utensílios e roupas etc.)
- 4. Existem divisões preestabelecidas em relação às despesas da família?**
(Como são organizadas? Quem paga o quê? Há despesas individuais? Como você se sente a esse respeito? Esse tema é motivo de dificuldades em sua casa?)
- 5. Sua família conta com a ajuda de alguém de fora? Como é essa ajuda?**
- 6. De que modo a profissão e o trabalho de sua esposa influenciam a vida familiar?**

Apêndice B

Roteiro oculto de entrevista com as filhas

- 1. Como é ter uma mãe que trabalha fora de casa?**
- 2. Como é a sua rotina? (escola, deveres de casa, refeições, hora de acordar, visitas ao médico, dentista etc.)**
- 3. Como são organizados os pagamentos das despesas em sua casa? Você recebe mesada? Quem lhe dá a mesada? Se precisar de dinheiro extra, a quem você pede?**
- 4. Quando você precisa sair, por exemplo, ir à casa de algum amigo, fazer trabalho de grupo na escola ou algo fora de sua rotina, a quem você se dirige? Precisa consultar os dois? Quem, normalmente, decide isso de maneira mais fácil?**
- 5. Existem assuntos que você considera melhor tratar com um mais do que com o outro?**
- 6. Sua família conta com a ajuda de alguém para resolver ou fazer coisas quando seus pais estão no trabalho? Como é essa ajuda? O que você acha disso?**
- 7. Como você imagina que seria a sua vida se a sua mãe não trabalhasse fora?**

Apêndice C

Termo de consentimento livre e esclarecido (marido)

Estamos solicitando sua autorização para que você possa participar da pesquisa intitulada “Convivendo com a mulher contemporânea: com a palavra, maridos e filhos”. Essa pesquisa é parte integrante da tese de doutorado elaborada pela doutoranda Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino, sob orientação da professora doutora Andrea Seixas Magalhães, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio. O objetivo principal é investigar o ponto de vista de maridos e filho/as sobre suas experiências com a mulher/mãe que trabalha fora de casa e tem participação significativa na composição da renda familiar e consiste na realização de uma entrevista que será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita. Você poderá se recusar a participar da pesquisa, bem como, aceitando a participação, abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer penalização ou prejuízo. Durante o procedimento, você poderá se recusar a responder a qualquer pergunta que porventura lhe cause qualquer tipo de desconforto. Sua participação como voluntário não lhe auferirá qualquer privilégio, seja de caráter financeiro ou de qualquer outra natureza; da mesma forma, não envolverá qualquer tipo de risco. Os dados obtidos serão utilizados para fins de publicações científicas, ficando assegurada a preservação do sigilo quanto à identidade dos participantes.

Eu, _____, fui informado dos objetivos especificados acima. Recebi informações sobre o procedimento no qual serei envolvido e tive acesso ao roteiro de perguntas que me serão feitas. Sei que poderei solicitar novos esclarecimentos ou interromper o procedimento a qualquer momento e que minha participação não acarretará qualquer tipo de risco. Fui certificado de que as informações por mim fornecidas terão caráter confidencial, sendo a minha identidade preservada. Declaro estar recebendo um exemplar deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de _____.

(Local e data)

(Assinatura do participante)

Pesquisadora e professora Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino

Telefones para contato: (24) 9214-6129 ou (24) 2491-2473 - E-mail: adriana.uss@gmail.com

Orientadora: Professora doutora Andrea Seixas Magalhães

Telefone para contato: (21) 3527-1185 E-mail: andream@puc-rio.br

Apêndice D

Termo de consentimento livre e esclarecido (responsável por menor participante)

Estamos solicitando a sua autorização para que seu/sua filho/a possa participar da pesquisa intitulada “Convivendo com a mulher contemporânea: com a palavra, maridos e filhos”. Essa pesquisa é parte integrante da tese de doutorado elaborada pela doutoranda Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino, sob orientação da professora doutora Andrea Seixas Magalhães, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio. O objetivo principal é investigar o ponto de vista de maridos e filho/as sobre suas experiências com a mulher/mãe que trabalha fora de casa e tem participação significativa na composição da renda familiar e consiste na realização de uma entrevista que será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita. Você ou seu/sua filho/a poderão se recusar a participar da pesquisa, bem como, aceitando a participação, poderão abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer penalização ou prejuízo. Seu/sua filho/a será consultado (a) sobre sua vontade de participação nessa pesquisa e, durante o procedimento, poderá se recusar a responder a qualquer pergunta que porventura lhe cause qualquer tipo de desconforto. A participação de seu/sua filho/a como voluntário/a não lhe auferirá qualquer privilégio, seja de caráter financeiro ou de qualquer outra natureza; da mesma forma, não envolverá qualquer tipo de risco. Os dados obtidos serão utilizados para fins de publicações científicas, ficando assegurada a preservação do sigilo quanto à identidade dos participantes.

Eu, _____, fui informado dos objetivos especificados acima. Recebi informações sobre o procedimento no qual meu/minha filho/a será envolvido/a e tive acesso ao roteiro de perguntas que lhe serão feitas. Sei que eu poderei solicitar novos esclarecimentos ou interromper o procedimento a qualquer momento e que a participação de meu/minha filho/a não acarretará qualquer tipo de risco. Fui certificado/a de que as informações por ele/a fornecidas terão caráter confidencial, sendo a sua identidade preservada. Declaro estar recebendo um exemplar deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de _____.

(Local e data)

(Assinatura do responsável pelo menor participante)

Pesquisadora e professora Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino

Telefones para contato: (24) 9214-6129 ou (24) 2491-2473 - E-mail: adriana.uss@gmail.com

Orientadora: Professora doutora Andrea Seixas Magalhães

Telefone para contato: (21) 3527-1185 – E-mail: andreasm@puc-rio.br